

**CRISTIANO SILVA DE BARROS
ELZIMAR GOETTENAUER DE MARINS-COSTA
(ORGANIZADORES)**

ANÁLISE DO DISCURSO APLICADA À EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA

**ANÁLISE DO DISCURSO
APLICADA À EDUCAÇÃO
LINGUÍSTICA**



Pedro & João
editores

**CRISTIANO SILVA DE BARROS
ELZIMAR GOETTENAUER DE MARINS-COSTA
(ORGANIZADORES)**

**ANÁLISE DO DISCURSO
APLICADA À EDUCAÇÃO
LINGUÍSTICA**



Pedro & João
editores

2020

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Cristiano Silva de Barros; Elzimar Goettenauer de Marins-Costa
[Organizadores]

Análise do discurso aplicada à educação linguística. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 208p.

ISBN 978-65-990019-3-2 [Impresso]
978-65-86101-09-6 [Ebook]

1. Estudos de linguagem. 2. Análise do discurso. 3. Educação linguística. 4. Autores. I. Título.

CDD – 410

Capa: Andersen Bianchi com obra de Goya

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajéu (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi Maia (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil)



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2020

SUMÁRIO

Introdução	7
Apresentação Wander Emediato	11
O discurso relatado e os enquadramentos em textos informativos: estratégias discursivas utilizadas para orientar os pontos de vista dos leitores Geraldo Emanuel de Abreu-Silva	23
As eleições brasileiras de 2018: o ponto de vista do enunciador a partir dos enquadramentos Mariana Ferreira Ruas	53
O discurso relatado e o enquadramento por designação nos discursos presentes na mídia brasileira em 2018: dois estudos de caso Tainá Marcelle Silva Moreira Vitor Filogônio de Souza	81
Análise do discurso no ensino de língua portuguesa: uma proposta a partir do gênero discursivo reportagem Marcelo de Castro	107

Letramento crítico em sala de aula: uma análise das reportagens do jornal Estado de Minas sobre a condenação de Lula e os shows de Roger Waters no Brasil	135
Kelly Cristina Torres de Barros Ferreira Patrícia Christina dos Reis	
Análise do discurso aplicada: um caminho para o letramento crítico	165
Elzimar Goettenauer de Marins-Costa Willyane Mara Costa de Paula	
Referências	197
Sobre os autores	205

INTRODUÇÃO

Este livro resulta da disciplina Seminário de Tópico Variável em Linguística Aplicada: Análise Discursiva de Textos da Mídia no Ensino de Línguas, ministrada no segundo semestre de 2018, no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PosLin) da Faculdade de Letras da UFMG. A proposta era abordar a importância da inserção de uma perspectiva discursiva na educação linguística no contexto escolar, sobretudo em atividades de leitura, visto que a perspectiva linguística, normalmente com ênfase na gramática, é ainda privilegiada pelos professores de língua portuguesa e de línguas adicionais. Não era nosso propósito discutir a pertinência ou não de um ensino cujo fio condutor fossem conteúdos gramaticais, pois essa é uma discussão com mais de duas décadas no ambiente acadêmico. Por outro lado, queríamos enfatizar a importância do texto, ou mais especificamente do gênero discursivo, como objeto de ensino, o que necessariamente implica a adoção de uma concepção de linguagem e uma opção teórico-metodológica que se distanciam de propostas pedagógicas centradas em normas gramaticais.

Na disciplina, tomamos como pressuposto que práticas pedagógicas de leitura e de escrita concebidas sob o viés discursivo dos gêneros requerem o enfoque de seus elementos constitutivos: o estilo, a forma de composição e o tema. Contudo, enquanto os dois

primeiros elementos são mais perceptíveis, pois se referem aos recursos linguísticos e à estrutura, respectivamente, o tema é menos visível, já que diz respeito ao “[...] conteúdo inferido com base na **apreciação de valor**, na avaliação, no **acento valorativo** que o locutor (falante ou autor) lhe dá” (ROJO; BARBOSA, 2015, p. 87; grifos das autoras). Assim, o acesso ao tema se dá pelo discurso, instância abstrata e, conseqüentemente, de maior complexidade para abordagem na sala de aula.

Escolhemos delimitar para estudo na disciplina os gêneros discursivos informativos da esfera jornalística porque, conforme ressalta Teun van Dijk (2005, p. 63), “a maior parte do nosso conhecimento social e político e das nossas crenças sobre o mundo deriva das dúzias de relatos noticiosos que lemos ou vemos todos os dias”. De fato, as notícias e as reportagens talvez sejam hoje os gêneros de maior circulação entre as pessoas que têm acesso à internet. Portanto, o trabalho com esses gêneros na sala de aula é, além de conteúdo obrigatório segundo a *Base Nacional Comum Curricular*, um compromisso ético, se o propósito do professor da educação básica é formar cidadãos críticos.

A bibliografia principal da disciplina foi constituída por três autores: Patrick Charaudeau, com o livro *Discurso das Mídias* (2013); Wander Emediato, com o artigo “A construção da opinião na mídia” (2013); e Ruth Amossy, com o artigo “Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares” (2011). Essas referências teóricas nos permitiram aprofundar os seguintes tópicos: a informação é uma

questão de linguagem (CHARAUDEAU, 2013); textos narrativos, tais como os informativos da esfera jornalística, possuem uma dimensão argumentativa (AMOSSY, 2011); a dimensão argumentativa no discurso da informação pode ser constatada por meio de estratégias de enquadramento (EMEDIATO, 2013).

Nosso objetivo com a disciplina abarcava tanto análises discursivas de textos informativos, com base nesses fundamentos teóricos, como a transposição didática das noções de dimensão argumentativa e de estratégias de enquadramento para propostas de leitura. Alguns dos trabalhos produzidos pelos alunos para a disciplina, sob a forma de artigos acadêmicos, encontram-se reunidos neste livro. Faz parte também da coletânea um artigo derivado de uma pesquisa de iniciação científica, com base no mesmo referencial teórico mencionado, realizada durante o ano de 2018 com bolsa fornecida à estudante, coautora do texto, pela FAPEMIG.

Trata-se, portanto, de uma tentativa de aproximação entre teoria e prática, entre reflexões desenvolvidas no espaço acadêmico e o desejo de transcender a universidade e chegar às escolas. Esperamos que a leitura dos artigos aqui apresentados seja instigante!

APRESENTAÇÃO

A Análise do Discurso, como disciplina, tem sua origem na França dos anos 1960. Ela nasce, como bem observa Maingueneau (1987), do encontro de uma conjuntura intelectual com uma prática escolar. A conjuntura intelectual é aquela que reuniu intelectuais das ciências humanas, linguistas, filósofos, sociólogos, historiadores, psicanalistas e antropólogos em torno da noção de “escritura”. A prática escolar é aquela voltada para a explicação de textos, presente em todo o aparelho de ensino, da escola à Universidade. A preocupação comum que uniu intelectuais e professores é a de que por detrás do real e dos textos, daquilo que se mostra visível, há todo um universo de fenômenos invisíveis, ocultos, à espera de um gesto interpretativo que libere o seu sentido. A análise do discurso surge dessa inquietude: como compreender e “ver” a invisibilidade do visível? Parafraseando Michel Foucault, como fazer ver até que ponto é invisível a invisibilidade do visível?

De lá para cá, a disciplina se ampliou e justifica falarmos de estudos do discurso, mais até do que de análise do discurso. Da preocupação inicial com o papel das representações ideológicas no discurso – e nos textos –, tendência que designo de “representacional”, passa-se ao interesse por todas as formas possíveis de configuração dos discursos – e dos textos – tendência que designo de “enunciativa e pragmática”. Essas duas tendências, que apontam para duas gerações de analistas

do discurso, representam, juntas, a riqueza dos estudos discursivos e as diversas possibilidades de descrição e de leitura. Com elas, se ampliaram também os objetos do discurso: no início, e de forma privilegiada, era o discurso político; atualmente, o olhar se volta para todo e qualquer discurso social instituído: político, publicitário, religioso, didático, empresarial, jurídico, midiático, além das novas tecnologias e discursos digitais.

A imprensa, seja ela escrita, eletrônica, televisual, radiofônica, constitui elemento fundamental da democracia. Essa afirmação, que tem valor de petição de princípio, liga o exercício do jornalismo à política, ainda que a informação que ela relata, produz, provoca ou trata não se reduza ao universo da política. São vários os universos temáticos e paradigmáticos da imprensa (cultura, economia, polícia e criminalidade, catástrofes – naturais ou produzidas pelo homem – educação, vulgarização científica, artes, necrologia, astrologia, meteorologia, cotidiano das cidades etc.). No entanto, a política sempre foi um tema central do jornalismo, razão pela qual Charaudeau, analista do discurso que deu atenção especial a esse tipo discursivo, considera a imprensa parte integrante do discurso político, dando-lhe o nome de instância midiática, junto com a instância cidadã e a instância política. Seja como for, é inegável que as mídias de informação constituem, hoje mais do que nunca, um suporte incontornável para qualquer cidadão: as pessoas, de forma bastante ampla, têm nas mídias de informação o ponto de referência com a realidade social em suas diferentes formas e dimensões.

Assim, não é nenhum exagero conjecturar que o modo como as pessoas pensam, sentem, veem e compartilham a realidade social, e falam dela, passa por sua relação com as mídias e os modos como elas tratam e tornam disponível a informação.

Nenhuma simplificação deve nortear um trabalho que busque compreender as formas de tratamento da informação midiática. Dizer, por exemplo, que o modo como as pessoas interpretam as informações que leem, veem ou escutam tem relação com o modo como as mídias tratam essas informações não significa diabolizar as mídias, nem afirmar que as mídias controlam o modo como as pessoas interpretam e agem socialmente. Os leitores atuam dentro de um dispositivo enunciativo e discursivo e não são passivos, a leitura não é um mero reflexo do texto e de suas formas. O fenômeno da interpretação é muito complexo e o da passagem da interpretação à ação ainda mais. Não se deve, portanto, simplificar, nem tampouco subestimar os efeitos das mídias sobre as pessoas ou das pessoas sobre as mídias. Sim, as pessoas também agem sobre as mídias, pois o fator dialógico integra a relação comunicativa instaurada entre consumidores e produtores de informação. Nenhuma relação comunicativa é uma via de mão única, unidirecional. Toda comunicação é bidirecional, dialógica. É a razão pela qual devemos compreender as diferentes mídias de informação como dispositivos que integram uma instância de produção e uma instância de recepção e interpretação dos discursos. Essa perspectiva de análise foi amplamente exposta por Charaudeau em inúmeros trabalhos e, em especial, no

seu livro *O discurso das mídias*. Charaudeau integra a segunda geração de analistas do discurso, de tendência enunciativa e pragmática, que ressalta o papel dos contratos de comunicação, da heterogeneidade enunciativa e do dialogismo nas práticas discursivas.

Para se compreender melhor o tratamento da informação midiática, uma análise de seu funcionamento enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo é reveladora de posições e estratégias. Cada um desses níveis de organização do discurso possui suas formas de enquadramento que esquematizam a informação e carregam propriedades pragmáticas que afetam, em alguma medida, os processos interpretativos. Aquele que lê constrói uma posição de leitura, possui certa liberdade para interpretar e pode fazê-lo criticamente, mas é inegável que propriedades discursivas do texto afetam e buscam orientar a sua interpretação. Daí a importância de se conhecer diferentes estratégias de construção dos discursos para poder melhor lidar com elas criticamente. Para o ensino da leitura e o letramento crítico, essa prática é essencial.

O problema do tratamento da informação é complexo e na perspectiva da análise do discurso – e dos diferentes trabalhos publicado neste livro –, inclui procedimentos variados e efeitos diversos. Algumas dessas estratégias eu expus no livro *A Construção da Opinião na Mídia*, ao falar da dimensão argumentativa dos textos jornalísticos (EMEDIATO, 2013). Outros são discutidos e problematizados neste livro, através de contribuições relevantes da qual falarei mais abaixo.

Estas estratégias estão presentes, por exemplo, na maneira de gerir a palavra e os pontos de vista de outrem, a que chamamos de gestão do dialogismo interno. Não se trata apenas de mostrar como os jornalistas tratam o discurso relatado de terceiros (políticos, autoridades, testemunhas, especialistas etc.), mas de problematizar o modo como essa gestão de vozes é realizada e as visadas argumentativas que se encontram na origem da gestão de pontos de vista. Sabemos que, na maioria das vezes, os jornalistas precisam se submeter às regras da objetividade e da imparcialidade, o que incide sobre o uso da terceira pessoa e do que, para nós, é a estratégia do apagamento enunciativo. No entanto, é mais difícil perceber, especialmente para o leitor não especializado, que os pontos de vista que o jornalista não poderia assumir ele os faz circular através das vozes de terceiros, e é a isso que chamamos de gestão de pontos de vista. E isso não é trivial. Os textos contêm pacotes de conteúdos proposicionais que configuram pontos de vista que se orientam pragmaticamente para a produção de uma orientação interpretativa.

Outro aspecto importante do funcionamento enunciativo é a modalização. A mais utilizada no tratamento da informação jornalística, em se tratando da imprensa de referência, é a que aparentemente seria a mais objetiva e destituída de opinião, a modalização objetiva (alética-epistêmica ou deôntica). No entanto, é justamente a modalidade objetiva a que mais contribui para fazer circular conteúdos axiológicos (subjativos) sob a forma da evidência e da verdade incontestável.

Não é raro que, em um texto jornalístico, o leitor se depare com um enunciado do tipo “O sistema de preços constitui elemento fundamental da prosperidade das nações”. Nenhum locutor presente, nenhum traço de subjetividade, de afeto ou de opinião. No entanto, a força modal da asserção constitui, indiscutivelmente, uma petição de princípio, ou seja, uma falácia argumentativa corrente que afirma como verdadeiro aquilo que deveria ser provado. É verdadeiro porque se afirma que é verdadeiro. Ou é verdadeiro porque ninguém provou que é falso (argumento *ad ignorantiam*). Isso sem falar nos pressupostos contidos nas nominalizações definidas: O sistema de preços (existe um sistema de preços); a prosperidade das nações (há uma prosperidade das nações). Tantos pressupostos existenciais sujeitos a um debate crítico e que circulam nesses enunciados aléticos como verdades inquestionáveis.

E o que dizer da organização descritiva dos textos, composta de categorias linguísticas repletas de propriedades pragmáticas orientadoras dos processos interpretativos, como os verbos, os adjetivos, os nomes próprios e comuns, os advérbios, os números? Em uma manchete, leia-se que o governo *engavetou* investimentos, em outra, o governo *diminuiu* investimentos, escolhas que produzem consequências diferentes. Em um jornal, leia-se que *Radicais* invadem congresso nacional, em outro, que *Trabalhadores sem-terra* invadem congresso nacional, e um terceiro que *Militantes do MST* invadem congresso nacional. Afinal, quem invadiu o congresso nacional? Radicais, trabalhadores sem-terra ou militantes do MST? Que

intenções argumentativas podem estar por detrás das escolhas lexicais? Das identificações exemplares? Qual versão se forma a partir desses enquadramentos? Que diferença pode haver entre Deputado *denuncia* Senador e Deputado *critica* Senador ou ainda Deputado *ataca* Senador? No plano linguístico-discursivo, se trata de escolher verbos de atitude para qualificar algo que um ator político teria dito, especialmente quando o verbo locutório não produz o mesmo efeito dramático e narrativizado.

O conjunto de fatores e procedimentos de enquadramento da informação jornalística – e de todo tipo de discurso – é enorme e multivariado. A aparelhagem discursiva é ainda multimodal, pois inclui investimentos subjetivos e argumentativos na iconicidade (imagens), ou na prosódia e na musicalidade, central nas mídias radiofônicas, no gestual e no kinésico, tão importante nas mídias televisuais, no uso de cromatismo e de formatos visuais que interpelam sensorialmente os consumidores de mídias.

Outro aspecto que é preciso salientar se refere à ética cidadã que permeia o trabalho jornalístico e sua relação intrínseca com o leitorado e com a opinião pública. O conceito de ética cidadã não é fácil de apreender, pois se trata, na verdade, de uma construção constante, pois a ética cidadã é uma ética figurada. No entanto, é a ética cidadã que funda as representações de cidadania que pessoas compartilham sobre a experiência da vida nas cidades, da experiência social comum. São as representações de cidadania que nos permitem

partilhar valores e referências sobre o que é o ideal de cidade, de bem-estar social, de viver em uma *pólis*. Como a ética cidadã é uma ética para a *pólis*, ela é, portanto, uma ética política que funda as reivindicações dos cidadãos sobre a ação política, sobre a gestão das cidades, os direitos humanos, o meio-ambiente e tudo o que diz respeito ao ideal societal de bem-estar comum. E o discurso da informação midiática se orienta pela ética cidadã, ainda que possa transfigurá-la e interpretá-la a seu modo e em função de interesses particulares com pretensão universal.

Esses diferentes aspectos caracterizam o discurso da informação midiática e cada um merece uma atenção especial. A informação jornalística é por vezes simplificadora do real e até mesmo essa simplificação se faz conscientemente em função de um ideal de transmissibilidade. No entanto, a análise desse discurso não pode ser simplificadora, sob o risco de nos perdermos em críticas superficiais e interessadas. Neste livro, seus autores têm plena consciência desse fator e as diferentes análises aqui apresentadas demonstram acuidade e percepção dos fenômenos estudados.

Geraldo Emanuel de Abreu-Silva analisa os enquadramentos envolvendo o uso do discurso relatado e seu potencial para orientar perspectivas interpretativas sobre os fatos noticiados. Assim, por via do relato de dizeres de terceiros, pode-se, com efeito, construir uma orientação argumentativa. Sabe-se que a informação jornalística é construída por meio de relato de ações e fatos, e também por relatos de dizeres. O dizer do outro possui relevância em diferentes aspectos: o dizer de um

ator social produz impacto pela posição que ocupa e implicações em algum contexto determinado; a fonte desse dizer pode ser uma autoridade e então ele vale como um argumento que legitima, explica ou contesta algo; o dizer de alguém vale como testemunho para a reconstrução de um fato ocorrido. De importância, portanto, crucial, relatar o discurso do outro é parte constitutiva do discurso midiático.

Rompendo com o mito da transparência da linguagem e buscando analisar diferentes aspectos da construção da notícia, Mariana Ferreira Ruas analisa o tratamento da informação pelos jornais espanhóis *El País* e *ABC* sobre as eleições de 2018 no Brasil, com foco na problematização do comportamento do Nordeste brasileiro no acontecimento eleitoral. Ruas busca avaliar o papel do enunciador na construção de enquadramentos que orientam o olhar do leitor.

O discurso relatado e o enquadramento por designação são o foco do interesse de Tainá Marcelle Silva Moreira e Vitor Filogônio de Souza na análise que propõem de notícias publicadas em jornais brasileiros sobre acontecimentos relacionados à política no Brasil e nos EUA. No Brasil, os autores analisam reportagem publicada pela Folha de São Paulo sobre o uso das redes Sociais por Bolsonaro. Já o jornal o Globo é objeto de análise em matéria sobre declaração da Casa Branca sobre o ex-candidato democrata à presidência Bernie Sanders. Os autores ressaltam, no estudo, o problema da neutralidade impossível no uso da linguagem, permeada pela ideologia e por intenções de influenciar o leitor.

Marcelo de Castro discute a relevância da Análise do Discurso como suporte ao ensino de Língua Portuguesa a partir do trabalho com o gênero reportagem. A proposta do autor é de atender aos critérios de um ensino pautado pela reflexão crítica, ética, democrática e protagonista. O autor entende que há a possibilidade de se conduzir a leitura e a interpretação de textos, realizadas em salas de aula da educação básica, por meio dos estudos da Análise do Discurso. Com efeito, a análise do discurso, como dissemos acima, nasceu de um momento histórico que relacionava ao mesmo tempo uma conjuntura intelectual (o estruturalismo, a revisão da noção de história, a psicanálise e a linguística no campo social) a uma conjuntura escolar interessada pelo desenvolvimento de um ensino crítico de textos e de uma crítica à transparência da linguagem.

O letramento crítico em sala de aula através de reportagens constituiu também o foco do trabalho de Kelly Cristina Torres de Barros Ferreira e Patrícia Christina dos Reis. Para essas autoras, o discurso é o meio que encontramos para expressar o nosso pensamento, permeado por crenças e ideologias que definem a nossa visão de mundo. Partindo da premissa de que o texto possui uma estrutura interna (os modos do dizer), mas também se liga a fatores externos, as suas próprias condições sociais de produção, Ferreira e Reis propõem refletir sobre os fatores que envolvem a própria atividade escolar, conduzindo os alunos a observarem em suas leituras a construção do sentido, as marcas estruturais e ideológicas. Nesse sentido, “o uso

de materiais autênticos como reportagens de jornal, de revistas e da Internet torna-se um momento de aprendizagem efetiva ao estabelecer uma conexão com temas que estão em evidência na sociedade”.

Elzimar Goettenauer de Marins-Costa e Willyane Mara Costa de Paula entendem que as “práticas letradas situam-se historicamente, têm um propósito, se vinculam a instituições sociais e são perpassadas por relações de poder” e “Algumas se tornam mais dominantes, visíveis e influentes do que outras”. Assim justificam a necessidade de se estudar os textos da esfera jornalística, entendida como um dispositivo que faz circular notícias e pontos de vista em diferentes meios, do impresso ao digital. O papel do leitor, e especialmente do professor, na recuperação das estratégias de tratamento da notícia, é fundamental para uma leitura crítica do mundo. Para os professores, o desafio está voltado para o letramento crítico, para o “desenvolvimento de competências e habilidades de leitura, em um cotidiano cada vez mais atravessado pelo discurso da informação”. As autoras ressaltam a necessidade de uma abordagem discursiva do letramento na educação básica, apontando caminhos para uma prática de leitura realmente formativa do cidadão autônomo e consciente. Em particular, as autoras sublinham, no capítulo, a relevância de se analisar escolhas enunciativas que permeiam os textos, suas formas de enquadramento, como ponto de partida para uma leitura menos ingênua e mais crítica do mundo.

O conjunto de textos publicados nesta coletânea traz uma preocupação comum: o que a análise do discurso, ou a análise de discursos, pode contribuir para o letramento crítico e para uma perspectiva de leitura que leve em conta as propriedades enunciativas, pragmáticas e argumentativas dos textos, bem como as suas condições sociais de produção, o que inclui, certamente, o problema das representações sociais, como as ideologias e os sistemas de valores. Os autores tocam em problemas essenciais sobre o lugar de uma disciplina, mas também de um discurso social importante, como o discurso midiático, por suas relações privilegiadas com a política e com a cidadania. A proposta de uma análise do discurso aplicada, voltada para as atividades de ensino, é mais do que salutar e desejável, pois é ir ao encontro das próprias origens dessa disciplina e reencontrar a sua grande vocação: o desenvolvimento do pensamento crítico através de uma hermenêutica da leitura.

Wander Emediato

O DISCURSO RELATADO E OS ENQUADRAMENTOS EM TEXTOS INFORMATIVOS: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS UTILIZADAS PARA ORIENTAR OS PONTOS DE VISTA DOS LEITORES

Geraldo Emanuel de Abreu-Silva¹
(Universidade Federal de Minas Gerais - PosLin)

Introdução

A função principal de textos informativos é fazer as pessoas tomarem ciência sobre algo, ou seja, informar. No entanto, essa tarefa não é simples e, tampouco, se desenvolve de maneira neutra ou não estratégica: todo texto jornalístico traz consigo intenções e objetivos explícitos e implícitos. Quando explícitos, caracterizam-se como textos opinativos, por vezes, persuasivos, e possuem **visadas argumentativas**. Quando implícitos, em geral, são textos que não devem expressar qualquer caráter subjetivo, tais como as notícias. Nesse caso, possuem o que Ruth Amossy (2006) denomina de **dimensão argumentativa**. Dentro do espectro da dimensão argumentativa, há diversas estratégias das quais os enunciadores podem lançar mão com vistas a atuar de maneira silenciosa e sutil sobre as crenças, atitudes, visões de mundo etc. de seus leitores; tal

¹ Bolsista do Programa de Excelência Acadêmica (CAPES), nível doutorado.

atuação, quando feita sem conhecimento do público alvo, é definida por alguns autores como manipulação (CHARAUDEAU, 2013; van DIJK, 2009).

Textos informativos são produzidos para serem lidos, portanto, necessitam ser construídos de forma a chamar a atenção dos leitores e a forma mais usual é através de títulos convidativos que, em geral, devem antecipar de forma concisa o conteúdo que será tratado. Além disso, a forma como determinado acontecimento é transmitido pode atuar de maneira ostensiva sobre os pontos de vista do leitor sobre aquilo que lê, por isso, é importante esmiuçar o discurso relatado para que o analista possa apontar as possíveis estratégias discursivas utilizadas pelo enunciador-jornalista em sua tarefa informativa. Isto posto, este trabalho visa a analisar como textos jornalísticos informativos, por meio da tematização, das designações, do discurso relatado e da exploração das memórias, podem ser utilizados para manipular os leitores; para tanto, faremos uma revisão bibliográfica que objetiva entender como o fundo de conhecimentos do público é acionado de forma a levá-lo a influenciar-se pela leitura que o autor de determinado texto jornalístico propõe. Busca-se demonstrar que os enquadramentos pela tematização e pela designação (EMEDIATO, 2013) são duas das estratégias mais importantes na intenção de manipular, porém não ocorrem sem que sejam exploradas as memórias de curto e longo do prazo dos leitores. Propomos as análises de três títulos de notícias e de um texto informativo em sua totalidade para exemplificar de maneira prática as relações entre os enquadramentos e as memórias sociais.

1. Orientação e dimensão argumentativas

Em 2006, Amossy afirmava que, de alguma maneira, todo ato de fala exerce influências e, desta forma, atua sobre as maneiras de ver e de pensar das pessoas. A autora reitera que há textos com vieses persuasivos explícitos que buscam convencer de forma flagrante seu público, por exemplo, publicidades e programas políticos, ou seja, apresentam uma orientação argumentativa (AMOSSY, 2006, p. 122). Por outro lado, há textos que, *a priori*, são elaborados para serem imparciais, neutros e sem vieses ideológicos, tais como os oficiais e os jornalísticos informativos; porém, nenhum uso da linguagem é neutro, logo, qualquer texto possui ideologias e atua sobre seus leitores. Especificamente em relação a textos informativos, ainda que exista o princípio da imparcialidade, esses podem atuar sobre as crenças e modos de interpretar o mundo de seus leitores, portanto, podemos perceber a existência de uma dimensão argumentativa (AMOSSY, 2006); nessa dimensão, encontram-se diversas estratégias (por isso, talvez pensar em espectros da dimensão argumentativa seja profícuo) que orientam o olhar do leitor em uma direção e não em outra, geralmente a direção proposta nos textos e pela instituição que eles representam. Jornais, impressos e digitais, são veículos comerciais que devem atrair o público e uma maneira eficaz de fazê-lo é através de títulos atrativos que capturem a atenção dos leitores; neles devem ser apontados, de maneira breve, os pontos chave que serão abordados, fazendo ao mesmo tempo que o público se sinta convocado à leitura; mas essas não são as únicas tarefas visadas por títulos ou subtítulos,

eles também podem orientar o olhar do leitor para determinado tipo de leitura sem que esse se dê conta, ou seja, os títulos carregam dimensões argumentativas que podem manipular o público e isso é o que abordaremos neste trabalho.

2. Manipulação

É importante explicitar o que, neste artigo, considera-se como manipulação. Baseando-nos em Charaudeau (2013) e van Dijk (2009), compreendemos que a manipulação é uma prática discursiva sutil na qual uma pessoa ou instituição busca exercer controle, fazendo acreditar, atuar ou agir de determinada maneira, sobre outros indivíduos sem que esses percebam, por isso podemos afirmar que a manipulação se exerce por meio da dimensão argumentativa dos discursos. Para van Dijk (2009), isso configura-se como uma relação de “abuso de poder” visto que o manipulador busca beneficiar-se sutilmente do manipulado por meio do discurso. Por que abuso de poder? Em geral, os manipuladores (pessoas e/ou instituições) têm acesso a recursos limitados a uma pequena parcela da população, tais como: meios de comunicação, contatos políticos, melhores níveis educacionais, instrumentais técnicos, material humano etc., e esses recursos representam formas de poder simbólicos e são utilizados por grupos dominantes para manter a reprodução secular de poder, *o status quo*, e, conseqüentemente, explorá-los para beneficiar determinados grupos em prejuízo de outros, logo, pode

ser considerado como um abuso de poder simbólico, o que significa que a manipulação “[...] *es una práctica social ilegítima y, por ello, transgrede las reglas o normas sociales*” (van DIJK, 2009, p. 355). O autor reitera que toda forma de interação, comunicação ou outra prática social que favoreça apenas os interesses de uma das partes e prejudique a outra será uma forma ilegítima de interação e nela, portanto, ocorrerá a manipulação.

Finalmente, destacamos que a manipulação não ocorre de maneira simples, rápida ou sempre é efetiva, visto ser necessário que o veículo se atenha a algumas bases para alcançar seu objetivo. O primeiro deles, e mais importante, é basear-se em verdades, mas não necessariamente em toda a verdade dos fatos, pois, caso o público perceba que foi vítima de mentiras, a relação entre manipulador e manipulado será rompida. A partir disso, deve-se atrair o público em direção a seu ponto de vista ativando sentidos comuns, tocando a ética cidadã; informar ocultando, selecionando ou deformando informações. A questão que surge é: como essas demandas podem ser atendidas nos textos informativos? Vejamos alguns conceitos que podem responder a esse questionamento.

3. Discurso relatado

A seguir, apresentamos alguns conceitos relacionados ao discurso relatado, baseados nos trabalhos de Charaudeau (2013) e Emediato (2013). Segundo o primeiro autor, o discurso relatado é um ato de enunciação que ocorre quando um locutor transmite para um interlocutor

algo pronunciado por outra pessoa. Em geral, esse interlocutor não é o mesmo interlocutor do dito de origem e, na maioria das vezes, esse dito relatado não ocorre no mesmo tempo e espaço do dito original.

Para Emediato (2013), nos discursos relatados o enunciador, a partir de um *dictum*, assume a posição de relator de determinado acontecimento, no entanto não o faz sem inserir seus pontos de vista, seus posicionamentos e sua ideologia. Ademais, esse enunciador relata apenas fragmentos da palavra do outro (**seleção total** – dito *in extenso* ou **parcial** – apenas uma parte do dito é exposta), em um contexto diferente do original, o que leva a deformações que, muitas vezes, impossibilitam até mesmo identificar a palavra de origem, tamanhas as modificações realizadas no discurso relatado, o que podemos chamar de **narrativização** (Charaudeau, 2013) do dito origem. Um dito original também pode ser relatado através da citação, onde ele é apresentado integralmente conferindo caráter objetivo ao discurso relatado. Nesse caso, o uso de aspas e dois pontos é comum. Há também a possibilidade de relatar parcialmente o dito original por meio do uso da terceira pessoa e de modificações no enunciado de origem. Charaudeau (2013) elabora um trabalho mais extenso sobre o discurso relatado no qual afirma que ele se dá por meio da operação reconstrução/desconstrução. A reconstrução se dá quando um locutor-relator toma um discurso e o reintegra, a partir de seu *modus* discursivo, a um novo ato de enunciação. Dessa forma, o locutor-relator poderá apropriar-se do discurso original ou rejeitá-lo. A

desconstrução ocorre quando o locutor deixa explícito que um dito relatado é derivado de um dito origem e os diferencia e, assim, busca-se provar a autenticidade do dito relatado a partir do dito original. Dessa forma, parecem surgir, da reconstrução/desconstrução, novos ditos que precisam gerar provas de sua validade e relevância em relação aos já-ditos e a si próprio.

Com relação aos já-ditos, o discurso relatado precisa provar-se com base na autenticidade do dito original, na responsabilidade de quem proferiu e na verdade que sustenta o que foi dito. Em relação a si próprio, o discurso relatado busca provar posicionamentos do relator em relação ao que diz, como sua autoridade, seu poder discursivo e seu engajamento, na medida em que um discurso relatado, explícita ou implicitamente, revela a adesão ou não do locutor-relator aos propósitos do locutor original.

4. Os enquadramentos e as memórias

Vimos que a manipulação é uma prática discursiva que demanda interação entre manipulador e manipulado para ser efetivada e, nos textos, é na dimensão argumentativa que ela é abrigada. Nesta seção, elabora-se um panorama sobre as estratégias de enquadramento (EMEDIATO, 2013), observando sua relação com a exploração de sentidos comuns que estão armazenados nas memórias das pessoas, as quais, sob nosso ponto de vista, são compostas por pacotes de representações sociais que são depositados nas memórias de curto e de longo prazo. Assim, defendemos

que os enquadramentos funcionam por meio da exploração desses pacotes de representação (dos quais fazem parte representações estereotipadas, sentidos comuns, preconceitos, credos etc.); portanto, compreende-se que há uma relação direta entre o funcionamento das operações de enquadramento, a exploração das memórias e a manipulação. Para Emediato (2013), existe um fundo de representações simbólicas que produzem efeitos de sentido conforme o contexto imediato de uso do discurso. Segundo o autor (2013, p. 80), “[os enquadramentos] visam ativar na memória do leitor conteúdos e valores simbólicos e associá-los ao enquadramento efetuado”. Entendemos, neste estudo, que essas representações simbólicas se caracterizam como memórias de longo e curto prazo dos indivíduos, pois nelas nossos pacotes de conhecimentos socioculturais são armazenados, tais como representações sociais, afiliações ideológicas, estereótipos, conhecimentos lexicais, matemáticos, políticos, religiosos etc. É justamente sobre esses conhecimentos socioculturais que os enquadramentos devem atuar para que os textos jornalísticos informativos sejam exitosos em sua tarefa manipulativa.

4.1. Os enquadramentos pela tematização e pela designação

Resumidamente, as estratégias de enquadramento são esquematizações de abordagem de temas que são identificadas pelos analistas do discurso que, a seu turno, buscam índices discursivos que permitam verificar se há

marcas nos textos que confirmem ou refutem intenções de orientar/guiar/manipular o olhar do público, segundo uma posição que se deseje. Assim os enquadramentos permitem estabelecer discussões através da **tematização**, da **designação**, dos **verbos de atitude** (verbos *dicendi*) e do **questionamento** (EMEDIATO, 2013). Para as análises deste texto, focaremos apenas na presença das duas primeiras. As estratégias de enquadramento fazem parte da dimensão argumentativa no sentido em que são utilizadas para agir sobre o outro de forma implícita e sutil, por exemplo, dizendo algo de uma forma e não de outra, utilizando uma palavra específica e não outra, destacando uma informação em detrimento de outra etc., o que faz com que os leitores de determinado veículo se afilem a determinado viés ideológico sem que percebam.

O enquadramento pela tematização, segundo Emediato (2013, p. 82), “abre caminho para a problematização e para a construção de pontos de vista sobre o assunto”; essa estratégia se vale de representações socioculturais do público de modo a levá-lo a problematizar determinado tema, segundo determinadas representações simbólicas, muitas vezes estereotipadas e/ou preconceituosas. Em outras palavras, a tematização explora o fundo de memórias do público e, em vista disso, determina as perspectivas que ele deve adotar. Em geral, essas se basearão em consensos supostos que servem para que o público seja tocado de alguma maneira, e, conseqüentemente, se afilie à perspectiva do veículo de informação que apresenta determinada notícia.

O enquadramento por designação ocorre quando o enunciador se manifesta “impondo atributos aos seres”, fazendo “circular pontos de vista subjetivos através da atribuição” (EMEDIATO, 2013, p. 82). As designações podem ocorrer, geralmente, pelo uso de nomes comuns que se referem a grupos sociais amplos (políticos, nordestinos, lavadores de carros, professores, gays, presidiários etc.). Para o autor, esse tipo de enquadramento pode implicar raciocínios indutivos em relação à classe designada e, ao mesmo tempo, produzir relações causais preconceituosas e estereotipadas, que podem tornar-se simbólicas segundo o uso designativo do enunciador. Em suma, para que esses raciocínios indutivos sejam ativados e/ou construídos, é necessário que o fundo de memórias do leitor seja explorado.

4.2. Os enquadramentos do dizer do outro e de questionamento

Ainda que, para os efeitos deste trabalho, não vamos nos ater a estes dois enquadramentos, é interessante abordá-los, rapidamente, para que tenhamos uma breve noção de suas relações com os anteriores². **O enquadramento do dizer do outro** ocorre quando o locutor-relator interpreta o discurso de um agente social e o relata com o uso de determinados verbos de caráter subjetivo (acusar, criticar, repreender, prometer, aconselhar, atacar etc.), o que pode levar o leitor a compreender esse dizer sob uma perspectiva que

² Ver exemplos no artigo “Análise do discurso aplicada: um caminho para o letramento crítico”, neste livro.

não é a da enunciação original. Segundo Emediato, esses verbos podem “representar uma opinião do sujeito enunciador/informante sobre o dizer de um ator social” (2013, p. 83); ademais, esses verbos podem ser marcas claras da interpretação do enunciador-jornalista sobre determinada atitude de um agente social em relação a outro. Por outro lado, **o enquadramento pelo questionamento** se refere a perguntas utilizadas nos textos para incitar o leitor a problematizar determinado tema, são perguntas provocativas que visam a levar o leitor a refletir a partir de perspectivas que, talvez, não houvesse cogitado antes; portanto, há nessas perguntas um viés argumentativo que pode orientar o olhar do público para determinada direção.

5. Memórias de curto e de longo prazo

Diversos autores propõem que o armazenamento dos conhecimentos socioculturais, ou os fundos de memórias, como foi tratado por Emediato (2013), ocorre em dois tipos de memória: a de curto prazo (ou memória de trabalho) e a de longo prazo (ou memória episódica), conforme Trabasso e Magliano (1996), León (2003), van Dijk (2009), Escudero (2010). A primeira tem capacidade limitada de armazenamento e, devido à baixa capacidade de recursos, restringe de maneira direta a quantidade de conhecimentos ativados durante seu uso. Em geral, ela é responsável pelo processamento de informações imediatas de um texto verbal ou oral, basicamente; segundo van Dijk (2009, p. 358), ela é responsável pela compreensão “*de palavras, cláusulas,*

oraciones, enunciados y señales no verbales". Ainda segundo esse autor, a memória de curto prazo (MCP) permite elaborar raciocínios rápidos através de atalhos cognitivos de modo a evitar reflexões mais completas, complexas e, conseqüentemente, são parciais e superficiais. Em vista disso, baseado em van Dijk (2009), um leitor pode ser manipulado através da exploração da MCP quando um título for construído utilizando os seguintes tópicos:

- **vocabulários mais simples e populares:** "Ceia de Natal fica mais 'salgada', segundo pesquisa" (O Tempo – 26/11/2018);
- **utilização de palavras cuja carga semântica afete a ética cidadã do leitor:** "cerca de 70% dos casos de desvio de dinheiro ocorrem nas áreas de educação e saúde, diz diretor da AGU" (O Globo – 16/07/2011), em vez de "... roubo de dinheiro público ocorre nas áreas de educação e saúde...";
- **destaque (no primeiro plano, em caixa alta, negrito ou dois pontos) da informação em que o leitor deve se fixar:** "Gênero e sexualidade: entenda a polêmica que opõe pais e o Colégio Santo Agostinho" (Estado de Minas – 27/11/2018); ou **escrever em início de frases (primeiro plano) informações menos relevantes**, para que o público se fixe nelas, de modo a prejudicar a ativação de pacotes mais relevantes: "Desemprego diminui para 12,1% e atinge 12,7 milhões de brasileiros" (Isto é – 28/09/2018).

O autor destaca que isso não ocorre apenas nas relações de manipulação, mas também em várias

relações discursivas cotidianas. O que diferencia o uso desses tópicos é a base estratégica que consiste em empregá-los para orientar o olhar para um lado e não para outro. Segundo van Dijk (2009, p. 358):

Lo que queremos señalar aquí es que rasgos específicos del texto oral o escrito —tales como su representación visual— pueden específicamente afectar al control de la comprensión estratégica en la MCP, de modo que los lectores presten más atención a cierta información que a otra.

Nos exemplos dados acima, podemos observar como a tematização tem papel importante para mover o leitor na direção que o enunciador deseja. No primeiro exemplo, a palavra “salgada” visa a levar o leitor a problematizar o aumento de preços dos produtos utilizados nas ceias de natal, e isso é dado a partir da exploração da memória social do brasileiro, que sabe que aquela palavra é utilizada no sentido figurado para falar sobre a inflação. O segundo exemplo mostra como a escolha lexical mitiga o acontecimento: a utilização da palavra “desvio” em vez de “roubo” provoca, semanticamente, uma redução da gravidade dos atos ilícitos e, conseqüentemente, leva o público a percebê-los sob esse viés de menor gravidade. No último exemplo, a informação sobre a diminuição do desemprego trazida em um primeiro plano, atenua a informação sobre os milhões de brasileiros que seguem desempregados. Reparemos que se fizermos um exercício de inversão das orações, os efeitos de sentidos podem ser diferentes.

Na memória de longo prazo, estão armazenados os pacotes mais antigos e cristalizados dos indivíduos; esses

são mais estáveis e complexos, permitem reflexões mais completas, elaboradas e não ocorrem de forma imediata. Na MLP, estão armazenadas nossas recordações, lembranças de eventos comunicativos significativos, experiências pessoais, crenças sociais etc. (van DIJK, 2009), que moldam as atitudes e ideologias dos sujeitos. É nela que estão presentes as ideologias compartilhadas por determinados grupos, como esquerdistas, direitistas, feministas, sindicalistas, religiosos ou ateus. De acordo com o autor, *“estas representaciones sociales se adquieren gradualmente a lo largo de la vida, y si bien pueden cambiar, normalmente no lo hacen de un día para otro”* (op. cit., p. 364). Portanto, uma manipulação baseada na MLP não poderá focar em significados de palavras ou no destaque de determinados termos, mas sim em explorar pacotes de conhecimentos que estejam ligados a opiniões pessoais, à ética e às emoções dos leitores. Logo, através da manipulação da MLP é possível influenciar *“conocimientos abstractos más generales, como saberes, actitudes e ideologías”* (van DIJK, 2009, p. 363). Em vista disso, conforme van Dijk (2009), para que um leitor seja manipulado através da exploração da MLP, a construção de títulos deve ser focada em tocar grupos sociais amplos e não indivíduos específicos. Assim, podem ser explorados os seguintes tópicos:

- **utilização de termos cuja historicidade implique estereótipos e/ou preconceitos de determinados grupos:** “Eduardo Bolsonaro propõe congelamento de bens de cubanos e venezuelanos” (Fórum – 26/11/2018);
- **generalização de determinado tema (fazer com que exceções sejam vistas como regras):** “Punição

de menor por crime dura menos tempo no Brasil” (O Globo – 06/05/2013);

- **repetição de determinados acontecimentos e ocultação de outros:** “Menores têm ligação com 40% dos homicídios do DF, mostram dados” (G1 – 21/04/2016), em detrimento de: “Mito: os adolescentes cometem menos de 1% dos homicídios do Brasil e são 36% das vítimas” (Veja – 11/02/2017);
- **tocar a emoção e/ou a ética de determinados grupos sociais:** “Feministas brasileiras comemoram decisão sobre aborto na Argentina” (O Globo – 14/06/2018);
- **expor fatos de modo que pareçam benéficos para a sociedade:** “Trabalho informal aparece como saída ao desemprego” (O imparcial – 11/02/2018).

Os exemplos dados nos mostram que os títulos têm construção que exploram um fundo de conhecimentos prévios mais complexo, o que demanda maior reflexão do leitor e o estabelecimento de uma rede de articulações mais aprofundada. Por exemplo, a notícia que relaciona as feministas brasileiras com a decisão na Argentina sobre aborto, exige que reflitamos sobre a relação estabelecida pelo enunciador, ademais, a designação de um grupo social como “feministas” não é feita ao acaso e pode levar o público a acionar simbolismos sociais preconcebidos. Seguindo a linha da designação, vemos que a maioria dos títulos se constrói sobre ela, como “cubanos e venezuelanos”, “menores” e “feministas”, o que toca inúmeras representações ideológicas dos leitores sobre esses grupos sociais; por exemplo, no imaginário da maior parte dos brasileiros, os gentilícios

cubano e venezuelano vêm sendo ligados a sistemas de governo extremistas e ditatoriais, o que tem levado a ataques violentos e episódios de xenofobia contra esses povos. Cabe destacar que o exercício manipulativo feito por meio de títulos com essas características é mais sofisticado e ocorre paulatinamente, ou seja, seus resultados serão percebidos a longo prazo em uma sociedade, visto que é um trabalho de reforço das representações sociais e de (re)construção ideológica mais moroso, porém mais efetivo, duradouro e danoso.

É importante dizer que a divisão feita anteriormente tem caráter didático, sendo difícil separar, no momento da leitura, o tipo de memória acionado ou os diferentes enquadramentos. No entanto, insistimos em fazê-la para propor formas de compreender a integração entre os enquadramentos e as memórias. A seguir, apresentamos análises baseadas nas teorias vistas anteriormente. O objetivo principal é observar como a estruturação de um texto informativo e a elaboração de títulos podem orientar o olhar de leitores para uma direção de modo a manipulá-los. Começaremos apresentando reflexões sobre três títulos de notícias veiculadas no Brasil e, posteriormente analisaremos um texto jornalístico em sua totalidade.

6. Proposta de análise discursiva de títulos

Nesta seção, realizamos a análise de três títulos de notícias com foco nos enquadramentos pela tematização e pela designação, discutindo quais memórias podem ser ativadas para que a leitura do público alvo seja orientada em determinada direção e não em outra, o que,

como discutido anteriormente, pode levar à manipulação dos indivíduos envolvidos nessas práticas discursivas. Foram selecionados três títulos de notícias, de jornais diferentes, que abordam o mesmo tema: a imigração de venezuelanos para o Brasil. Essa seleção foi feita para que possamos observar e comparar as diferentes formas de construção dos enunciados, além de permitir analisar como enquadramentos sobre o mesmo tema são feitos de forma distinta e verificar que a ativação de diferentes representações sociais, armazenadas nas memórias, é buscada por esses canais midiáticos para a construção de efeitos de sentido. Vejamos os títulos propostos:

- “A imigração venezuelana em Roraima e o risco da explosão demográfica” (Estadão – 20/08/2018);
- “Brasil tem cerca de 30,8 mil imigrantes venezuelanos; somente em 2018 chegaram 10 mil, diz IBGE” (G1 – 29/08/2018);
- “Brasil acolhe mais de 30 mil imigrantes crianças e adolescentes” (Carta Capital – 14/09/2018).

As notícias datam de agosto e de setembro de 2018 e têm como propósito relatar fatos sobre fluxos migratórios para o Brasil. Inicia-se a análise das estratégias de enquadramento visando a relacioná-las às memórias ativadas, seguindo a ordem apresentada anteriormente e, posteriormente, elaboram-se uma rápida análise contrastiva dos três títulos.

No primeiro título, o enquadramento pela tematização nos permite observar que o leitor é levado a problematizar as relações entre a imigração e a explosão demográfica. Chama a atenção como a tematização recorre

à memória de curto prazo dos leitores para estabelecer uma interpretação negativa do fato, através da utilização das palavras “risco” e “explosão”, cuja semântica remete a elementos negativos. Adicionalmente, pelo uso da conjunção aditiva “e”, é estabelecida uma relação direta entre as palavras “venezuelanos”, “risco” e “explosão”, sugerindo consequências negativas para o país. A disposição desses termos também é de extrema importância para o enquadramento pela tematização: observemos que expor no primeiro plano a informação “imigrantes venezuelanos” faz com que a atenção do leitorado se fixe nisso, pois os pacotes de conhecimentos sobre o tema são ativados, logo, a leitura do público estará direcionada para esse eixo do título e prejudicará a ativação de outros pacotes de conhecimentos mais relevantes. Assim, representações sociais, presentes na memória de longo prazo, sobre imigrações e sobre a Venezuela serão acionadas. Cabe ressaltar que no Brasil vem sendo construído, pelas grandes mídias, religiosos conservadores e governantes de extrema-direita, um imaginário de concepções negativas e preconceituosas em relação a esse país e a sua população. É importante notar que o enquadramento pela designação contribui para o enquadramento temático a partir do sintagma “a imigração venezuelana”, ou seja, os riscos não são trazidos por quaisquer outros fluxos migratórios que chegam ao país, como angolanos ou haitianos, mas sim por essa migração específica que acaba por ser vinculada a potenciais riscos à nação.

O segundo título, tem objetivo similar ao primeiro, a saber, informar sobre a chegada de venezuelanos no Brasil,

no entanto, se baseia em dados numéricos do IBGE, o que lhe confere, à primeira vista, um caráter objetivo. Porém, aprofundando em sua dimensão argumentativa, podemos verificar índices discursivos de estratégias que podem orientar a leitura e, conseqüentemente, os pontos de vista do público. A começar pela tematização, a estrutura do título visa a limitar a leitura aos números apresentados como se fossem cifras impactantes para o país, “30,8 mil” e “10 mil” venezuelanos. A apresentação dos dados através de números absolutos é bastante significativa, pois se pensarmos nas mesmas cifras apresentados em porcentagens, em relação à população total brasileira, o número não representaria 0,3% de habitantes nesse território, ou seja, o título poderia produzir uma sensação de mitigação da quantidade de imigrantes chegados ao Brasil e não uma sensação de advertência. Um índice discursivo que pode dar suporte a essa reflexão é a utilização do advérbio “somente”, que pode levar o público a interpretar que “10 mil” em um período de 12 meses é um número exacerbado. Essas são representações que podem ser imediatamente acionadas na memória de curto prazo dos indivíduos. Além de “somente”, há mais duas palavras importantes que merecem destaque na tematização, pois ativam representações sociais imediatas, são elas: “Brasil” e “tem”. O substantivo próprio “Brasil”, empregado em primeiro plano, estabelece os limites do discutível e coloca o país, e conseqüentemente os brasileiros, como ponto central da problematização. Não importam os venezuelanos ou as causas da migração, mas sim os efeitos que provocam: movidos por sentimentos nacionalistas, os leitores podem se sentir afetados pelo

grande contingente de migrantes. Por outro lado, o verbo “ter” coloca o Brasil na categoria de possuidor, mas de caráter involuntário — podemos comparar com ter uma doença, por exemplo. Assim, se considerarmos os preconceitos que têm sido alimentados em relação aos venezuelanos, a problematização pode se dar no sentido de indagar se o Brasil deve ter todos esses imigrantes em seu território.

O último título apresenta estrutura sintática similar à do anterior, no entanto, apresenta índices discursivos que permitem verificar diversas diferenças entre os dois, principalmente no que tange à dimensão argumentativa e aos efeitos de sentido evocados pelos enquadramentos e pelas memórias acionadas. A tematização proposta estabelece um viés distinto dos anteriores: a problematização agora consiste em refletir sobre o papel do Brasil enquanto pátria acolhedora, deixando em segundo plano possíveis consequências negativas trazidas por fluxos migratórios. Além disso, não há nenhum povo imigrante no foco da notícia, o que permite inferir que há distintos povos migrando para o Brasil e não apenas venezuelanos, como era exposto nos títulos anteriores. Esse distanciamento promove um afastamento dos sentidos comuns que vêm sendo criados no Brasil em relação aos venezuelanos. Podemos observar que o nome do país “Brasil” também é apresentado em primeiro plano e pode ativar sentimentos nacionalistas em relação a ele, mas, ao contrário do título anterior, serve para que o leitor se envolva como integrante de uma nação receptiva aos imigrantes. A escolha lexical pelo verbo “acolher”

confere ao país o papel de agente de uma ação cuja semântica remete a significados positivos que serão acionados imediatamente na memória de curto prazo do leitor, além disso, o público pode ser levado a pensar que o país promove ajuda humanitária a povos imigrantes. Quanto à cifra numérica apresentada, ao contrário das anteriores, ela não serve como um dado alarmante que beira o exagero: nesse título ela é usada para agregar intensidade ao verbo acolher. Além disso, pela construção do enunciado, a dimensão argumentativa nos permite inferir que há mais imigrantes e, dentre eles, estão 30 mil crianças e adolescentes. Pode-se dizer, inclusive, que há um viés mais preocupado com o bem-estar social do que com dados numéricos. Por fim, uma estratégia bastante evidente nesse título é a busca por atingir a sensibilização do público alvo ao designar os imigrantes como crianças e adolescentes, o que pode levar a problematização da responsabilidade do país com relação a essas pessoas em território nacional.

Em uma breve comparação dos títulos propostos, podemos apontar que há uma diferença bastante perceptível com relação à orientação das leituras possíveis. Nos dois primeiros, a migração é apresentada como um problema a ser enfrentado pelo Brasil, o que fica evidenciado pelas escolhas lexicais e a utilização de dados numéricos expostos de maneira alarmante. Ademais, o país é posto numa posição passiva de vítima dessa imigração, um lugar que poderá enfrentar más consequências e sua população será afetada de forma negativa. Em contrapartida, o último apresenta o país como agente

proativo, preocupado e com responsabilidade social com relação aos fluxos migratórios.

7. Proposta de análise discursiva de texto informativo

Título: *“David, Thiago, Priscila, votos gays o negros por Bolsonaro en Brasil.*

Subtítulo: *El miedo a la violencia tiene un efecto muy grande en Brasil a la hora de emitir el voto. Las encuestas le dan al ultraderechista una ventaja arrolladora”.*

Fonte: La Capital de Mar del Plata - **Data de publicação:** 23/10/2018 – La Plata (Argentina)

A notícia em questão foi publicada, na Argentina, alguns dias antes da votação para o segundo turno das eleições presidenciais no Brasil, cujas pesquisas indicavam vitória do candidato de extrema direita, que é assumidamente homofóbico, a favor de ditaduras e torturas, além de ser conhecido por declarações racistas, misóginas e por disseminar discursos de ódio e intolerância. O locutor-relator estrutura seu texto a partir da reprodução literal de ditos originais (citações), marcadas com o uso de aspas, por exemplo: *“No veo en Bolsonaro esa maldad que las personas le ven, lo que creo es que no estamos acostumbrados a lidiar con alguien como él, un tipo muy duro, fuerte, una persona decidida’ justifica David Trabuco, de 26 años”*; essa forma de relatar produz um efeito de objetividade do texto e propicia a autonomia do locutor de origem. Há também a retomada do dito original por meio da integração do discurso relatado (paráfrases/discurso indireto), por exemplo: *“En esta crispada campaña, David asegura que ha hecho oídos sordos a*

las advertencias de sus amigos sobre un eventual estallido de violencia homofóbica bajo un gobierno de ultraderecha". Estes dois discursos relatados nos permitem observar como as personagens do texto têm consciência sobre suas escolhas políticas e sobre as características do candidato, ainda que isso implique sobrepor opiniões pessoais em detrimento da consciência de classe; eles optam por "não ver" ou "fazer-se de surdo" diante das advertências.

Outro modo de relatar as falas de outras pessoas é a narrativização; nesse caso, o enunciador do texto informativo interpreta o dito original, em lugar de reproduzi-lo literalmente ou parafraseá-lo, apagando de tal forma o locutor original que não nos é possível aferir o que de fato foi proferido ou não, vejamos: *"Thiago recuerda, con un poco de vergüenza, que votó por el PT antes de que estallaran los escándalos que tienen en prisión a su histórico líder, el expresidente Luiz Inácio Lula da Silva"*. A narrativização é um procedimento de caráter altamente subjetivo porque resulta de um crivo interpretativo, visto que o locutor-relator deve reinterpretar o dito de origem, gesto que evidencia a presença deste no texto. Vemos no trecho que a ação de recordar com "vergonha" é atribuída ao locutor original, porém como as palavras ditas por ele não foram recuperadas, a avaliação do sentimento expressado decorre da perspectiva do enunciador. As formas de relatar transformam direta ou indiretamente as falas originais, por meio de seleções dos trechos que serão utilizados, emprego de verbos *dicendi*, mudanças lexicais e verbais e operações como a narrativização. A análise desses recursos permite observar posicionamentos do enunciador, que age de forma intencional ou não, e, ao

mesmo tempo, constatar que a pretensa imparcialidade do jornalismo é uma ilusão.

A seguir, propomos uma interpretação da dimensão argumentativa do texto na qual o enunciador se posiciona implicitamente, visando a mostrar como são incongruentes os posicionamentos políticos dos atores em relação à posição social que ocupam na sociedade, e como estão dispostos a abrir mão de direitos civis em troca de uma promessa vaga de combate à violência. Para tanto, são utilizadas distintas estratégias discursivas, cujos índices nos permitem elaborar a análise.

Chama a atenção o início do título com os nomes próprios “**David, Thiago e Priscila**”, assim o enunciador individualiza os personagens centrais da notícia. Cabe salientar que a utilização de prenomes pode ser uma estratégia para criar aproximação entre o público e os sujeitos descritos, dando a ideia de que são pessoas comuns como o leitor. Após os nomes, aparecem características pertencentes aos sujeitos, “*votos gays o negros por Bolsonaro en Brasil*”, que podem ter três funções principais: a primeira, e mais evidente, consiste em identificar os grupos sociais aos quais pertencem aquelas pessoas, grupos historicamente marginalizados na sociedade, isso recorre à ativação imediata das representações presentes na memória de curto prazo dos leitores e que permitem estabelecer o ponto de partida para as reflexões propostas no texto. A segunda busca incitar o leitor a interpretar que “*votos gays*” e “*votos negros*” não pertencem apenas àquelas pessoas, mas sim a seus grupos sociais mais amplos que seguirão, ou não, a mesma decisão política.

A última função é a mais importante e, talvez, a mais implícita. Consiste na problematização que pode ter sido proposta pelo enunciador e que só será alcançada caso o leitor acione conhecimentos socioculturais relacionados à tematização subjacente à notícia. Como dito anteriormente, o candidato à presidência caracteriza-se por declarações polêmicas e preconceituosas, muitas delas direcionadas a gays, negros e mulheres, ou seja, grupos sociais dentro dos quais podemos inserir os sujeitos da notícia. Dessa forma, espera-se que aquelas três pessoas não deveriam votar naquele candidato, no entanto, esse raciocínio não se confirma. Assim, a partir dessa perspectiva, podemos inferir que o texto informativo visa a orientar o olhar do leitor para essa falta de consciência de classe e promover a seguinte problematização: o que leva esses indivíduos a dar seus votos a um candidato que expressa rejeição a eles? Isso nos permite pensar sobre a exploração das representações sociais presentes na memória de longo prazo dos leitores, já que será a partir de sua exploração que o questionamento anterior poderá ser elaborado.

Considerando essa suposta problematização, o subtítulo oferece uma possível justificativa para a decisão daqueles eleitores: *“El miedo a la violencia tiene un efecto muy grande en Brasil a la hora de emitir el voto”*. Pode-se observar que a palavra “medo” se destaca por ser o núcleo do sujeito e pode levar o leitor a refletir se esse “medo da violência” é causa suficiente para um voto a favor da intolerância de gênero e racial. Pode-se refletir, ademais, sobre o efeito que a palavra “violência” provoca, pois, em geral, pensamos na violência urbana

(assaltos, furtos e assassinatos, principalmente), o que deixa em segundo plano outros tipos de violência como a moral, a sexual, a racial e a de gênero. Assim, há duas perspectivas éticas às quais os leitores podem afiliar-se ao longo da leitura: uma é a de identificar-se com o contexto social imediato de **David, Thiago e Priscila** e entender o medo da violência urbana como justificativa para o voto; a outra é não concebê-lo como tal e entender que o bem-estar de grupos minorizados da sociedade deve ser levado em consideração independentemente de ideologias políticas.

Seguindo nossa proposta, destacamos o enquadramento pela designação feito no texto informativo. A notícia divide-se em três partes e em cada uma os três locutores de origem (David, Thiago e Priscila, respectivamente) são identificados em relação à raça, identidade de gênero, ocupação, grau de escolaridade e religião. Para abarcarmos as designações empregadas, importantes para compreender a dimensão argumentativa, seguiremos a mesma ordem estabelecida no texto. Acreditamos que o enquadramento pelas designações serve para reforçar a intenção de levar o leitor a refletir sobre a suposta incoerência entre a consciência de classe e o posicionamento político-ideológico.

De acordo com o texto, David é *“un maquillador gay y evangélico”* que migrou para outra cidade onde se prostituiu e tornou-se usuário de drogas, no entanto, “recebeu ajuda” de uma igreja evangélica, deixou de usar roupas femininas e cortou o cabelo. Nessa caracterização, cabe destacar as palavras “gay” e “evangélico”, as quais, no contexto brasileiro, são

indutivamente opostas, visto que é de conhecimento público que a maioria das igrejas evangélicas, baseando-se na bíblia, opõem-se às pessoas LGBTQ, inclusive apoiando a chamada “cura gay”, o que implica que ser gay é estar doente de alguma forma. Além disso, por meio de sua bancada política conservadora, dificulta o acesso a direitos básicos como o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Portanto, o uso daqueles adjetivos e sua ordem no texto parecem não serem feitas a esmo, pelo contrário, podem deixar entrever alguma apreciação e levar o leitor a refletir sobre a plausibilidade entre as relações desses dois grupos sociais.

O segundo indivíduo designado no texto é Thiago, *“un homosexual católico sin empleo [...] con estudios universitarios sin concluir”*. A relação entre identidade sexual e religião induz reflexões sobre uma relação dicotômica, pois, apesar de menos conservador, o catolicismo no Brasil ainda não concebe casamentos entre pessoas de mesmo sexo e, em determinadas congregações, homossexuais não são aceitos. Em outro ponto do texto, há uma subseção denominada *“gay de derecha”*, que implicitamente contrapõe a identidade sexual com o posicionamento político. Essa designação segue o efeito dicotômico, visto que governos de direita se caracterizam por serem mais conservadores, inclusive, em determinados momentos da história, perseguiram pessoas gays, justificando também seus atos com apoio na bíblia. Reforça-se no texto essa dita incoerência de discursos com a seguinte frase: *“El domingo votarán por Jair Bolsonaro, el ultraderechista que llegó a decir que preferiría un hijo muerto antes que*

homossexual". Fica clara a orientação da leitura que o enunciador imprime ao texto, ou seja, refletir sobre a contradição de um gay apoiar um candidato que profere ódio contra homossexuais.

A última pessoa designada no texto é Priscila, "*una mujer negra [...] que trabaja como auxiliar administrativa*"; *a priori*, sem uma contextualização, essa designação não deixa entrever a incoerência já mencionada nesta análise. No entanto, o então candidato à presidência, em entrevistas, deixou transparecer seu racismo e misoginia, afirmando que mulheres não devem receber o mesmo salário que homens, pois engravidam. Negou também qualquer dívida histórica com os negros, já que ele não escravizou ninguém. Portanto, ao caracterizar Priscila como "mulher e negra", o enunciador ativa a ética sociocultural do leitor, induzindo-o a questionar se há coerência no voto dado ao candidato. Para isso, é necessário que o leitor recorra às representações sobre ser "mulher" e ser "negra" no contexto brasileiro, o que não se dá através do raciocínio rápido e indutivo mas sim com uma leitura mais profunda e que explore as redes de conhecimentos mais complexas presentes na memória de longo prazo dos leitores.

Esses enquadramentos por designações baseiam-se em simbolismos que são ativados a partir dos conhecimentos prévios dos leitores, ou seja, suas memórias de curto e de longo prazo. A maneira como os indivíduos são descritos revela uma perspectiva do enunciador, consciente ou inconscientemente, ou seja, de alguma forma seus pontos de vista sobre o tema compõem a dimensão argumentativa do texto.

8. Considerações finais

Nas análises propostas anteriormente, buscou-se apresentar de forma panorâmica como a orientação da leitura a ser feita pelo público de determinado veículo de informação pode ser exercida a partir de estratégias discursivas. Na primeira análise, apresentamos algumas das estratégias que podem ser utilizadas para orientar a visão do público para uma direção desejada. Foram propostas breves análises de três títulos de notícias publicadas no contexto brasileiro, sobre um mesmo tema. Estas se mostram importantes para exemplificar as teorias exploradas neste artigo, porém não são absolutas e as conclusões depreendidas são apenas algumas dentre várias outras que podem ser feitas segundo o referencial teórico que se assuma. No entanto, foi possível observar como os títulos são elaborados de modo a mobilizar diferentes representações sociais e afiliações ideológicas (memórias) de seus leitores através de índices discursivos e estratégias de enquadramento que permitem desvendar sua dimensão argumentativa.

Na segunda análise, nos baseamos em um conjunto de observações sobre o contexto sociocultural no qual o texto informativo foi veiculado e quisemos explicitar como a dimensão argumentativa está presente a partir de alguns índices. Procuramos, de igual maneira, entender como o enunciador busca atuar sobre o olhar de seu público através da forma de relatar e tematizar os acontecimentos, além da maneira como designa as personagens. Acreditamos que o objetivo principal daquele texto é provocar no leitor reflexões sobre as

incoerências existentes entre a consciência de classes e os posicionamentos políticos, o que é posto de forma implícita, constituindo a dimensão argumentativa e exigindo do leitor uma leitura mais apurada e crítica.

AS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2018: O PONTO DE VISTA DO ENUNCIADOR A PARTIR DOS ENQUADRAMENTOS

Mariana Ferreira Ruas
(Departamento de Letras - UFV / PosLin - UFMG)

Introdução

O discurso informativo, usualmente, é considerado neutro ou até mesmo imparcial, aproximando-se do esquema elementar da comunicação no qual se considera que um emissor transmite uma mensagem a um receptor e que este, por sua vez, será capaz de captar a mensagem ao decodificá-la. No entanto, a informação, enquanto linguagem, não é transparente e não estabelece com o mundo uma relação direta. A linguagem constrói sentidos particulares do mundo, ancorados na história, na ideologia e na memória (CHARAUDEAU, 2013; ORLANDI, 1999).

Sendo a linguagem algo muito mais complexo do que uma operação de transmissão de informações ou mensagens, compreender as relações estabelecidas entre os sujeitos e os efeitos causados anula qualquer possibilidade de considerar que algum discurso possa ser neutro. As palavras carregam não apenas significados, mas também sentidos que se ligam a uma memória discursiva, histórica, às condições de produção e de circulação dos textos que permeiam nossa vida em sociedade.

Retomando o que foi dito por Charaudeau em seu livro *O discurso das mídias* (2013, p. 33), a linguagem se refere também a sistemas de valores que determinam o uso dos signos internos de uma língua em situações particulares de comunicação. O teórico caracteriza, assim, a linguagem como ato de discurso.

Neste artigo, o discurso informativo analisado terá como focos a matéria intitulada “Nordeste, o último campo de batalha das eleições brasileiras”, publicada no site do jornal *El País* em sua versão para o Brasil, e as manchetes de dois jornais espanhóis (*El País* e *ABC*) que noticiaram o resultado das eleições de 2018 no Brasil. As notícias, reportagens e manchetes são consideradas, dentro do discurso de informação midiática, como pertencentes aos tipos textuais narrativos e descritivos, enquadrando-se em um “fazer-saber” (EMEDIATO, 2013, p. 70).

As manchetes, por seu caráter introdutório, cumprem a função de capturar a atenção do leitor e, por isso, destacam informações consideradas de grande relevância. No entanto, segundo Emediato (2013, p. 79), elas expressam um ponto de vista, possuem uma dimensão argumentativa, pois, por meio de estratégias “nem sempre conscientes ou manipuladoras”, um sujeito age sobre o leitor para influenciar suas interpretações sobre as representações de mundo.

Quando se aproximam os campos semânticos *eleições* e *guerra*, como no caso da matéria do *El País*, há um enquadre temático que possibilita ao leitor estabelecer paralelos possíveis entre um campo de batalha e uma campanha eleitoral. Há um apelo para

uma memória discursiva (ORLANDI, 1999), quando se ativam determinados discursos pre-ditos, como a vinculação militar de um dos candidatos, o clima de tensão das eleições em questão, a prática comum em pleitos eleitorais pela disputa de votos, entre outros.

Interessa-me, especificamente, analisar quais são as designações utilizadas para os atores envolvidos – os candidatos das eleições –, retomando o conceito de enquadramento apresentado por Emediato (2013). Essa estratégia consiste em impor atributos aos seres, através de escolhas que o enunciador faz, revelando tanto o seu posicionamento quanto o direcionamento que pretende alcançar na interpretação.

O objetivo central da análise, portanto, concentra-se em verificar os atributos (designações) impostos nos textos em questão aos candidatos do segundo turno das eleições no Brasil e ao candidato vencedor do pleito, buscando apontar os possíveis efeitos de sentido que tais designações podem construir. A escolha por esse recorte deve-se à grande polarização que se instaurou no país e que foi ainda mais marcada durante o segundo turno do processo eleitoral, fazendo com que duas ideologias, de direita e de esquerda, se contrapusessem tanto no plano discursivo quanto no plano da ação concreta. A opinião internacional também noticiou amplamente o processo eleitoral brasileiro e, assim como a mídia nacional, publicou notícias que geraram repercussões e polêmicas, sendo questionadas por setores mais conservadores ou mais progressistas.

1. Dispositivos teórico e analítico

Para os objetivos deste artigo, mobilizo conceitos e reflexões propostos no campo da Análise do Discurso (AD) bem como nos estudos sobre gêneros discursivos. Dessa forma, farei aqui uma breve explanação teórica, apresentando os dispositivos teórico e analítico que embasarão as análises propostas.

Os gêneros discursivos, embora não sejam completamente estáveis, apresentam determinadas características que nos permitem identificá-los e categorizá-los. Conhecer os elementos constitutivos dos gêneros nos possibilita, inclusive, visualizar em um texto pretensamente informativo aspectos argumentativos, como proposto por Emediato (2013) ao referir-se à dimensão argumentativa de notícias jornalísticas.

Rojo e Barbosa (2015) afirmam que os gêneros discursivos estão compostos por três elementos: tema, estilo e composição. O primeiro deles relaciona-se ao modo como um conteúdo é expresso pelo locutor, ressaltando-se a avaliação que ele faz de determinado conteúdo temático.

As autoras retomam Bakhtin para defender que a ideologia circula pelo tema, pois é por ele que as ideias e as apreciações de valor do locutor se afirmam. Bakhtin também chama a atenção para o fato de que não só as formas linguísticas da composição determinam o tema, mas também os elementos não verbais, como o contexto histórico. Por isso, o instante histórico em que um enunciado ocorre é importante para compreender seu sentido.

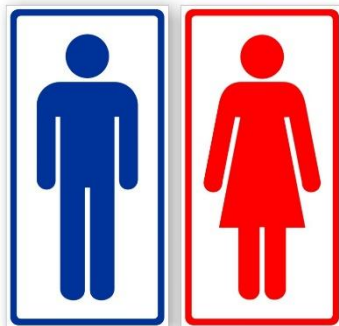
O estilo se caracteriza pelas escolhas do locutor no que diz respeito aos aspectos da gramática. Essas escolhas afetam o léxico, a sintaxe e o registro linguístico (formal/informal). Nesse sentido, é possível aproximar o estilo ao que Emediato (2013) define como enquadramento por designação, uma vez que nos dois casos o enunciador faz escolhas sobre como dizer o que quer dizer, impondo atributos aos seres designados e, com isso, indicando seu posicionamento enunciativo e direcionando o olhar do leitor.

Por composição, Rojo e Barbosa se referem ao uso de formas, mais ou menos determinadas, para organizar e dar acabamento ao enunciado. Coerência, coesão e progressão temática são elementos que se relacionam à composição.

Seria possível dizer que tanto estilo como tema são componentes marcados pela forma de dizer de quem enuncia, seja pelas escolhas que faz – “denunciando” seus posicionamentos –, seja pela ideologia que ele faz circular. Ao analisar textos como pertencentes a gêneros discursivos, a estrutura – em termos estruturalistas – deixa de receber o foco da atenção.

Orlandi (1999), dentro dos estudos em AD, afirma que nessa disciplina a mensagem deixa de ser central, sendo o sentido a questão fundamental. Para a autora, deve-se entender que o texto não detém os sentidos, pois não é um sistema fechado que precisa ser decodificado pelo leitor. A autora afirma que os sentidos são interpretados e, para isso, é necessário que os sentidos simbólicos nos quais está inscrito sejam acessados por quem lê. Os sentidos possíveis, ou as interpretações

possíveis, são determinados historicamente, pois “os sentidos estão sempre ‘administrados’, não estão soltos” (ORLANDI, 1999, p. 10), se ancoram na história, na ideologia, na memória. Tomemos como exemplo uma placa afixada em um banheiro como a que segue:



Somos capazes de interpretar os sentidos dessa placa ao relacionar as cores azul e vermelho com a divisão de gênero que vivemos em nossa sociedade; também nos guiamos pelo uso de um vestido e a ausência dele em cada um dos bonecos apresentados. Todos esses conhecimentos pre-construídos nos auxiliam na compreensão dos sentidos que o texto não verbal veicula.

Para a AD, discursos que já foram ditos por outros em outros momentos fazem parte da nossa capacidade de atribuir sentido aos textos e somos capazes de fazer isso porque temos uma memória discursiva, “o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pre-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 1999, p. 31). Ao relacionar a memória ao

discurso, Orlandi afirma que ela passa a ser entendida como interdiscurso, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (p. 31).

Ao considerar que o que se diz tem uma história e, portanto, o discurso não pertence a alguém, corrobora-se a afirmação de que os sentidos não estão somente no texto, mas nas relações que ele estabelece com outros discursos. Orlandi (1999, p. 39) fala sobre uma “relação de sentidos”, segundo a qual um discurso sempre se relaciona com outros, “um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros”, não sendo possível dizer que há “começo absoluto nem ponto final para o discurso”.

No uso dos signos, portanto, não há neutralidade, pois todo discurso está ancorado em contextos sócio-histórico-ideológicos e se relaciona a outros discursos, sendo que o sujeito que fala (ou escreve) se alinha a determinados discursos e os incorpora, reproduz e dissemina. Orlandi (1999, p. 9) aponta para o fato de se compreender que os usos da linguagem não são neutros ou imparciais como comumente se escuta sobre determinados discursos (ex.: jornalístico, científico), pois afirmar a neutralidade da linguagem seria o mesmo que considerar que no uso dela o enunciador não acessa suas próprias ideologias, visões de mundo, construções simbólicas etc.

Nesse sentido, Emediato (2013) retomando uma proposta de Ruth Amossy, afirma que embora se considerem alguns textos como não argumentativos, há discursos que apresentam uma dimensão argumentativa que carrega a intenção de persuadir o leitor. Textos

jornalísticos informativos se encaixam nessa descrição, pois embora não sejam textos prototipicamente argumentativos (como o artigo de opinião e o editorial), apresentam um ponto de vista expresso ou implícito, desmistificando a ideia de que há discursos neutros.

O conceito de dimensão argumentativa implica compreender que há discursos que mesmo não se caracterizando como do tipo argumentativo, possuem uma intenção de agir sobre as crenças do leitor e suas representações sobre o mundo social (EMEDIATO, 2013, p. 71). Para identificar essa dimensão, faz-se necessário analisar aspectos no discurso que não se caracterizem como explicitamente argumentativos, mas que carregam uma “intenção de agir sobre as crenças e as representações do outro sem que a visada argumentativa do discurso seja assumida pelo sujeito comunicante” (idem, p. 78).

Emediato apresenta três tipos de estratégias que são comuns ao discurso da informação jornalística, dentre elas está a de enquadramento, uma proposta derivada da ideia de esquematização de Jean-Blaise Grize. Quando se enquadra o discurso, o sujeito enunciador tematiza o que diz a partir de uma perspectiva.

Dessa forma, ao analisar as estratégias de enquadramento, é possível visualizar o que o enunciador coloca em evidência, o que seleciona e como o faz. Nesse sentido, as estratégias de enquadramento atuam como uma orientação do olhar do outro (EMEDIATO, 2013, p. 80), sendo, portanto, uma dimensão argumentativa do discurso ao pretender

persuadir o leitor a visualizar o que se relata sob uma perspectiva determinada.

As estratégias de enquadramento, segundo Emediato (2013), são quatro: enquadramento por tematização, por designação, por questionamento e do dizer do outro (verbos *dicendi*). Para as análises que serão empreendidas, interessam-me as estratégias de enquadramento por tematização e por designação.

No primeiro caso, trata-se de enquadrar um tema, uma parte da realidade, apelando para a memória discursiva do leitor. Todos os textos apresentam esse tipo de tematização, pois sempre se dá um recorte ao que se enuncia. Retomando o título da matéria do jornal *El país*, os domínios temáticos que se supõem como compartilhados pelo público que terá acesso à matéria são o das eleições no Brasil em 2018 e, também, o da área militar.

O enquadramento por designação é uma estratégia de referenciação aos seres que inclui predicação, havendo assim uma imposição de atributos que “fazem circular pontos de vista subjetivos através da atribuição” (EMEDIATO, 2013, p. 82). As escolhas designativas do jornalista, no caso do discurso de jornais, direcionam a leitura e podem causar efeitos de sentido por meio da associação entre o ator social apresentado e os sentidos construídos pelo atributo que lhe é imposto.

2. Análise

As análises serão apresentadas separadamente: começarei pela matéria “Nordeste, o último campo de batalha das eleições brasileiras”, focalizando as

designações utilizadas para fazer referência aos dois candidatos do segundo turno das eleições presidenciais de 2018. No segundo momento, apresentarei a análise das manchetes das notícias dos jornais espanhóis *El País* e *ABC* sobre o resultado das eleições.

Ao selecionar as manchetes, optei por não escolher nenhum jornal brasileiro, por considerar que os candidatos envolvidos no processo eleitoral já fariam parte da memória discursiva dos leitores das mídias brasileiras. Dessa forma, escolhendo manchetes de jornais internacionais, considero que o candidato vencedor das eleições será introduzido no discurso por alguma característica que o defina, para além de seu nome próprio, dando ao possível leitor um contexto mínimo para sua interpretação. Tal característica, espera-se, estaria relacionada ao espectro político no qual o candidato se posiciona, ao partido ao qual está filiado ou, ainda, a algum cargo que tenha ocupado politicamente e que tenha sido amplamente conhecido. Ao buscar analisar de que forma a mídia internacional noticiou o fato, pretendo discutir quais são as memórias históricas e discursivas do contexto internacional que permeiam a construção da imagem de Jair Bolsonaro.

2.1 Analisando as designações para Haddad e para Bolsonaro

No texto jornalístico em questão — “Nordeste, o último campo de batalha das eleições brasileiras” —, embora várias pessoas sejam citadas, considerarei para a análise apenas os dois candidatos à presidência no pleito

de 2018. Isso se deve ao fato de me interessar observar como os dois oponentes são referenciados no texto e se o campo temático da guerra, evocado no título da notícia, se relaciona aos dois ou não.

Embora o título não faça referência a nenhum dos dois, o subtítulo apresenta os dois atores principais: “Bastião do petismo, Haddad conseguiu vencer Bolsonaro em todos os Estados da região. Para conquistar o Nordeste, Bolsonaro faz acenos ao Bolsa Família, mas tem que superar rejeição de 50%.” (*El País*).

Ao longo do texto, os dois candidatos são citados diversas vezes, embora haja mais menções a Bolsonaro: 27 frente às 16 vezes em que Haddad é mencionado. A carga semântica nas designações escolhidas permite identificar que a guerra declarada no título (“Nordeste, o último campo de batalha das eleições brasileiras”) pode recuperar um discurso já conhecido dos leitores do jornal: o de que Bolsonaro é um militar.

O quadro a seguir apresenta todas as designações utilizadas para Bolsonaro e Haddad ao longo da matéria:

	Haddad	Bolsonaro
Nome	12 ocorrências	14 ocorrências
Cargo/ atribuições	1. ex-prefeito de São Paulo 2. o petista 3. ao petista 4. o ex-prefeito paulistano	1. capitão reformado do Exército 2. militar reformado 3. do capitão 4. o candidato 5. do capitão 6. do presidente do PSL

		7. do capitão 8. o capitão 9. o capitão 10. o candidato 11. do capitão 12. o capitão 13. do opositor ao PT
--	--	--

É interessante notar que das 13 vezes em que Bolsonaro é citado ao longo do texto por atributos que não sejam seu nome, 9 estão relacionadas ao meio militar, destacando-se a alcunha de *capitão*, patente que de fato possui. Outro aspecto que destaco é o uso da designação “do opositor ao PT”, retirada do trecho:

Ainda para Luciana Santana, a influência exercida pelas igrejas evangélicas colaborou para o avanço do opositor ao PT na região. "O eleitorado que Lula perdeu no Nordeste foi muito influenciado pela igreja", afirma. No país, 70% dos praticantes da religião afirmam preferir Bolsonaro. Do outro lado, a tentativa de Haddad de criar uma frente ampla do campo progressista naufragou na eleição. (*El País*)

Embora as eleições sejam disputadas por dois candidatos que estão filiados a dois partidos diferentes, aqui ocorre uma relação cruzada. Por um lado, tem-se um candidato (Bolsonaro), sendo seu opositor não o outro presidencial, mas sim o partido (PT). Conhecer o contexto das eleições no Brasil em 2018 permite-nos entender que, de fato, as eleições foram marcadas pelo discurso de oposição de uma pessoa a um partido.

Ao observar os atributos utilizados para designar Haddad, vemos que há um único campo semântico escolhido, o da política. No entanto, equilibram-se as designações de sua atuação política recente (ex-prefeito da cidade de São Paulo) e de sua filiação partidária (PT).

Embora a estratégia de designação, por tratar-se da imposição de um atributo (EMEDIATO, 2013), esteja relacionada ao uso de substantivos e adjetivos, a escolha dos verbos de determinadas ações dos candidatos corrobora a aproximação feita entre Bolsonaro e o campo militar. O quadro a seguir lista os exemplos encontrados:

	Haddad	Bolsonaro
Verbos de ação	1. “entra com os dois pés na ofensiva para <u>desconstruir seu rival</u> ”	1. “ <u>conquistar</u> Nordeste” 2. “em busca de <u>conquistar o último bastião petista</u> ” 3. “já <u>havia avançado</u> nos grandes centros urbanos” 4. “Para <u>seguir avançando</u> no terreno petista, a estratégia do capitão” 5. “ <u>voltou a atacar</u> o programa” 6. “ <u>defendendo</u> a continuidade do programa e <u>lançando sua bala de prata</u> ” 7. “ele <u>mira em avançar</u> principalmente nas cidades do interior do Nordeste”

Observa-se a predominância de verbos que se relacionam ao mundo da guerra para descrever ações do candidato Bolsonaro: conquistar, avançar, atacar,

defender, lançar sua bala de prata, mirar em avançar. Já o candidato Haddad tem apenas uma de suas ações relacionadas ao campo da batalha.

Em um dos exemplos citados no quadro acima, além do verbo que indica ação de guerra (conquistar), ocorre a seleção de um substantivo especificamente relacionado a esse campo semântico. Destaco o trecho em questão: “O mimetismo do capitão reformado do Exército faz parte de uma série de acenos que ele vem fazendo ao Nordeste em busca de conquistar o último bastião petista, como a proposta de oferecer 13º salário a beneficiários do Bolsa Família” (*El País*). A palavra *bastião*, que também aparece no subtítulo da matéria, é um termo militar e refere-se a uma fortificação, um baluarte.

Dessa forma, considero que seja possível ampliar os recursos mobilizados pela estratégia de enquadramento por designação, incluindo o uso de verbos de ação que, ao reforçar o enquadramento temático do “campo de batalha”, também designam as pessoas envolvidas. No caso específico do texto que está sendo analisado, as ações representadas pelos verbos se ligam ao campo de batalha e mantém o agente (Bolsonaro) circunscrito ao âmbito militar.

Após identificar as formas de designação utilizadas para fazer referência aos dois candidatos à presidência do Brasil em 2018, pode-se dizer que a questão de análise – o discurso prévio que enquadra um dos dois ao meio militar – se confirmou, pois, de fato, as designações atributivas utilizadas para ele, em sua ampla maioria,

retomam a memória discursiva das guerras, batalhas e disputas militares.

Retomando o que foi dito por Orlandi (1999, p. 43), toda palavra faz parte de um discurso. Portanto, pode-se supor que a jornalista, ao selecionar palavras que fazem parte do discurso bélico (atacar, avançar, bastião, capitão, militar reformado etc.) ao escrever uma matéria sobre as eleições, tivesse a intenção de cruzar esses dois mundos discursivos.

Para que essa referência faça sentido para o público leitor da matéria, é necessário que se tenha conhecimento da filiação militar de Bolsonaro – algo que também é informado no texto. Porém, as possíveis interpretações também podem depender da ativação de uma memória discursiva que retoma o clima de violência e tensões que marcou o pleito eleitoral no Brasil.

Ao apresentar, já no título, uma região do Brasil como um “campo de batalha”, o sentido de disputa e violência é passível de ser trazido para a leitura. Nas narrativas de guerras, um fator importante é a descrição dos pontos fortes e fracos dos oponentes, o que também acontece na matéria do *El País*.

No texto, apresentam-se dados numéricos sobre os votos conseguidos por cada um dos candidatos no Nordeste do país. Para além disso, se supostamente o candidato do PT teria vantagens nessa região, apresentam-se seus pontos fracos: sua vantagem no Nordeste não se confirma nos centros urbanos, o candidato Ciro Gomes o apoia de forma “discreta” e sua busca por aliados nordestinos “ainda não decolou”.

Já no caso do candidato do PSL, embora em desvantagem nessa região, destacam-se suas estratégias para ganhar terreno e votos no “campo inimigo”: desfazer declarações feitas no passado em relação ao Nordeste e afirmar a continuidade de programas sociais que beneficiam essa região. Uma possível interpretação, levando-se em consideração a preferência por atribuir a Bolsonaro termos/ações militares e a Haddad termos/ações civis, seria a de que – por tratar-se de uma guerra – o primeiro candidato estaria mais bem preparado para combater. Essa interpretação possível seria, portanto, a dimensão argumentativa identificada no texto que, ao selecionar vocábulos que descrevem um político como um combatente militar, constrói a imagem pela qual se pretende que o leitor identifique em Bolsonaro maiores chances de vencer a disputa.

Segundo Amossy (2006 *apud* GRACIO, 2015), quando, no discurso, se procura sugerir formas de ver e de sentir, há uma dimensão argumentativa. Há diversas maneiras de induzir o leitor a interpretações que podem ser feitas, seja pela seleção dos discursos referidos que serão trazidos ao texto, pela escolha das imagens que irão compor uma matéria jornalística e, inclusive, pela própria escolha do fato a ser noticiado. O enquadramento por designação é, também, uma forma de construir a dimensão argumentativa, ou seja, de causar um raciocínio no leitor (EMEDIATO, 2013, p. 82) que o leve a ver os seres trazidos para o texto sob o ponto de vista subjetivo do jornalista.

Bolsonaro, ao ser designado majoritariamente como um capitão, um combatente capaz de avançar em território

inimigo, recebe uma modalidade apreciativa considerada positiva em um cenário de guerra. Por outro lado, Haddad é designado como um civil, alguém inapto para competir no cenário que se constrói discursivamente. Dessa forma, considero que o enquadramento por designação pode levar ao possível interpretativo apontado como a dimensão argumentativa identificada no texto do *El País*.

2.2 O futuro presidente do Brasil pela ótica espanhola

Para a análise das manchetes dos jornais espanhóis, outros textos que auxiliam na composição do título e que complementam informações serão focalizados. Portanto, elementos como o *lead* e o subtítulo, quando presentes, também serão considerados.

Transcrevo abaixo os textos dos dois jornais que formam o *corpus*, destacando em negrito os termos utilizados para atribuir características ao candidato vencedor das eleições 2018:

Jornal: El País		Data: 29/10/2018
Manchete:	<i>El ultraderechista</i> Bolsonaro gana las elecciones y será presidente de Brasil	
Subtítulo:	<i>El exmilitar</i> logra el 55,13% de los votos mientras el progresista Haddad (del PT) obtiene el 44,87%, con el 100% escrutado. Ha sido la elección más polarizada, tensa y violenta en décadas	

Jornal: ABC		Data: 29/10/2018
Manchete:	<i>El ultraderechista</i> Bolsonaro gana las elecciones en Brasil	

Lead:	<p><i>La ultraderecha gana las elecciones en Brasil. Alegría e indignación en las calles ante la victoria del racista, homófobo, machista y radical Jair Bolsonaro. Él será el nuevo presidente del país con el 55 por ciento de los votos, frente al casi 45 por ciento del izquierdista Fernando Haddad. Donald Trump ya le ha felicitado, mientras él lo ha celebrado rezando.</i></p>
-------	---

Nas duas manchetes, o termo *ultraderechista* acompanha o nome de Bolsonaro, atribuindo-lhe, como esperado, uma característica que o situa dentro do espectro político. Há que se destacar o fato de que os dois jornais noticiaram o período eleitoral do Brasil durante os meses do pleito e, de forma mais intensa, a partir do segundo turno. Dessa forma, também é possível supor que os candidatos à presidência já haviam sido introduzidos no discurso jornalístico espanhol.

Faz-se necessário pensar, nos termos de Orlandi (1999, p. 30), nas condições de produção dos discursos veiculados nas manchetes apresentadas. Não apenas as circunstâncias da enunciação (quem diz, onde diz, quando diz) são importantes para localizar o discurso em relação a outros discursos. É importante também analisar as condições de produção em sentido mais amplo, ou seja, incluir o contexto sócio-histórico e ideológico.

Passo a uma breve descrição do espectro político-ideológico no qual se encontram os jornais espanhóis aqui citados, considerando informações encontradas nos *sites* próprios ou em outros meios. Sobre o jornal *El País*, no *site* encontramos a seguinte informação:

*Fundado en 1976, es el medio líder en información en español, con más de 65 millones de lectores en todas sus ediciones. Se define como un periódico independiente, de calidad, con vocación iberoamericana y defensor de la democracia pluralista. Nació como un diario de vanguardia, de progresía en su sentido literal y no político*¹.

Já sobre o ABC, a informação institucional em seu site diz que: *ABC es el diario nacional decano y de referencia de la prensa española. Cuenta con once ediciones y una posición destacada en Madrid y Sevilla. En sus páginas han escrito y escriben los mejores profesionales de la información*².

Murciano (2010), em publicação organizada sobre a cooperação internacional na imprensa europeia, selecionou três jornais espanhóis, sendo dois deles o *El País* e o ABC. A escolha deveu-se ao fato de estarem entre os mais representativos da Europa e os mais difundidos na Espanha.

Nesse estudo, afirma-se que o jornal *El País* se classificaria como de “centro-izquierda”, sendo na Espanha o “*de mayor prestigio por la cobertura internacional, sus páginas de opinión, el tratamiento de la información y su circulación (425.000 ejemplares)*” (MURCIANO, 2010, p. 24). A respeito do jornal ABC, fundado em 1903, é apresentado que ele se destaca “*por las características arrevistadas de su formato, muy manejable, las páginas de opinión y su explícita línea editorial*” (*ibid.*, p. 24). Com relação à sua vinculação ideológica, afirma-se

¹ El País Corporativos. <https://elpais.com/corporativos/>. Acesso em: 23/11/2018.

² Vocento. <https://www.vocento.com/nosotros/prensa/abc/>. Acesso em: 23/11/2018.

que o jornal se auto define “*como diario monárquico*”, embora para o autor ele seja, realmente, “*un diario de centro-derecha próximo a sectores políticos conservadores (257.000 ejemplares)*” (*ibid.*, p. 24).

Para compreender o contexto histórico no qual se inserem os dois jornais, é importante recordar que a Espanha passou, no século XX, por dois períodos conturbados politicamente: primeiro, entre 1936 e 1939 ocorreu a Guerra Civil espanhola, um confronto entre os Republicanos (aliança entre anarquistas e comunistas) e Nacionalistas (grupo conservador, católico, aristocrático e anticomunista liderado pelo General Francisco Franco). Posteriormente, como resultado da vitória dos nacionalistas, em 1939, Franco assume o poder e instaura um regime ditatorial que duraria até 1975.

Franco havia sido apoiado pelos regimes fascistas da Itália e da Alemanha durante a Guerra Civil. Ele, então, retribuiu o apoio durante a Guerra Mundial, aproximando-se ideologicamente de Hitler e de Mussolini e implementando na Espanha um regime também fascista.

Portanto, o jornal *El país* foi fundado no momento de transição da Espanha ditatorial para a democrática, enquanto o *ABC* já existia desde 1903.

Embora os dois possam ser considerados opostos ideologicamente (centro-esquerda e centro-direita), as duas manchetes posicionam Bolsonaro da mesma forma, avaliando-o como um candidato de extrema-direita. Os textos de apoio (*lead* e subtítulo) oferecem, portanto, mais pistas para a análise dos possíveis interpretativos a respeito da chamada de cada uma das notícias.

O espectro político é um dos fatores utilizados para designar Bolsonaro. Silva *et al* (2014, p. 410-411), em um ensaio no qual sintetizam conceitos teóricos sobre os diferentes matizes da direita, recordam que os termos esquerda e direita nascem, na política, no contexto da Revolução Francesa, para fazer referência ao lugar onde se sentavam os delegados durante a Assembleia Nacional. Os que se posicionavam à esquerda do rei, identificavam-se com o igualitarismo e a reforma social. À direita, sentavam-se aqueles identificados com a aristocracia e o conservadorismo.

As autoras afirmam que “ao longo do século XIX na Europa a distinção entre esquerda e direita passa a ser associada com a distinção entre liberalismo e conservadorismo”. Embora ponderem que esses dois espectros não possam ser definidos de forma tão clara e definitiva, considerando que há outras variáveis no contexto contemporâneo, defendem que

A direita permanece como campo político vinculado aos interesses de dominação, opressão, apropriação privada da riqueza social e, portanto, à reprodução da ordem do capital. Assim como a esquerda se mantém como campo político vinculado aos interesses da classe que vive do trabalho e à necessidade imperiosa de ultrapassagem da sociabilidade do capital. (SILVA *et al*, 2014, p. 413)

O movimento extremista de direita, segundo as autoras, embora nem sempre possa ser considerado fascista, apresenta simetrias com esse comportamento político. Elas destacam como traços representativos do fascismo o irracionalismo, o nacionalismo, a defesa de

valores e instituições tradicionais, a intolerância à diversidade, o anticomunismo e o machismo.

Também afirmam que a extrema-direita “distancia-se da direita tradicional pela intolerância e pela violência de suas ações, embora, quando organizada em partidos ou associações públicas, recuse tais práticas por parte de seus membros” (SILVA *et al*, 2014, p. 414). A vinculação histórica que se faz entre esse espectro político com movimentos nazi-fascistas explica a recusa de grupos ao se denominarem como de extrema-direita. Como exemplo, citam o avanço dessa ideologia política na França com o crescimento do Partido da Frente Nacional presidido por Marine Le Pen, que “não aceita que o partido seja identificado como sendo de extrema-direita” (*ibid.*, p. 434). Considerar que grupos de extrema-direita não se autodenominam assim é uma informação relevante para a análise aqui proposta.

Para traçar os possíveis efeitos de sentido do enquadramento por designação, deter a análise em contrastar as duas manchetes se tornaria pouco produtivo, uma vez que os dois jornais utilizam o atributo *ultraderechista* para referir-se a Bolsonaro. Portanto, se fazem necessários outros elementos textuais que complementam as manchetes, de forma a encontrar subsídios para traçar possíveis efeitos de sentido do enquadramento por designação. Também busco, ao não limitar a análise às manchetes, pensar nas condições de produção dos textos, visto que cada um deles se posiciona discursivamente em campos ideológicos diferentes.

O jornal de centro-esquerda *El País* seleciona, em seu subtítulo, o termo *el exmilitar*, impondo ao candidato

vencedor um atributo que remonta a seu vínculo com o Exército brasileiro. Embora esse cargo seja, de fato, característico de Bolsonaro, considerando-se o âmbito da situação, designá-lo como parlamentar ou como deputado federal seria mais relevante em termos políticos. Quando se consideram as escolhas possíveis, selecionar o termo *exmilitar* é significativo, pois, ao mesmo tempo em que pode ativar na memória dos espanhóis a associação com o General Franco, coloca em evidência uma condição do presidente eleito, militar reformado há 30 anos, em detrimento de sua carreira política por sete mandatos consecutivos (de 1991 a 2018).

Por outro lado, as escolhas do jornal de centro-direita *ABC* explicitam mais os pontos de vista do enunciador, uma vez que os termos utilizados são *racista, homóforo, machista e radical*. Os quatro adjetivos em questão carregam uma carga avaliativa negativa, uma vez que são termos relacionados a condutas moralmente reprováveis nas sociedades.

Chama a atenção o fato de que um jornal mais de direita refira-se a Bolsonaro como alguém moralmente condenável. Há, aqui, dois fatores relevantes: primeiro, a diferenciação direita – extrema-direita; segundo, a desvinculação da imagem da direita de ações historicamente criticáveis.

Como apresentado por Silva *et al* (2014), nem toda direita é fascista, ou seja, nem toda política de direita é extremista. Assim, um jornal que seja considerado de centro-direita manifesta uma tendência mais moderada, defendendo questões como o liberalismo econômico, mas reprovando atos de violência e perseguição.

Isso pode explicar o fato de apresentar Bolsonaro como alguém radical, marcando-o com a alcunha de *ultraderechista* e sinalizando o que isso significa na perspectiva do enunciador: ser racista, homofóbico e machista. Assim, ao mesmo tempo em que se constrói discursivamente sua imagem e se influencia o olhar do leitor, o enunciador de direita nega aspectos morais reprováveis e os desvincula de qualquer possível associação à direita espanhola representada pelo ABC³.

No caso do *El País*, um jornal direcionado a leitores mais progressistas e de esquerda, o fato de apresentar Bolsonaro como extrema-direita já implica, em alguma medida, avaliá-lo como diferente da imagem do enunciador. Ou seja, não seria necessário citar características negativas do futuro presidente, uma vez que o termo *ultraderechista*, dentro do espectro de esquerda, já implica uma avaliação desfavorável. Além disso, recuperar sua condição de militar reformado é, também, apelar para uma memória que relaciona o militarismo com privação de liberdades individuais e perda de direitos, consequências negativas de governos já experimentados pelos espanhóis.

A dimensão argumentativa dos exemplos analisados sugere uma leitura em que se opõem “esquerda – direita”, no caso do *El País* e “moderados –

³ Marine Le Pen, em entrevista ao canal France 2, utilizou essa estratégia ao afirmar que não vê Bolsonaro como de extrema-direita, categorizando as coisas que ele diz como “extremamente desagradáveis”. Fonte: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2018/10/11/marine-le-pen-bolsonaro-diz-coisas-desagradaveis-intransponiveis-na-franca.htm>>.

radicais” no caso do ABC. A designação *ultraderechista* no primeiro caso é suficiente para situar o leitor alvo daquele jornal com respeito ao vencedor do pleito eleitoral, apelando para uma memória discursiva que pode relacionar a extrema direita com a rigidez e a austeridade que contrastariam com a esquerda política.

Já no segundo caso, é necessário acrescentar atributos que vinculem o presidente eleito a atitudes morais consideradas extremas e preconceituosas. Observa-se, então, que embora o enquadramento temático do assunto noticiado – vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 – à primeira vista utilize os mesmos recursos, ao situar quem são os enunciadores e quais os conceitos, sentidos simbólicos e contextos históricos podem ser evocados em seu discurso, há pistas que permitem ver dimensões argumentativas diferentes. O enquadramento por designação cumpre o papel de refinar a tematização feita, estabelecendo a oposição suscitada pela dimensão argumentativa.

3. Comentários finais

Ao longo deste artigo, foi possível discutir como a neutralidade do discurso é fictícia, observando como a linguagem constrói sentidos por meio da ideologia, da história e da memória. Os textos jornalísticos, de modo geral, são categorizados como argumentativos ou informativos, sendo os últimos considerados “imparciais” e expositivos de determinado fato, sem transmitir opiniões ou pontos de vista. No entanto, embora textos informativos como as notícias não

busquem de maneira explícita persuadir o leitor, fazem circular sentidos que se constroem dentro de um contexto sócio-histórico determinado e que, por isso, vão carregados de ideologias e de maneiras de categorizar o mundo.

O conceito de dimensão argumentativa se aplica àqueles textos que, embora não tenham inicialmente uma intenção persuasiva, exercem algum grau de influência na forma como o leitor irá ver o que se enuncia. Portanto, em uma notícia jornalística o olhar do leitor é orientado para determinados aspectos que o enunciador julga importantes de serem informados e que, por isso, fazem parte do recorte de mundo que se noticia.

Essa orientação do olhar do leitor é o que Emediato (2013) classificou como enquadramento. São quatro as estratégias apresentadas: tematização, designação, do dizer do outro e questionamento. Entende-se que quando o enunciador seleciona o domínio temático, os atributos dados aos seres, a forma de referir o discurso de outra pessoa ou quando lança uma pergunta, está sugerindo ao leitor maneiras de interpretar o que diz, ainda que de forma não intencional.

Para o analista, observar os enquadramentos em um texto é uma forma de recuperar as pistas deixadas sobre as ideologias, conceitos e memórias que puderam fazer parte do mundo discursivo do enunciador, bem como presumir quais seriam os possíveis efeitos de sentido visados. Observando, por exemplo, o enquadramento realizado por meio das designações utilizadas em dois jornais espanhóis ao noticiar um mesmo fato, notam-se

as diferenças motivadas pelo posicionamento político ideológico contrastante, o que se materializa em usos mais ou menos marcados de atributos a Bolsonaro.

Localizando historicamente a Espanha como um país que passou por um regime ditatorial fascista, o uso do termo *ultraderechista* pode evocar sentidos no plano discursivo dos leitores daquele país que os façam associar o futuro presidente do Brasil a governantes já conhecidos de sua história. Por isso, como já defendido por Emediato (2013), as manchetes podem influenciar os seus leitores apelando para uma memória histórica que faz parte do discurso.

Da mesma forma, quando se enquadra tematicamente uma notícia sobre as eleições sob a ótica de uma guerra, é possível dizer que o olhar do leitor se direcionará para aspectos extra-políticos como o combate, as estratégias, o lado mais fraco e o mais forte. Assim, mesmo quando o discurso jornalístico pretende ser neutro ou imparcial, está oferecendo o ponto de vista de quem enuncia e buscando a adesão de quem lê.

Outro aspecto que deve ser ponderado e que diz respeito aos possíveis efeitos de sentido apontados através de uma análise relaciona-se ao momento em que ela foi realizada. No caso da notícia veiculada no Brasil pelo jornal *El País*, a análise foi finalizada após o resultado das eleições. Assim, o olhar da analista é mobilizado pela memória, conhecimentos e discursos que se localizam historicamente em um momento diferente daquele em que a matéria foi escrita. Essa informação só reforça o que Orlandi (1999, p. 21) afirmou sobre o discurso, de que ele “é efeito de sentidos entre

locutores” e sinaliza que tampouco há neutralidade por parte de quem se detêm a analisar o discurso. O próprio recorte realizado já é um tipo de enquadramento e de direcionamento do olhar de quem terá contato com a análise feita.

O DISCURSO RELATADO E O ENQUADRAMENTO POR DESIGNAÇÃO NOS DISCURSOS PRESENTES NA MÍDIA BRASILEIRA EM 2018: DOIS ESTUDOS DE CASO

Tainá Marcelle Silva Moreira
Vitor Filogônio de Souza
(Universidade Federal de Minas Gerais - PosLin)

Introdução

Em seu livro *Análise de Discurso – princípios e procedimentos*, Eni Orlandi esclarece que a Análise do Discurso, apesar de lidar com a palavra, não tem por objetivo fazer uma descrição linguística ou gramatical. Seu objetivo é observar a língua em movimento, em uso, ou seja, observar o discurso e, mais especificamente, como língua e ideologia interagem e originam diversas formas de significar. Para isso, conjuga conhecimentos da Linguística, ao observar as regularidades da língua; da História e das Ciências Sociais, para entender a ideologia e o contexto histórico que cercam o sujeito que fala; e, por fim, da Psicanálise, porque considera que o sujeito é afetado também por seu inconsciente.

Entendendo o sujeito como esse ser cercado e influenciado pela ideologia, pelo inconsciente e pela história, é possível concluir que, para a Análise do Discurso, o sujeito não tem controle e consciência total dos discursos que produz. As tantas variáveis presentes

no processo comunicativo também nos permitem afirmar que o esquema “emissor-mensagem-receptor”, vigente na Linguística dos anos 1960, cai por terra. Afinal, o discurso é complexo e não há como garantir uma única interpretação.

Da mesma maneira, considerando que os discursos são marcados por ideologia, não há como afirmar que existe discurso neutro. Orlandi (1999, p. 9) afirma: “[...] não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos”. A problematização e a reflexão propostas pela Análise do Discurso fazem com que nós deixemos de enxergar a língua como transparente, fazem com que percamos a ingenuidade e passemos a reconhecer simbolismos e relações de poder presentes nos enunciados que nos cercam.

Filiando-se a esta discussão teórica, este trabalho objetiva, em primeiro lugar, avaliar o uso do discurso relatado e do enquadramento por designação na construção das matérias “Após vencer com uso das redes, Bolsonaro estuda comunicação profissional”, publicada em 19 de novembro de 2018 no jornal Folha de São Paulo, e “Em relatório oficial, Casa Branca compara Bernie Sanders a Mao Tsé-tung”, publicada em 24 de outubro de 2018 no jornal O Globo. Em segundo lugar, explorar as formas pelas quais o uso do discurso relatado e do enquadramento por designação influencia na percepção do leitor acerca das pessoas envolvidas no que é noticiado, além de refletir sobre os objetivos subjacentes à escrita desses textos.

1. Referencial Teórico

O referencial teórico deste trabalho é composto por três textos-base. O primeiro é o livro *Análise de Discurso – princípios e procedimentos*, de Eni Orlandi (1999). Esta obra nos permite compreender um pouco mais da Análise do Discurso (AD) enquanto área de estudos, pois se trata de um livro introdutório sobre o tema. Orlandi procura não só conceituar a AD, mas explicar seu surgimento e suas filiações a outras áreas de conhecimento, como a história, as ciências sociais e a psicanálise. A autora também aborda os conceitos de sujeito, ideologia e discurso, bem como as relações existentes entre esses termos, e chega à conclusão de que não há enunciado neutro, pois os sujeitos produtores são fortemente influenciados pelos meios em que vivem e pelos ideais que carregam consigo. Consequentemente, esses posicionamentos perpassam os discursos, mesmo quando há modalização, cujo objetivo é apagar os pontos de vista. Eni Orlandi discute também o dispositivo de análise a ser utilizado pelo analista e atenta para o fato de que o objetivo de uma análise não é buscar a verdade colocada no texto, mas sim fazer a ponte entre as marcas linguísticas e as ideológicas presentes no texto, as quais viabilizam as possibilidades de interpretação propostas pelo analista, ou seja, descrever como os mecanismos produzem determinadas formas de significar.

O segundo livro que norteia esta análise é *Discurso das Mídias*, de Patrick Charaudeau (2013). Nessa obra, o autor discute vários aspectos relacionados ao discurso aplicados ao rádio, à televisão e ao jornalismo impresso.

O autor aborda o conceito de informação, discorre sobre a construção da informação (sua produção, sua finalidade) e, também, sobre a questão da credibilidade. Charaudeau pontua as formas de narrar o acontecimento, destacando especialmente o discurso relatado, conceito que trata de como os enunciados produzidos por outros locutores são transpostos para o texto jornalístico. As escolhas por parte do enunciadore-jornalista sobre o dito relatado provocam efeitos no discurso que podem privilegiar ou não o locutor de origem e contribuir para diferentes interpretações do fato noticiado.

Por fim, o artigo “A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa”, de Wander Emediato (2013), é o terceiro texto-base utilizado. Nesse texto, o autor aponta para as estratégias utilizadas no discurso jornalístico que favorecem a dimensão argumentativa, que pode ser entendida como o que permite, segundo Emediato (2013), a análise de um discurso que não se diz argumentativo, mas que possui uma intenção de agir sobre o leitor e suas crenças. Aqui, daremos destaque às estratégias de enquadramento, que buscam orientar a leitura do texto em determinada direção. São vários os tipos de enquadramento e, neste artigo, focalizaremos o enquadramento por designação, recurso em que se observa um posicionamento através da nomeação dos atores envolvidos no fato relatado. É possível observar um ponto de vista porque nomear é um ato subjetivo, depende de como o ser designado é considerado por quem o nomeia. O enquadramento por designação acontece, dentre outras formas, por meio da

inclusão dos seres em grupos sociais, de nomes genéricos, como “os políticos”, “os professores”, “as feministas” etc. Emediato (2013) aponta para o fato de que estas designações podem gerar efeitos de falsa causalidade, quando, por meio de um raciocínio indutivo, o leitor toma a atitude de um integrante de uma classe como modelo de comportamento de todos os outros integrantes.

2. Contextualização

A política mundial do final da segunda década do século XXI está se tornando de difícil análise e compreensão. Ao mesmo tempo em que países como Brasil e EUA se voltam cada vez mais para discursos nacionalistas e posturas protecionistas, a globalização permite a penetração cultural e discursiva em níveis até então desconhecidos pela humanidade, levando a uma polinização cruzada de ideologias e reforçando a ideia de que, em termos de ideias, nenhum país é uma ilha isolada do que ocorre no cenário internacional.

No Brasil, o ano de 2018 foi marcado pela discussão política que acirrou ânimos e levou ao fenômeno da polarização, em que membros dos mais distintos segmentos políticos foram levados a optar por um lado, seja a direita ou a esquerda, havendo uma radicalização ideológica, ou, ao menos, era isso o que perpassava os discursos de ambos os lados. A motivação para esse fenômeno pode ser atribuída ao momento histórico do país e às eleições presidenciais, momento em que o discurso propagandístico dos candidatos levou seus

eleitores a uma divisão entre lados distintos e à repulsa ao lado opositor em níveis muito superiores àqueles de eleições anteriores.

Nesse contexto, os veículos midiáticos buscaram participar do debate político por meio da informação, recorrendo a mecanismos que se apropriassem da divisão ideológica dos discursos e da sociedade e refletissem tanto os discursos quanto sobre eles. Nesse sentido, apresentamos neste trabalho duas notícias, uma veiculada antes das eleições e outra após o resultado, discutindo sobre o papel da mídia como elemento capaz de refletir a realidade do momento e apresentar os embates que envolveram as eleições brasileiras.

No contexto internacional, o discurso isolacionista dos EUA materializou-se em uma política econômica externa agressiva, assim como em debates ideológicos internos que em muito se assemelharam aos debates presenciados no Brasil, permitindo que se traçassem paralelos entre as questões políticas em ambos os países. Algo que se apresenta de forma implícita na notícia “Em relatório oficial, Casa Branca compara Bernie Sanders a Mao Tsé-tung”, publicada em 24 de outubro de 2018 no jornal O Globo, em que é feita uma análise de um relatório econômico emitido pelo governo norte-americano e que, em anos anteriores, serviu para apresentar o cenário econômico do país, seus desafios e conquistas, mas que na edição de 2018 foi utilizado como palanque para ataques partidários por parte do governo contra sua oposição, focando-se especialmente em figuras como o senador Bernie Sanders.

A outra notícia aqui analisada, cujo título é “Após vencer com o uso das redes, Bolsonaro estuda comunicação profissional”, foi publicada no dia 19 de novembro de 2018, no *site* do jornal Folha de São Paulo, 20 dias após a eleição de Jair Bolsonaro como Presidente da República. O tema central do texto é o conflito entre os filhos de Bolsonaro e seus aliados políticos quanto à contratação de um profissional para cuidar da comunicação oficial do candidato eleito. Durante a campanha, Bolsonaro não teve assessor e os responsáveis pela parte de comunicação eram seus filhos.

Em um campo mais dilatado, pode-se compreender essa notícia como pertencente a uma série de matérias que teve por objetivo “prever” como seria o governo de Bolsonaro. O presidente eleito se afastou de discussões públicas após um atentado sofrido durante o período de campanha, o que comprometeu seu contato com a população e, conseqüentemente, a discussão sobre seus planos e objetivos de governo. Durante boa parte de sua campanha, informações sobre seus posicionamentos e propostas ficaram a cargo de seu candidato à vice-presidência, Hamilton Mourão, e demais membros do quadro ministerial pretendido por Bolsonaro, como o economista Paulo Guedes, além de familiares e apologistas. Não raro, porém, as informações por estes transmitidas eram desmentidas pelo então candidato, o que gerou incerteza quanto ao seu real planejamento para seu eventual – hoje atual – governo.

Mesmo após o sucesso nas eleições, Jair Bolsonaro apresentava incertezas quanto ao direcionamento de seu governo, com diversas alegações, tanto no plano

estratégico quanto em sua organização ministerial, veiculadas e desmentidas frequentemente. A percepção generalizada é de que há um descompasso entre Bolsonaro, seus apoiadores e os membros de sua futura equipe administrativa, algo que é ressaltado pela matéria, que aponta visões divergentes quanto a como ocorrerão as comunicações oficiais de Bolsonaro após a vitória de seu pleito.

3. Análise do texto “Em relatório oficial, Casa Branca compara Bernie Sanders a Mao Tsé-tung”

3.1 O Discurso Relatado

Charaudeau, sobre o discurso relatado, aponta para a dupla operação que constitui a inserção de algo dito pelo outro dentro de um novo ato enunciativo. Temos aí uma operação, motivada pelo uso de uma citação, para construir o sentido do novo texto. Dessa forma, por um lado, o discurso relatado é reconstruído, ressignificado, e serve de ponto de partida para a concordância ou discordância do locutor-relator, o criador do novo enunciado em que o relato se insere. Por outro lado, há também a desconstrução, resultado da inserção de algo exógeno ao novo enunciado, que serve para dar autenticidade a esse enunciado por meio de um discurso externo a si próprio. Nesse caso, o locutor-relator dá ao discurso inserido em novo contexto a legitimidade para figurar ali.

De modo geral, o texto em análise se apresenta como uma grande instância de discurso relatado, uma

vez que sua composição é, basicamente, feita por meio de citações diretas ou indiretas do conteúdo do relatório em questão. Visando a uma compreensão mais dilatada sobre os efeitos do discurso relatado na peça jornalística analisada, selecionamos algumas ocorrências mais claras e significativas do uso deste recurso na notícia.

Exemplo 1: Autenticidade, Responsabilidade, Autoridade e Poder

O relatório reconhece que esses socialistas democráticos não se veem como herdeiros de, digamos, Lenin. Ele observa especificamente que eles não defendem a violência. No entanto, procura relacionar os progressistas e suas propostas políticas a regimes socialistas do passado.

— Há propostas na mesa, como a de assistência médica universal, que são muito coerentes com o programa do socialismo — disse Kevin Hassett, presidente do conselho, a repórteres.

O trecho apresentado acima é muito significativo na medida em que apresenta diversas citações literais tanto do relatório que é apresentado quanto do presidente do conselho responsável por ele. Podemos ver a presença de alguns elementos que apontam para os possíveis objetivos da inserção dessas citações no texto.

Em primeiro lugar, observamos de que forma a reportagem se posiciona perante as informações apresentadas. Falamos aqui dos diferentes tipos de prova, como proposto por Charaudeau. Observa-se, por exemplo, a intenção de se esquivar da responsabilidade

pelo que é dito, o que Charaudeau chama de prova de responsabilidade. Vemos isso quando, antes de apresentar as citações em sequência, o locutor-relator opta por deixar claro se tratar de uma opinião apresentada no relatório, indicando inclusive as ressalvas feitas quanto ao uso da violência, algo que afastaria os democratas dos líderes comunistas do passado. É interessante notar também que a reportagem personifica o relatório, tornando-o sujeito de verbos como “reconhecer” (“O relatório reconhece que esses socialistas democráticos não se veem como herdeiros de, digamos, Lenin.”), “observar” ([o relatório] observa especificamente que eles não defendem a violência.) e da locução verbal “procura relacionar” (“No entanto, [o relatório] procura relacionar os progressistas e suas propostas políticas a regimes socialistas do passado.”). Essa estratégia discursiva distancia as opiniões apresentadas daqueles que produziram o relatório em questão, atribuindo ao documento em si, e não a seus autores, a autoria do que é defendido.

Logo após essa introdução, começam as citações, iniciando pela fala do presidente do conselho responsável pelo relatório, transcrita literalmente, reforçando assim a ideia de que o posicionamento é dele e do relatório, não sendo, portanto, a visão do locutor-relator. Verifica-se então uma operação discursiva que desloca a responsabilidade pelo dito para o locutor de origem.

Há nessa estratégia da citação direta, contudo, uma prova de autenticidade que revela, ao menos em parte, o posicionamento do locutor-relator acerca do que é dito.

Isso se manifesta de duas formas: (1) pela valorização daquele cujo discurso está sendo apresentado e (2) pela quantidade de citações reforçando um mesmo ponto.

Retornaremos a (1) a seguir quando falarmos sobre o tópico do enquadramento. Por ora, basta ressaltarmos que ao caracterizar Kevin Hassett como “presidente do conselho”, destaca-se sua posição de superioridade, coloca-se o responsável pelo relatório como uma pessoa de autoridade, que sabe sobre o que está falando.

Já (2) pode ser visto como uma forma de se reforçar a autenticidade do conteúdo da reportagem, uma vez que o locutor-relator apresenta, no trecho destacado, três ocasiões em que a comparação entre os democratas norte-americanos e os líderes comunistas e suas propostas é feita no relatório. Isso dá legitimidade ao discurso construído por meio da análise do documento, dotando-o de um valor apoiado na frequência com que a comparação é feita. Parece-nos que, para o locutor-relator, quanto mais vezes o documento consegue fazer a comparação, quanto mais formas de se enquadrar os líderes democratas como socialistas há no documento, mais irrefutável se torna seu próprio posicionamento, ou seja, de que a comparação é válida e bem fundamentada, o que pode ser corroborado pelo modo como a reportagem é construída e, principalmente, pelas citações do documento original que são reproduzidas. Porém, esse posicionamento parece insustentável perante trechos como “O relatório reconhece que esses socialistas democráticos não se veem como herdeiros de, digamos, Lenin. Ele observa especificamente que eles não defendem a violência”, em que a comparação é

confrontada por uma série extensa de citações que apontam na direção contrária.

Ainda nesse sentido, quando o relator traz, seguindo sua colocação ressaltada acima, a fala “**No entanto**, procura relacionar os progressistas e suas propostas políticas a regimes socialistas do passado”, o marcador argumentativo em destaque aponta, com clareza, qual a informação mais relevante acerca daquilo que será apresentado.

É possível, portanto, analisar os efeitos que a inserção do discurso relatado tem para desvelar o ponto de vista defendido pelo locutor-relator. Nesse sentido, ressaltamos uma vez mais os valores de autoridade e poder que são conferidos ao texto pelo uso desses discursos vindos de fora. É interessante notar que há, no exemplo que segue mais a frente, parágrafos compostos exclusivamente por citações, o que reforça ainda mais nossa análise ao mostrar o desejo do locutor-relator de incorporar o discurso presente no relatório ao seu em busca de legitimar seu posicionamento. Nota-se, porém, nesses trechos, a ausência de um posicionamento explícito do locutor-relator, o que serve como forma de orientação de leitura do texto, uma vez que indica a compreensão, por parte do locutor-relator, de que seu leitor já estaria direcionado para um viés de interpretação específico alinhado ao seu.

Exemplo 2: Expectativa de alinhamento interpretativo

O relatório frequentemente adota a tática fácil de comparar ou equiparar líderes políticos progressistas a demagogos. Por exemplo:

“O líder chinês Mao Tsé-tung, que citou o marxismo como modelo para seu país, descreveu ‘a implacável exploração econômica e a opressão política dos camponeses pela classe de proprietários de terras’ (...). Expressando preocupações semelhantes, os atuais senadores americanos Bernie Sanders e Elizabeth Warren afirmaram que ‘grandes corporações (...) exploram a miséria e a insegurança humanas e as transformam em grandes lucros e em corporações gigantescas (...). Elas exploram trabalhadores apenas para aumentar seus próprios lucros’”.

Ou então:

“A narrativa socialista sempre aponta os opressores dos vulneráveis, como a burguesia (Marx), os kulaks (Lenin), os latifundiários (Mao) e corporações gigantes (Sanders e Warren). [O economista Thomas] Piketty (2014) conclui que a abordagem soviética e outras tentativas de ‘abolir a propriedade privada’ devem pelo menos ser admiradas por serem ‘mais logicamente coerentes’”.

Diz-se ainda, até mesmo nas notas de rodapé:

“‘Especuladores’ também são culpados por preços altos e outros problemas sociais, como o fizeram por exemplo Marx, Stalin, o senador Sanders, a senadora Warren e Fidel Castro, que disseram que ‘transformaram o planeta em um imenso cassino’”.

Em nossa análise, consideramos que a tese que permeia e motiva o texto está mais explícita em seu final,

na seção de título “Mas o que é socialismo, afinal?”. É perceptível que as afirmações apresentadas nesse parágrafo, que sintetiza o conteúdo do texto, são todas reforçadas pelo uso das citações que analisamos. As ideias defendidas de que “Mais importante, eles não definem como ‘socialista’ nada que o governo dos EUA faz hoje”, “o governo federal há muito tempo adotou elementos importantes de uma agenda socialista”, “O relatório dilui essa verdade inconveniente, definindo o socialismo como qualquer esforço para aumentar o envolvimento do governo na economia” e “o atual programa que fornece medicamentos para os americanos mais velhos é definido como ideologicamente aceitável, enquanto as propostas para expandir a cobertura de saúde são chamadas de ‘medicina socializada’” estão presentes nas citações dos exemplos 1 e 2, fazendo com que, ao mesmo tempo em que a matéria jornalística legitima o discurso apresentado, o discurso dá autoridade para as conclusões que são alcançadas.

Há também a presença de uma valoração de poder, que, segundo Charaudeau (2013, p. 163), é “fazer saber alguma coisa ao outro, revelar-lhe o que foi dito e ele ignora”. Neste sentido, podemos dizer que essas associações presentes no relatório e ressaltadas pelo locutor-relator são informações julgadas pertinentes o suficiente para se “fazer saber”, visando a informar o leitor de algo relevante para sua leitura de mundo.

É possível, portanto, que se perceba a presença de um posicionamento por parte do locutor-relator. Um posicionamento que se utiliza de um discurso prévio

para validar seu próprio discurso, mas que não corrobora a visão do locutor original. O texto, porém, é bastante articulado e estratégico, buscando mascarar suas intenções discursivas e construir uma impressão de imparcialidade, que não resiste, porém, a uma análise mais pormenorizada das diversas estruturas argumentativas que apresenta.

3.2 Enquadramento por designação

O enquadramento por designação é aquele em que a denominação de algum agente mencionado no texto é feita, entre outros recursos, pela associação a categorias mais amplas, levando o leitor a organizar aquilo que é apresentado de forma a fazer um juízo valorativo e, muitas vezes, a elaborar generalizações. Segue abaixo um quadro com os elementos utilizados para designação no texto aqui analisado.

Quadro 1 – Designações

DESIGNADO	DESIGNAÇÃO
MEMBROS DO PARTIDO DEMOCRATA	DEMOCRATAS SOCIALISTAS, POLÍTICOS PROGRESSISTAS, RIVAIS POLÍTICOS DO PRESIDENTE DONALD TRUMP, DEMOCRATAS, DEMOCRATAS DO CONGRESSO
BERNIE SANDERS	SENADOR, SENADOR DEMOCRATA
ELISABETH WARREN	SENADORA, SENADORA DEMOCRATA

DONALD TRUMP	PRESIDENTE, TRUMP
MAO TSÉ-TUNG, VLADIMIR LENIN, JOSEF STALIN	NOMES REPUDIADOS PELA MAIORIA DOS AMERICANOS
KEVIN HASSETT	PRESIDENTE DO CONSELHO
AUSTIN GOOLSBEE	ECONOMISTA DA BOOTH SCHOOL OF BUSINESS DA UNIVERSIDADE DE CHICAGO, QUE PRESIDIU O CONSELHO ECONÓMICO DO PRESIDENTE BARACK OBAMA

Uma primeira análise do quadro pode não mostrar como as designações influenciam na categorização daqueles que estão sendo apresentados, porém, se analisarmos mais a fundo, veremos que há a possibilidade de identificarmos uma intencionalidade por trás do uso desses termos para designar as personalidades em questão.

Chama-nos a atenção que, quando se trata dos senadores democratas, seja nominalmente ou como um grupo, reforça-se sempre sua ligação com o jogo político, seja por designá-los por suas funções (senadores, senadores democratas), seja por sua designação partidária (democratas, democratas do congresso), ou mesmo por sua filiação política (democratas socialistas), enquanto o presidente americano só é definido por seu posto (presidente) e por seu sobrenome (Trump). Isso pode ser reflexo do discurso político que esteve presente na campanha presidencial de Donald Trump, que buscava posicioná-lo como “outsider”, alguém desvinculado da política, e como forma de reforçar a

ideia de que ele não possuiria alinhamento ideológico, seja isso algo positivo ou não. Chama-nos a atenção sobremaneira as constantes repetições do termo “democrata”, que parece figurar aqui não só como filiação partidária, mas também como um posicionamento ideológico, reforçado ainda mais com o uso de expressões como “democratas socialistas”. Em contrapartida, o mesmo não ocorre com o termo “republicano”, o que reforçaria a hipótese de que há uma tentativa de distanciamento da figura do presidente Trump e do partido republicano de qualquer motivação ideológica, o que criaria a impressão de neutralidade.

Sobressaem também as designações dadas a Kevin Hassett e Austin Goolsbee. Enquanto o primeiro é definido apenas por sua posição como presidente do conselho que redigiu o relatório, o segundo, crítico ao texto, é apresentado por sua filiação ao presidente Barack Obama, antecessor de Trump e filiado ao partido democrata. Mais uma vez, acreditamos que essa ausência indique uma tentativa de politizar as opiniões de um dos lados, o dos democratas, e despolitizar o relatório, concedendo a ele uma imagem de isenção.

Ao relacionar os membros do partido democrata aos líderes e pensadores de esquerda Mao Tsé-Tung, Vladimir Lenin e Josef Stalin, algo que ocorre nas citações abordadas anteriormente, há, talvez, um jogo de “designação cruzada”, uma vez que os líderes comunistas acima mencionados são designados como “nomes repudiados pela maioria dos americanos”, característica que, talvez, possa ser implicada aos

congressistas democratas por, como diz o relatório, filiareem-se ideologicamente aos mesmos ideais.

Vemos, então, que há uma tentativa de aproximar os democratas de valores políticos e ideológicos bem definidos, situando-os dentro do socialismo que, tendo em vista a crise democrática e de representatividade enfrentada no mundo atual, pode ser questionado e rejeitado. Por outro lado, aqueles por trás do relatório ou que o endossam, como o presidente norte-americano, são afastados dessas discussões políticas e figuram como indivíduos isentos e, mais ainda, sem qualquer identificação com o socialismo.

4. Análise do texto “Após vencer com uso das redes, Bolsonaro estuda comunicação profissional”

4.1 O Discurso Relatado na construção do texto

Nesta seção, o uso do discurso relatado será analisado mais profundamente na reportagem “Após vencer com uso das redes, Bolsonaro estuda comunicação profissional”, publicada em 19 de novembro de 2018, no jornal Folha de São Paulo. Focaremos nossa análise em como a seleção dos discursos de origem, o modo de relatar e os efeitos dos usos de citação direta e de citação integrada impactam a leitura do texto, de acordo com o que é proposto por Charaudeau (2013).

Quanto à seleção do discurso relatado, os trechos nos quais essa estratégia aparece na notícia analisada parecem se caracterizar como seleção parcial dos

discursos, já que não há uma transcrição completa do dito do locutor de origem. Já os modos alternam entre o de citação direta, com as passagens transcritas entre aspas, e de citação integrada, com o discurso de origem parafraseado pelo locutor-relator, com pronomes e verbos em terceira pessoa.

A escolha por alternar entre os modos direto e integrado aponta para a desidentificação do locutor de origem. Mesmo que a citação direta seja presente, os ditos não são transcritos em sua totalidade. Segundo Charaudeau (2013), a citação direta nem sempre contribui para tornar a informação mais objetiva e fortalecer a imagem do locutor de origem, pois depende de como ela se apresenta no texto.

No caso da notícia em questão, pode-se analisar a transcrição do dito de origem quando se apresenta a fala que Carlos Bolsonaro haveria postado em seu Twitter, reforçando sua visão de que o pai não deveria migrar para uma forma mais institucionalizada de comunicação, por ter sido a comunicação por meio de redes sociais a forma com que Bolsonaro haveria ganhado as eleições e combatido notícias falsas. Este é o único caso de citação direta em toda a reportagem e parece servir para reforçar a ideia de que o dito reproduzido é praticamente um comunicado oficial – ao menos no modelo de Carlos Bolsonaro – não havendo, portanto, espaço para discussão sobre sua veracidade.

Ao optar pela transcrição do dito de origem, o locutor-relator se isenta de possíveis questionamentos referentes à descaracterização da fala de Carlos Bolsonaro. Já no campo da citação integrada, há algumas

passagens de falas dos “aliados” e até do próprio Presidente eleito que parecem ter a intenção de conjugar as falas ao texto da notícia, algo que funciona como uma validação do discurso, no caso dos “aliados”, mas que assume perfil narrativo quando se trata do próprio presidente eleito.

Quando se aponta que “ele [Jair Bolsonaro] disse não saber quem decidiu selecionar os jornalistas”, temos a integração da fala do presidente eleito como narrativa, como um fato que compõe o fundo da discussão. Já as falas de seus “aliados”, presentes, por exemplo, no trecho “O episódio é mencionado por alguns aliados como exemplo de crítica que poderia ter sido evitada se houvesse um profissional responsável pela organização”, surgem como uma fala generalizada, ainda que provinda de “alguns aliados” apenas, e integra o texto como uma afirmação, diferentemente da fala de Carlos Bolsonaro, que é apresentada como uma visão individual, com caráter opinativo e até mesmo de autoridade.

Observa-se, então, que o presidente eleito não é representado como agente das ações, aparecendo no texto como um coadjuvante. Em primeiro plano estão os “filhos” e os “aliados”.

4.2 Enquadramento por designação

No subtítulo, podem-se observar duas designações, “aliados” e “filhos”. Como apontado anteriormente, esses dois grupos representam, na reportagem, interesses opostos. Contudo, ambos são apoiadores de

Bolsonaro, mas, nesse contexto, representam subgrupos diferentes, com interesses divergentes. Enquanto os “aliados” representam um interesse institucional, os “filhos” representam um interesse pessoal.

A oposição entre “aliados” e “filhos” levanta, por conta da escolha lexical, duas questões importantes. A primeira se deve à oposição lexical que é criada pelo não dito. Não cabendo os “filhos” dentro da categoria “aliados”, pode-se entender que seu interesse seja contrário aos interesses políticos de Bolsonaro. Isso se faz ainda mais claro no trecho “De um lado, os filhos do presidente eleito resistem à profissionalização desse trabalho [de comunicação] [...] De outro, políticos e militares avaliam que a ausência de um assessor de imprensa e de uma estratégia clara de comunicação traz prejuízos”, em que a ideia de profissionalização, termo com conotação positiva para uma atividade tão importante quanto a Presidência da República, é abraçada pelos “aliados” e descartada pelos “filhos”.

A ideia de profissionalismo é ainda mais forte quando consideramos o enquadramento por designação dado no mesmo trecho aos “aliados”, que se subdividem em duas categorias, “militares” e “políticos”. A ideia construída no trecho é a de que os que defendem uma profissionalização da comunicação de Bolsonaro são eles mesmos profissionais, da política e das forças armadas, enquanto seus filhos, apesar de também serem políticos eleitos, figuram como não profissionais e a favor de uma informalidade nas comunicações institucionais e oficiais.

Uma segunda questão que é levantada por essa dicotomia criada pela notícia é uma diferenciação entre

a “pessoa Bolsonaro” e o “Presidente Bolsonaro”, levada a cabo pela diferenciação de seus apoiadores em “filhos” e “aliados”, e mesmo pelas fotos que figuram na notícia: a primeira sendo de um evento oficial e a segunda, divulgada por um assessor informal, que mostra o presidente preparando um churrasco.

É interessante notar, também, que a designação dada a Bolsonaro nas legendas difere, ressaltando ainda mais essa divergência de posturas: enquanto na primeira foto Jair Bolsonaro é introduzido como “O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL)”, designação em que há destaque ao cargo alcançado pelo candidato, sua sigla partidária e, o que chama especial atenção, o uso de seu nome completo, algo que é comum em comunicações oficiais; na segunda foto, além do enquadramento mais informal, a legenda apresenta o candidato apenas como “Bolsonaro”, utilizando-se do título “presidente eleito” apenas como mecanismo de retomada coesiva.

5. Considerações finais

Como ressaltamos em nossa introdução, Eni Orlandi aponta a importância de uma leitura menos inocente dos textos, algo que é instrumentalizado por Charaudeau e Emediato, cujas teorias e explicações foram utilizadas para revelar alguns aspectos, outrora escondidos, das matérias que analisamos. A intenção foi a de desvelar certos aspectos do texto que se escondem por trás de técnicas jornalísticas, mas que um olhar atento pode trazer à luz e desmembrar em análises interessantes e reveladoras.

Sobre a primeira análise, é imperioso que consideremos o momento político que atravessamos, não só no Brasil: a desconfiança acerca da política e do sistema representativo adotado no ocidente incita diversas discussões, dentre elas o acerto e as falhas de diversos modelos políticos e direcionamentos ideológicos. Em especial, a oposição direita X esquerda está presente no palco de discussões públicas e tem ensejado reflexões a todos. Nesse sentido, pode ser esclarecedor trazer informações sobre o posicionamento dos EUA, que, assim como o Brasil, enxerga nessa polarização o motivo para diversas mazelas e, talvez, a solução para alguns problemas.

Antes, porém, é preciso que compreendamos o papel que um discurso como o americano tem na formação dos discursos brasileiros. Os EUA, potência econômica e cultural inegável, tem papel importantíssimo nos rumos que as demais nações ocidentais tomam. É impossível que algo seja feito hoje no cenário internacional sem que se leve em consideração o posicionamento dos EUA, ainda que seja para negá-lo e tomar a via oposta. Neste sentido, a notícia que analisamos deixa claro qual o rumo seguido pelos americanos neste embate ideológico que se apresenta a todos nós, assim como o autor deixa suas marcas de concordância com esse discurso, visando a, talvez, influenciar as decisões individuais que se somam e formam a visão do Brasil sobre seu lugar no mundo.

Esperamos que as reflexões aqui apresentadas sejam de algum valor para aqueles que busquem se debruçar sobre este texto e sobre outros que, assim como

o que apresentamos, trazem uma interlocução entre o Brasil e o mundo. De todo modo, resta-nos a certeza de que cada esforço, independentemente de seu direcionamento ideológico, contribui para a formação de um Brasil mais consciente de seu lugar como ator em um mundo globalizado, que não está imune aos debates mundiais e que, se assim o desejar, pode somar sua voz àquelas que debatem o futuro da política global.

Vimos como a designação dos apoiadores mais próximos de Bolsonaro como “filhos” e “aliados” esconde outra designação, a de profissionais e não profissionais, algo que perpassa o texto e informa as opiniões e enquadramentos feitos pelo enunciador-jornalista. Essa distinção e esse “dizer pelo não dito” são traços que se fazem presentes em todos os textos jornalísticos, e cabe ao analista a fineza de enxergar o que se faz obscurecido pela elegante técnica de se escrever nas entrelinhas.

Como os autores deste trabalho não se propõem a fazer nada mais, se não um insipiente estudo de AD aplicada ao texto, muitas são as lacunas deixadas para trás, mas em seu esforço inicial e bem-intencionado, espera-se que o leitor encontre caminhos de leitura para esse e outros textos midiáticos que venham a aparecer. A contextualização aqui provida, ainda que seja apenas uma leitura conjectural dos autores, se mostrou reveladora quanto ao painel geral em que se encontra a reportagem, provendo um quadro maior em que esta figura, como peça central de uma rede de sentidos complexa. Da mesma forma, a interpretação inicial sobre a presença de discursos externos ao texto em si se mostra

profícua na medida em que revela o alinhamento do enunciador-jornalista, que se protege, se posiciona e se apresenta como autor dessa história, ainda que nos entremeios da voz de outros atores mais proeminentes da narrativa.

Reconhecendo-se, então, o caráter de primeiro passo desta análise, conclusões mais assertivas não se mostram recomendadas, cabendo apenas as considerações finais de que todo estudo em AD se configura não como ponto final, o que decerto este artigo não é, mas como uma porta de entrada para discussões mais profundas sobre o fazer textual e o fazer leitor. Sobre o texto, levantam-se hipóteses e configura-se a realidade dos apagamentos discursivos e dos recursos que mascaram as opiniões por trás de um verniz de imparcialidade; mas sobre a leitura é afirmativa a posição de que não basta mantê-la na superfície das palavras e do que nos é dito. É preciso ir além.

ANÁLISE DO DISCURSO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA PROPOSTA A PARTIR DO GÊNERO DISCURSIVO REPORTAGEM

Marcelo de Castro
(Universidade Federal de Minas Gerais - PosLin)

Introdução

O ensino de Língua Portuguesa, na contemporaneidade, deve focalizar os usos da leitura e da escrita de gêneros discursivos, com o objetivo de aprimorar a criatividade e a criticidade do alunado nas práticas letradas dentro e fora da escola, sem deixar de lado, evidentemente, a formação cidadã. Nesse sentido, no âmbito da referida disciplina, há a necessidade de se trabalhar, “de maneira crítica, ética, democrática e protagonista” (ROJO, 2009, p. 119), com os impressos e com as mídias analógicas e digitais.

Essa perspectiva de trabalho necessita, portanto, de articulação com uma compreensão de que a interação pela/com a linguagem é uma ação discursiva. De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN):

Tomando-se a linguagem como atividade discursiva, o texto como unidade de ensino e a noção de gramática como relativa ao conhecimento que o falante tem de sua linguagem, as atividades curriculares em Língua Portuguesa correspondem, principalmente, a atividades discursivas: uma prática constante de escuta de textos

orais e leitura de textos escritos e de produção de textos orais e escritos, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva. (BRASIL, 1998, p. 27)

Logo, cabe à instituição escolar expandir essa competência discursiva dos alunos, por meio de textos, de modo que os estudantes se comuniquem, informem-se, opinem, produzam conhecimento, em prol do exercício da cidadania necessária às práticas sociais. De modo mais específico, a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) aponta que os textos informativos, que circulam no campo jornalístico-midiático, também devem ser explorados, no ensino de Língua Portuguesa, “com foco em estratégias linguístico-discursivas e semióticas voltadas para a argumentação e persuasão” (BRASIL, 2017, p. 134). Para que isso ocorra de forma significativa, há a possibilidade de se conduzir a leitura e a interpretação de textos, realizadas em salas de aula da educação básica, por meio dos estudos da Análise do Discurso (AD).

Diante disso, neste texto, objetiva-se evidenciar as contribuições e as aplicabilidades da AD, em uma possível prática de leitura e compreensão textual, no ensino de Língua Portuguesa, a partir do gênero discursivo reportagem. Para tanto, serão apresentados, primeiramente, alguns aportes teóricos da AD (de vertente francesa) e dos gêneros discursivos, de modo a destacar as principais questões que podem favorecer práticas educativas mais efetivas na formação de leitores

críticos. Além disso, em um segundo momento, será exposta uma proposta didática, embasada nesses fundamentos teóricos, a partir de uma reportagem selecionada para essa finalidade.

1. Alguns pressupostos da Análise do Discurso

Orlandi (1999) ressalta que uma das contribuições da AD, campo disciplinar cujo objeto de estudo é o discurso¹, é nos levar a uma visão mais reflexiva e consciente quanto à linguagem. Nesse sentido, defende que a relação com a linguagem deve ser menos ingênua, isto é, o sujeito, falante ou leitor, deve, à medida em que analisa os textos, buscar reconhecer a opacidade constitutiva destes e entender que estão situados num contexto social, histórico e ideológico. Por essa razão, para Orlandi (1999, p. 95), a linguagem não é transparente, não se dá por simples evidências, mas sim a partir da “articulação do simbólico com o político”. A autora reitera essa ideia ao reforçar a necessidade de eliminar a noção ilusória a respeito da transparência da linguagem.

Dessa forma, há a relevância de se ater a pistas que devem ser compreendidas sem se esquecer da exterioridade e das condições de produção. Compreender que não há neutralidade no uso da linguagem é considerar, portanto, essas “margens do dizer” (ORLANDI, 1999, p. 30) e questionar, por

¹ Segundo Orlandi (1999, p. 17), “o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentido por/para os sujeitos”.

exemplo: como algo foi dito? O que foi silenciado? O que poderia ter sido dito, mas não foi? Enfim, fica evidente que a AD vai além da interpretação, ou seja, “trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação” (ORLANDI, 1999, p. 26).

A partir dessa perspectiva mais discursiva, nas práticas de leitura e escrita em sala de aula, faz-se necessário ir além do dito, do que está escrito na “superfície” da linguagem. Exemplo disso seria instigar a percepção crítica: das relações que perpassam a escolha (ou não) de uma palavra a ser usada num texto; das diferenças de sentido (denotativo e conotativo) que um vocábulo pode adquirir em diferentes contextos; das ideologias que atravessam os textos em análise etc. De modo geral, as práticas escolares devem analisar o texto em uma confluência linguística e histórica, na qual se entrecruzam os sujeitos e os sentidos, sendo que estes “não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 1999, p. 30).

Orlandi (1999) também discute, numa perspectiva teórica e prática, o “ser” e o “fazer” do analista do discurso. Nesse sentido, são feitas algumas afirmações relevantes, como a de que a AD não está preocupada com um sentido equivalente a uma verdade, mas sim com o sentido que é visto em sua concretude linguística e histórica. Não cabe, pois, a afirmação de que há significados fixados, pois estes se constituem, assim como os sujeitos, “em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o

controle (...)” (ORLANDI, 1999, p. 60). Por essa razão, também é importante deduzir que uma análise não se esgota, pois pode (e deve) ser constantemente reconstruída.

Além dessa questão sobre a maneira de encarar o trabalho com o discurso, entendido como prática, Orlandi (1999) afirma que cabe ao analista, por meio de dispositivos teóricos, em um processo de ir-e-vir permanente no arcabouço teórico, descrever e interpretar os objetos simbólicos, a fim de evidenciar as pluralidades de uso da linguagem e, conseqüentemente, de interpretação. Assim, o analista, ao trabalhar com o discurso, deve buscar pistas dos processos de significação, mas ir além, a partir da exterioridade, até conseguir perpassar os efeitos de sentido e compreender como estes se engendram discursivamente.

No caso de se analisar o discurso de textos jornalísticos, como se faz neste estudo, que objetiva aplicar essas teorias discursivas na leitura e na compreensão de uma reportagem, urge repensar questões relativas ao caráter opinativo desse tipo de texto. De acordo com Emediato (2013), qualquer enunciado, por mais que não tenha um efeito argumentativo declarado, “carrega” intenções que visam a agir no pensamento, nas crenças, nos modos de ser, sentir e viver do leitor. Entende-se, nesse sentido, que, em alguns discursos, há uma dimensão argumentativa, isto é, uma intenção menos explícita e nem sempre consciente na qual são portados pontos de vistas que, de alguma forma, orientam/influenciam o leitor. Por mais que haja uma tentativa, por parte de um

enunciador-jornalista, de se realizar um apagamento enunciativo (no qual o locutor apagaria marcas/pistas da subjetividade dele), não é possível fazê-lo por completo, pois, quando não há um ponto de vista explícito, existem, de qualquer maneira, na constituição do discurso, “pontos de vista que esse enunciador apagado convoca para dentro de seu relato, cuja responsabilidade ele atribui a outrem” (EMEDIATO, 2013, p. 71).

Essa conceituação relativa à dimensão argumentativa é relevante, uma vez que ela possibilita que textos jornalísticos que não são declaradamente opinativos sejam investigados e observados pelos analistas (e por leitores críticos) sempre no viés argumentativo. Com isso concebe-se que a argumentação é intrínseca ao discurso e se desmascara a equivocada ideia de que há textos jornalísticos puramente informativos, isto é, de que é possível existirem textos, como reportagens e notícias, totalmente imparciais, sem influências persuasivas.

A respeito disso, Emediato (2013) apresenta “estratégias de enquadramento”, que são esquematizações que orientam o olhar do outro e são bastante comuns no discurso da informação jornalística. Elas estão materializadas, por exemplo, em sequências linguístico-discursivas, como verbos, nomes, designações, adjetivos, questionamentos etc. Ao se optar por usar, no título de uma notícia ou reportagem, um verbo *dicendi* (ou “de dizer”), como “gritou” (em referência a uma ação verbal tomada por alguém), evidencia-se, mais implicitamente, a opinião do sujeito enunciador que estrategicamente enquadra a ação

tomada pelo ser sobre quem fala em uma determinada perspectiva (no caso, de demonstração de gritos, brado), a qual seria possivelmente entendida pelo leitor de forma diferente se fosse usado o verbo “disse”, por exemplo ². Além disso, ainda de acordo com Emediato (2013, p. 82), a maneira de designar os seres (“enquadramento por designação”), em uma manchete, por exemplo, também sugere algum tipo de apreciação valorativa. Ou seja, o emprego de uma classe genérica (como “policial” ou “político”) pode levar a um silogismo por indução e, assim, “sugerir um laço de causalidade não fundada (falsa causa)”. Há, ainda, o “enquadramento pela tematização”, no qual o enunciador-jornalista ativa, na memória do leitor, um conteúdo e um valor simbólico relativos ao fato enquadrado, isto é, “a tematização abre o caminho para a problematização e para a construção de pontos de vista sobre o assunto” (EMEDIATO, 2013, p. 82). Nesse caso, é necessário observar criticamente, por exemplo, a seleção vocabular, a estrutura sintática do enunciado, a presença (ou não) de agentes verbais, entre outros aspectos que aparecem nos títulos dos textos. Essas estratégias, portanto, podem ser pistas por meio das quais será possível perceber a dimensão argumentativa em reportagens, isto é, reconhecer os pontos de vista do enunciador-jornalista, mesmo que estes não apareçam explicitamente declarados.

A maneira como o locutor escolhe para apresentar o discurso de outrem também evidencia um

² Para Emediato (2013), essa estratégia é denominada “enquadramento do dizer do outro”.

posicionamento daquele a respeito deste, ou seja, no uso do discurso relatado, também se pode identificar uma dimensão argumentativa. Essa situação é ainda mais problemática quando se analisa o fato de que os textos jornalísticos relatam os ditos parcialmente (ou seja, faz-se uma escolha do que circulará ou não), além de estes serem “constantemente transformados em ações, narrativizados, comentados e desviados de seus contextos de origem” (EMEDIATO, 2013, p. 87).

Nessa perspectiva, o discurso relatado funciona, de forma estratégica, como um discurso de prova, pois é a partir daquele, caracterizado como “um encaixe de um dito num outro dito” (CHARAUDEAU, 2013, p. 162), de modo polifônico, que se institui uma prova argumentativa. Melhor dizendo, o locutor, quando integra um dito a uma nova enunciação e, ao mesmo tempo, discrimina tal dito da origem ao transformá-lo, prova (consciente ou inconscientemente) algo, em relação a si próprio ou ao produtor do dito. Quanto a si próprio, o locutor pode provar um ponto de vista: i) de autoridade, já que relatar é evidenciar o que se tem como sabido; ii) de poder, uma vez que o relato faz saber algo; iii) de engajamento, pois, nesse caso, o relato pode mostrar o reconhecimento ou a constatação do locutor-relator aos intuídos do locutor de origem. Relativo ao outro, é possível provar: i) a autenticidade do dito de origem; ii) a responsabilidade daquele que o proferiu; iii) a verdade do que foi dito, a qual, inclusive, pode respaldar as intenções do locutor-relator (CHARAUDEAU, 2013).

Diante disso, o discurso citado pode, por exemplo: qualificar ou desqualificar o produtor do relato diante do que foi dito e criar tensões pela representação simbólica que tal discurso produzido tem em determinado contexto social, político, religioso, cultural, econômico etc. Além disso, outra questão refere-se à escolha do discurso relatado (ou o excerto deste) que circulará, pois pode ser que essa seleção se dê em função do ponto de vista que também seja partilhado pelo sujeito informante. Enfim, nota-se que tanto esse processo de escolha quanto a forma como o discurso relatado aparece no texto jornalístico são aspectos que devem ser analisados a partir da dimensão argumentativa (EMEDIATO, 2013).

2. A concepção de gênero discursivo

Bakhtin (1997), ao reforçar a natureza social, dialógica e ideológica do uso prático da língua, concebe que a comunicação verbal só é possível via algum gênero discursivo. De acordo com Rojo e Barbosa (2015), o emprego de gêneros de discurso/discursivos em detrimento de gêneros de texto/textuais ocorre devido à ênfase que é dada, na abordagem bakhtiniana, aos temas e à significação dos discursos realizável pelos textos e não às formas linguísticas ou textuais.

Sobretudo após a difusão mais ampla dessas ideias bakhtinianas, vários autores, como Dionísio (2011), Marcuschi (2003, 2008, 2011), Rojo (2013) e Rojo e Barbosa (2015), destacaram, ainda que não totalmente de modo convergente, a importância de se compreender os

gêneros discursivos em sua relação com as práticas sociais. Nas palavras de Bakhtin:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos, gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 1997, p. 279)

Nesse sentido, os gêneros discursivos são elaborados em cada esfera da atividade humana e entendidos, portanto, a partir do conteúdo temático, isto é, o conteúdo do texto acompanhado da apreciação de valor do locutor; do estilo verbal, que são as escolhas relativas ao vocabulário, à sintaxe e a outros aspectos gramaticais; e da construção composicional, que, conforme Rojo e Barbosa (2015), refere-se às formas de organização e acabamento do texto, como coesão, coerência e progressão temática. Quanto às esferas de atividade humana, também segundo Rojo e Barbosa (2015), na teoria bakhtiana, elas não são estáticas nem estanques, uma vez que se alteram tendo em vista as questões históricas, sociais e culturais, e estão em constante processo de relação e influência.

Ao abordar esse conceito de gêneros discursivos, Marcuschi (2011, p. 22) afirma: “hoje se reconhece que não é apenas a forma *stricto sensu* que resolve a questão

do gênero e sim sua funcionalidade e organicidade”, ou seja, como eventos textuais flexíveis, os gêneros caracterizam-se mais pelos aspectos sociais e discursivos. Dessa forma, ao defender essa dinamicidade e adaptabilidade dos gêneros, este autor também entende que, na ideia de que os gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2006, p. 279), o que merece destaque é o termo “relativamente”, tendo em vista a historicidade, a funcionalidade e a fluidez decorrente da natureza social dos gêneros.

Essa conceituação é relevante, uma vez que a aplicação da fundamentação teórica da AD para a sala de aula sempre terá como ponto de partida um gênero discursivo que será interpretado não somente quanto ao estilo e à estrutura composicional, mas, essencialmente, no que diz respeito ao conteúdo temático. O gênero discursivo reportagem foi o escolhido para essa aplicabilidade da teoria que aparece na próxima seção.

3. Proposta didática

3.1 Análise de uma reportagem

Nesta seção, busca-se analisar, a partir dos princípios teóricos citados a respeito da AD, a reportagem “Novo Bento Rodrigues ficou para 2020 (e ainda pode atrasar)”, publicada pelo jornal Estado de Minas, na edição do dia 10 de outubro de 2018. As considerações que são feitas servem, portanto, para nortear o olhar do professor que vise à utilização desse

referencial teórico em atividades de leitura, pois, em sala de aula, a terminologia deve ser evitada, já que a proposta pressupõe que os discentes sejam construtores dos significados do texto, a partir do estímulo à capacidade de ativar conhecimentos prévios, inferir, criar hipóteses, reconhecer informações explícitas e implícitas etc.

A escolha desse texto jornalístico ocorreu em função de que, já numa primeira leitura, foram identificadas nele pistas verbais e visuais que permitiam uma interpretação produtiva a respeito da parcialidade do enunciador. Por essa razão, o primeiro questionamento foi: de que forma o discurso do jornalista, que é responsável pela reportagem em análise e que tende a apagar marcas da subjetividade dele, tem uma dimensão argumentativa?

Logo, a finalidade de leituras posteriores, cujas considerações analíticas são apresentadas a seguir, foi explicitar ideias subjacentes à tentativa de apagamento do enunciador (EMEDIATO, 2013). Nesse sentido, almeja-se mostrar como podemos identificar a presença do enunciador em determinada materialidade textual, mesmo sem este se revelar explicitamente por meio de alguns recursos, como o uso de pronomes e verbos de primeira pessoa, de atribuição expressiva de qualidades a fatos e pessoas. Assim, será feita uma análise dos aspectos da composição e do estilo do texto na construção do conteúdo temático veiculador de um viés subjetivo.

Primeiramente, pode-se citar o antetítulo “Tragédia em Minas Gerais”, no qual é usada a cor vermelha na

primeira palavra. Essa escolha – tanto da cor quente quanto no emprego desta no vocábulo em questão – pode sugerir uma associação a algo negativo, violento e, de fato, trágico, fatal. Soma-se a isso o fato de a configuração desse antetítulo sugerir uma desintegração, uma decomposição do todo. Outro recurso não-verbal que produz efeitos de sentidos encontra-se no título, “Novo Bento Rodrigues ficou para 2020 (e ainda pode atrasar)”, tendo em vista que há um destaque, devido ao maior tamanho da fonte, à expressão “ficou para 2020”. De alguma forma, com essa disposição do *layout*, chama-se a atenção do leitor para algo alarmante.

Cabe retomar, ainda, o uso da palavra “tragédia” para se referir ao fato passado (rompimento da barragem), mencionado no texto, assim como do emprego de “desastre socioambiental”. De acordo com Emediato (2013), isso se refere ao enquadramento por designação, no qual, por meio de termos nominais, são impostos atributos aos seres sobre os quais se fala. Sendo assim, a utilização desses dois vocábulos, em detrimento de “crime” ou “negligência”, por exemplo, pode sugerir um raciocínio de que o fato está no âmbito da fatalidade, da catástrofe, não sendo, pois, fruto de uma violação da legislação, de um desleixo ou descuido por parte empresarial. Nesse caso, o autor, por meio de escolhas designativas, não se posicionou em oposição à Fundação Renova³. Mesmo assim, há sempre uma intensificação quando se faz referência ao termo, por meio de

³ A Fundação Renova é responsável pela reparação da região afetada e indenização aos moradores.

adjetivações, como “pior” tragédia ou “pior” desastre ambiental.

Ainda no título e no subtítulo da reportagem, pode-se verificar o enquadramento por tematização (EMEDIATO, 2013), no qual o enunciador-jornalista ativa, na memória do leitor, um conteúdo e um valor simbólico relativos à ideia de os moradores do atingido povoado de Bento Rodrigues não gozarem (até o momento da reportagem e sem previsão totalmente definida) de seus direitos a uma propriedade reconstruída em um novo terreno. Dessa forma, a seleção vocabular empregada nessa parte, principalmente, em “e ainda pode atrasar”, “240 famílias atingidas ainda esperam”, “mas obras (...) podem demorar mais”, orienta, implicitamente, o olhar do leitor na percepção negativa do real atraso e do inexato cumprimento de prazos. De modo mais específico, nota-se essa questão por meio da informação entre parênteses, recurso gráfico que acaba por funcionar como uma informação extra que ganha destaque nesse contexto.

A palavra “ainda”, além dos casos citados, consta no corpo texto, como em “construção sair ainda mais tarde” e “Outro fator que pode adicionar ainda mais tempo ao cronograma”. Ao funcionar como um operador argumentativo, esse advérbio introduz um pressuposto temporal que reforça que o “novo” Bento Rodrigues já deveria estar finalizado, contudo isso não aconteceu e os prazos futuros definidos estão em aberto, tendo em vista a interferência de fatores, como a chuva, que retardariam o processo. Outro operador argumentativo é o vocábulo “só”, que também introduz

essa mesma ideia, na qual se presume uma visão negativa à demora dos processos, como em “As intervenções só começaram para valer com todas as licenças em mãos, no último mês de agosto”.

A respeito do discurso relatado, a dimensão argumentativa depende da forma como o discurso de outrem é citado (e, ao mesmo tempo, transformado, manipulado e enquadrado) pelo enunciador-jornalista, o que, conseqüentemente, implicará distintos efeitos argumentativos (EMEDIATO, 2013). Sobre isso, predomina, na reportagem, o uso da citação integrada (discurso indireto) como modo de relatar as falas dos locutores de origem (a Fundação Renova e a gerente de reassentamento), o que, segundo Charaudeau (2013), configuraria determinada autonomia ao dito, apesar de este estar integrado à fala do locutor-relator. O efeito valorativo dessa seleção é tanto de decisão, já que tais locutores de origem podem decidir o que, no plano prático, ocorrerá ou não (e como, quando, por quem será feito), quanto de saber, tendo em vista que a gerente de reassentamento é a especialista na temática sobre a qual faz afirmações. Além disso, esses locutores de origem são identificados por denominação, seguida ou não pela apresentação do nome, na qual há a identificação por meio da função ocupada por eles, como em “Segundo a gerente de reassentamento da Fundação Renova”, “Gerente de reassentamento, Patrícia Lois diz que [...]”, ou por meio de um nome que representa uma forma coletiva, por exemplo, “Para se ter uma ideia, de acordo com a Renova, [...]”. Nesse último caso, essa designação coletiva soa como uma

tentativa de proteger as fontes, já que a fala foi dita por um (ou mais) representante(s) da Fundação citada.

Vale mencionar, ainda, que essas palavras introdutórias do discurso citado, como “de acordo com” e “segundo”, são marcas que configuram a modalização que, nesse aspecto, funcionaria como um sinal de distanciamento do locutor-relator quanto ao dito de origem. Por outro lado, há, também, o uso de verbo *dicendi* “diz que”, transcrito no parágrafo acima. Isso pode sugerir pouca credibilidade à fala da funcionária no momento em que ela mencionou um entrave quanto ao aval das famílias atingidas como um critério de atraso. Desse modo, é passível se questionar se o enunciador, na passagem mencionada, não expressa uma atitude de descrença no que diz respeito à veracidade da afirmação da gerente.

Além disso, pelo modo como o enunciador-jornalista enquadra a situação relatada, parece haver, inclusive, uma ausência de compatibilidade entre esses discursos de origem (instituição *versus* funcionários especialistas). No excerto:

A Fundação Renova – criada pela mineradora Samarco e suas controladoras, as gigantes Vale e BHP Billiton, para lidar com os efeitos da pior tragédia socioambiental da história do país – prefere não rever, por enquanto, o prazo atual de entrega, fixado inicialmente para o primeiro semestre de 2020. Mas engenheiros e coordenadores preveem dificuldades consideráveis para cumpri-lo.

o operador argumentativo “mas” introduz uma oposição, pautada na opinião de especialistas na área,

em relação à ideia anterior concernente à preferência, ou seja, à escolha, feita pela Fundação Renova, em não se realizar uma revisão dos prazos estipulados (mesmo que temporariamente, dado o uso do conector “por enquanto”).

São perceptíveis, ainda, outros aspectos que contribuem para evidenciar a dimensão argumentativa na reportagem, como o adjetivo “gigantes”, em “A Fundação Renova – criada pela mineradora Samarco e suas controladoras, as gigantes Vale e BHP Billiton (...)”. Por meio desse modalizador, o jornalista acaba por reforçar o “peso” e o poder dos responsáveis pelo que se denomina “pior desastre socioambiental” do Brasil. Por isso, é possível contrastar, critica e ironicamente, esse “gigantismo” à ineficiência no que se refere às soluções e aos cumprimentos dos prazos na reconstrução da comunidade em novo terreno. O poderio das controladoras, junto à Samarco, é bastante expressivo, mas, ao mesmo tempo, não é suficiente quando se pensa numa reparação/indenização (o mais brevemente possível), tendo em vista as consequências do rompimento da barragem dessa mineradora.

Nota-se, também, uma passagem na qual o enunciador apresenta uma visão negativa e pessimista a respeito de alguma possibilidade de alteração nos prazos, presente no trecho: “Uma situação que dificilmente poderá ser mudada, visto que, segundo a gerente de reassentamento, Patrícia Lois, não é uma questão de engenharia, mas de acerto com as famílias.” O advérbio “dificilmente” acaba por modalizar a ideia, até porque, desde o título, só se reforçam possibilidades

de ainda mais atrasos. Além desse aspecto linguístico, há o uso de uma oração adjetiva, por meio da qual se pode interpretar o posicionamento do enunciador como alguém que, categoricamente, tem ciência de que, para além do atraso, o “novo” Bento Rodrigues em construção não será como o de antigamente, devido a mudanças culturais e naturais que não serão recuperadas de modo fidedigno: “No meio do terreno corre um pequeno córrego, chamado Lavoura, que não será capaz de trazer de volta a nostalgia de quem pescava satisfatoriamente no Córrego Santarém, bem abaixo do antigo Bento”.

A partir das questões discutidas, acredita-se que o objetivo apresentado no início desta análise tenha sido alcançado, apesar de não se esgotarem as interpretações do texto. A ideia geral foi revelar que o enunciador-jornalista, inconscientemente ou não, tem um posicionamento contrário à demora pela qual passa os moradores que esperam pela reconstrução do subdistrito de Bento Rodrigues. Apesar de tal locutor ter realizado a visita ao local por meio de convite da Fundação Renova (o que poderia, num primeiro momento, sugerir que haveria uma adesão ou um endosso ao discurso empresarial) e ter aberto espaço para que essa instituição explicitasse as causas que acarretam o atraso nas obras, é exequível identificar pistas que guiam uma possível leitura de que esse enunciador não se apagou totalmente, e, sutilmente, opina em oposição à negligência nos prazos e na condução dos reparos.

Nesse sentido, a Fundação, a partir do convite ao locutor-redator, tinha, aparentemente, a provável intenção de justificar os atrasos, todavia, como dito, este acabou por deixar marcas de subjetividade negativas sobre isso, reforçando, portanto, que, mesmo textos tipicamente informativos, carregam valores e opiniões de quem os produz. Com base em outras considerações apresentadas, também é possível vislumbrar que o enunciador, em alguns casos, não se opôs à Samarco e às controladoras desta, por exemplo, na designação de “tragédia”. Soma-se a isso o fato de que, quando se analisam os discursos relatados, somente ditos dos sujeitos e das instituições ligadas à Fundação Renova aparecem. Apesar disso, ressalta-se que esse não era o maior foco do que se procurou no texto jornalístico, melhor dizendo, a análise do discurso foi feita a partir da seleção de uma questão-chave que buscou identificar e provar a parcialidade jornalística num movimento de oposição/negatividade às ações e aos discursos das instituições empresariais envolvidas. Sem ingenuidade, reconhece-se, pois, a existência de outras nuances argumentativas sobre as quais caberia ao analista do discurso se debruçar a partir de outros dispositivos analíticos.

3.2 Sugestão de atividade

Para a sala de aula, segue uma sequência de questionamentos que poderiam conduzir a análise crítica do texto a ser feita pelos alunos. Cabe lembrar que estas perguntas estão intimamente relacionadas às

ideias apresentadas na seção anterior, por isso são apontadas as reflexões que tais atividades podem suscitar. Além disso, seria interessante que houvesse uma discussão prévia a respeito do contexto de produção e circulação do jornal, assim como quanto à função e aos elementos constitutivos do gênero discursivo reportagem. Apresentam-se algumas sugestões:

I- Leia o título e o subtítulo da reportagem e explique qual é o assunto abordado no texto.

Esta questão possibilita que os alunos infiram a temática da reportagem por meio de alguns elementos desta, o que pode ser confirmado (ou não) após a leitura completa do texto. Além dessa formulação de previsões, é possível motivar os discentes a falarem o que eles já sabem sobre o fato.

II- Agora leia o texto, observe as imagens e em seguida resolva as questões:

1) No antetítulo da reportagem, a palavra “tragédia” aparece em vermelho. Sobre isso, responda:

a) Como se pode interpretar a opção por essa cor no contexto?

b) O que sugere o formato das letras desse antetítulo?

c) Por que o trecho “ficou para 2020” aparece em fonte maior?

d) Em sua opinião, por que o rompimento da barragem foi designado como “tragédia”?

e) Quais sinônimos foram usados para “tragédia” nas demais partes do texto?

f) Que outras palavras (não usadas no texto) poderiam substituir “tragédia”? Quais impactos, do ponto de vista dos sentidos, existiriam a partir dessa alteração vocabular?

Por meio dessas perguntas, cabe discutir a dimensão argumentativa relativa à forma como o fato foi relatado logo no início do texto, por meio da cor vermelha, da desintegração do layout, do tamanho maior da fonte, já que essas escolhas trazem consigo as ideias de situação alarmante, violenta, trágica. Ademais, cabe problematizar o modo como o fato é designado e quais as implicações inerentes à opção por “tragédia”, “desastre” (vocábulo que situam o ocorrido no âmbito da fatalidade) em detrimento de “crime”, “negligência” (que apontariam para a irresponsabilidade empresarial).

2) Releia com atenção o subtítulo e responda:

a) A que se refere o trecho “pior desastre socioambiental da história do país”?

b) Nesse trecho, que efeito produz o uso do adjetivo “pior”?

c) Como você reescreveria o subtítulo usando “embora” ou “apesar de” no lugar da palavra “mas”. Faça as alterações que forem necessárias.

d) O que implicaria a omissão da palavra “mas” para a compreensão do subtítulo?

Nas questões 2, 3, 4 e 5, é relevante analisar com os estudantes como as palavras utilizadas são responsáveis pela construção da tematização e revelam implicitamente a visão negativa do enunciador sobre o fato relatado e o atraso das obras.

As perguntas do número 2, especificamente, abordam a referência ao rompimento da barragem que atingiu o distrito de Bento Rodrigues, na cidade de Mariana (Minas Gerais). Esse fato foi enquadrado como “pior desastre socioambiental da história do país”, sendo necessário, portanto, observar que o adjetivo “pior” intensifica e hierarquiza o

acontecimento no âmbito nacional. Essas questões também permitem a análise linguística pelo emprego do vocábulo “mas” que introduz uma oposição, uma adversidade a algo dito antes, diferente de “apesar de”, que, se fosse usado, marcaria uma relação de concessão, quebra de expectativa.

3) Circule, no título, no subtítulo, no 1º e no 2º parágrafos, a palavra “ainda” e responda:

a) Essa palavra tem o mesmo sentido em todas as ocorrências que você assinalou? Explique.

b) Considere se o uso dessa palavra pode indicar uma opinião implícita sobre o que se fala. Em caso afirmativo, explique qual seria essa opinião.

A questão 3, por sua vez, visa à percepção crítica de que a palavra “ainda” (assim como “só”), em todas as ocorrências, funciona como um pressuposto temporal indicador de que o novo distrito já deveria estar finalizado. Desse modo, “ainda” indica a opinião implícita e não positiva do enunciador sobre essa situação, que tende a piorar devido à indefinição dos prazos e ao não cumprimento destes.

4) Responda às questões abaixo considerando o 1º parágrafo:

a) A que se refere o adjetivo “gigantes”?

b) Que sentido tem o adjetivo nesse caso?

c) Se ele fosse omitido, alteraria a compreensão sobre o que é dito? Por quê?

d) Identifique certa incompatibilidade entre as previsões quanto ao prazo para a finalização das obras. Em seguida, aponte que vocábulo demarca essa oposição de ideias.

e) Considerando a resposta anterior, explique por que, no título, há uma informação entre parênteses.

Os itens do número 4 oportunizam, em primeiro lugar, a leitura de que o adjetivo “gigantes”, utilizado para se referir às controladoras da mineradora Samarco, Vale e BHP Billiton, enfatiza o poderio dos responsáveis em contraste à incompetência na efetivação de soluções e de cumprimento de prazos relativos às ações indenizatórias. Logo, tal caracterizador é essencial para interpretar, critica e ironicamente, essa contradição.

Em segundo lugar, é possível verificar que o operador argumentativo “mas”, no 1º parágrafo, demarca uma oposição de ideias entre a versão da Fundação Renova (cuja afirmação é de que não seriam revistos os prazos para entrega) e a dos especialistas na área – engenheiros (cuja colocação já previa dificuldades para cumprimento dos prazos). Isso também está em destaque, como uma informação extra, no excerto entre parênteses no título, o que reforça a posição pessimista do enunciador.

5) Além da voz de quem escreveu o texto, costumam aparecer, nas reportagens, outras vozes de pessoas que foram entrevistadas. Identifique, no texto, fragmentos em que aparecem essas vozes e responda:

a) Quais pessoas foram consultadas?

b) De que forma as falas dessas pessoas são incorporadas na reportagem?

c) Por que, em alguns casos, são usadas as expressões “de acordo com” e “segundo”?

d) Levante hipóteses: que diferença há entre nomear a pessoa responsável pela fala e apenas apresentar o nome da empresa?

A partir dessas perguntas, cabe debater o viés argumentativo por meio da seleção e da forma de incorporação, na reportagem, de outras vozes que não a do enunciador. Nota-se que somente apareceram fontes ligadas à empresa, como a própria Fundação Renova e a gerente de reassentamento. O que é dito por elas é incorporado,

predominantemente, por meio do discurso indireto (apesar de haver uma passagem em que se usa o direto), o que representa certa autonomia ao dito. Na introdução dessas falas, as expressões “de acordo com” e “segundo” são um tipo de modalização que demarcam certa distância do enunciador quanto ao discurso relatado. A respeito deste, ainda se pode considerar que, quando não se identifica o sujeito específico responsável pela fala (como em “de acordo com a Renova”), objetiva-se proteger a fonte por meio de uma designação coletiva.

6) Observe as fotos e as legendas para responder:

a) Que situações são representadas nas imagens?

b) Que relação existe entre essas imagens e o que é informado no corpo da reportagem?

c) Abaixo da segunda foto, o jornalista optou por usar “diz que” para incorporar a fala da gerente de reassentamento. Interprete criticamente esse tipo de construção. Para isso, pense também em outras situações em que empregamos essa construção, como “diz que vai chover”.

Neste caso, pode-se destacar que as imagens representam as obras, em prol da construção do “novo” Bento Rodrigues, e os trabalhos dos funcionários, como o da gerente de reassentamento, conforme se relata na reportagem. Os discentes podem, talvez, cogitar que essas representações visuais reforçam o atraso das obras ou a pouca eficiência nos processos, visto que não se veem tantos trabalhadores nem muitos maquinários em operação.

Também é passível analisar que o emprego do verbo dicendi em “diz que”, abaixo da segunda foto, insinua pouca credibilidade, descrença à fala dita pela gerente no que concerne à aprovação das famílias quanto às intervenções (similar à ideia incerta presente em “diz que vai chover”, por exemplo).

7) Pense e responda:

a) Em quais parágrafos você acha que é possível identificar algumas marcas de subjetividade, ou seja, do ponto de vista de quem escreveu o texto? E em quais se nota mais objetividade? Por quê?

c) No final do texto, menciona-se que “o repórter viajou a convite da Fundação Renova”. Você acha que essa informação é relevante? Por quê?

d) Com base em sua leitura e nas questões anteriores, como você caracterizaria o posicionamento assumido no texto a respeito do fato relatado?

e) Você considera que reportagens são textos imparciais e objetivos, como tradicionalmente se aprende? Por quê?

f) Por meio de que recursos é possível inferir o posicionamento de quem escreve em um texto jornalístico?

Em quase todos os parágrafos, é possível perceber marcas de subjetividade. Além dos aspectos contemplados nas questões acima (por exemplo, o emprego de “ainda”, “gigantes”, “pior”, assim como os modos para incorporar o discurso relatado), há opinião do enunciador no uso do advérbio “dificilmente” (3º parágrafo) e da oração adjetiva “que não será capaz de trazer de volta a nostalgia de quem pescava satisfatoriamente no Córrego Santarém” (5º parágrafo). No primeiro caso, enfatiza-se o pessimismo e, no segundo, a ideia de que, além da demora na realização das obras, o “novo” Bento Rodrigues não será exatamente como era antes, segundo a visão do enunciador. Entretanto, no último parágrafo do texto, em que se contextualizam a criação e a finalidade da Fundação Renova, constata-se mais objetividade, assim como no registro do estágio das obras em cada comunidade.

É relevante considerar que o enunciador fez a reportagem a convite da Fundação Renova, o que pode ter impactos, por exemplo, na seleção das fontes entrevistadas e no uso da palavra “tragédia”, para designar o fato. Apesar disso, consciente ou não, esse jornalista

posiciona-se contrário à negligência nos prazos e na condução das indenizações às vítimas. Isso pode ser inferido por meio da seleção vocabular; pelo uso de adjetivos; pelo layout, pela cor e pelo tamanho das fontes no antetítulo, no título e no subtítulo; pela forma como o discurso relatado é integrado, pela escolha dos verbos dicendi etc. Logo, conclui-se que as reportagens são textos parciais e não apenas informativos e objetivos, pois há pistas, como as citadas, que carregam valores, crenças e opiniões de quem produziu aquelas.

8) Faça um resumo da reportagem com no máximo 120 palavras.

Por meio desta questão, espera-se que o aluno identifique as ideias principais do texto lido, mas também seja capaz de sintetizá-las sem perder a informatividade e a argumentatividade. Quanto ao primeiro aspecto, uma possibilidade é reconhecer algumas informações-chave, como “o quê”, “quando”, “quem”, “onde”, “por quê” e “como” a respeito do fato em questão. No que concerne ao segundo, é válido explicitar o posicionamento do responsável pelo texto, já que, como visto, a reportagem não é somente informativa.

4. Considerações finais

Para se alcançar o objetivo deste estudo, foi feita uma focalização, com o intuito de se analisar uma reportagem, a respeito da dimensão argumentativa no uso do discurso relatado, mas também presente nas estratégias de enquadramento, a partir de Charaudeau (2013) e Emediato (2013). Nessa perspectiva, esses fundamentos teóricos da Análise do Discurso ofereceram relevantes contribuições para a proposição de uma prática de leitura desse gênero discursivo do campo jornalístico-midiático, em conformidade com as

preposições de documentos educacionais oficiais, como os PCN (1998) e a BNCC (2017).

A reportagem foi (e deve ser) explorada como um texto no qual discursos são engendrados num contexto histórico e social (ORLANDI, 1999), concepção que também deve estar subjacente ao trabalho com outros gêneros discursivos. Sendo assim, pôde-se comprovar que não há neutralidade no uso da linguagem e que os textos jornalísticos, como a reportagem, devem ser analisados no viés informativo, assim como no argumentativo, já que a argumentação é inerente ao discurso.

Por essa razão, defende-se que a análise adequada desse gênero, em aulas de língua materna, não pode considerar apenas as questões estilísticas e composicionais que o organizam, mas também o conteúdo temático (BAKHTIN, 1997). Reforça-se, pois, que professores de Língua Portuguesa devem se apropriar desse campo teórico e, com as devidas adaptações pedagógicas, aplicá-lo no ensino em prol da formação de leitores críticos.

LETRAMENTO CRÍTICO EM SALA DE AULA: UMA ANÁLISE DAS REPORTAGENS DO JORNAL ESTADO DE MINAS SOBRE A CONDENAÇÃO DE LULA E OS SHOWS DE ROGER WATERS NO BRASIL

Kelly Cristina Torres de Barros Ferreira
Patrícia Christina dos Reis¹
(Universidade Federal de Minas Gerais - PosLin)

Introdução

O discurso é o meio que encontramos para expressar o nosso pensamento, permeado por crenças e ideologias que definem a nossa visão de mundo. De acordo com Gregolin (1995, p. 17), “o discurso é um suporte abstrato que sustenta os vários TEXTOS (concretos) que circulam em uma sociedade. Ele é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas, das estruturas semio-narrativas”. A autora salienta que a Análise do Discurso se interessa por elementos internos de um texto — o que esse texto diz e como ele diz — e externos — por que este texto diz o que ele diz, o que está subjacente à ideologia dominante, quais condições de produção se relacionam a ele, dentre

¹ Bolsista do Programa PROPG-CAPES/FAPEAM, com o apoio da SEPLANCTI e do Governo do Estado do Amazonas.

outros fatores que indiretamente influenciam na sua construção.

Consideramos que a atividade didática em sala de aula deve também contemplar elementos presentes na Análise do Discurso e

conduzir os alunos na descoberta das pistas que podem levá-los à interpretação dos sentidos, a descobrirem as marcas estruturais e ideológicas dos textos. A compreensão do discurso pode enriquecer as atividades desenvolvidas na sala de aula na medida em que permite trabalhar com várias modalidades textuais. (GREGOLIN, 1995, p. 20)

Cada vez mais é preciso aproximar a escola da vida além de seus muros e o uso de materiais autênticos como reportagens de jornal, de revistas e da Internet torna-se um momento de aprendizagem efetiva ao estabelecer uma conexão com temas que estão em evidência na sociedade. É preciso, no entanto, fazer uso eficiente do texto em sala de aula e não o utilizar como pretexto para atividades didáticas de mera compreensão, ou como pano de fundo para ensinar gramática.

A Análise do Discurso considera que “a linguagem não é transparente”, (ORLANDI, 2007, p. 17), portanto, não é uma unidade estática que contém uma interpretação unilateral e definitiva. É nesse sentido que falamos em opacidade da linguagem na qual converge uma multiplicidade de sentidos e interpretações que são carregadas de contradições (equivocos) e de ideologias. Estudos e pesquisas em Análise do Discurso nos permitem compreender que a linguagem não representa

apenas uma voz, um enunciador, antes, é o resultado das concepções políticas que o constituem.

Partimos do pressuposto de que principalmente no discurso das mídias não há ingenuidade e nem neutralidade e, mesmo diante de textos de caráter estritamente informativos e não declaradamente opinativos e argumentativos, teremos sempre uma dimensão argumentativa a ser considerada, uma ideologia sendo veiculada. Como define Emediato (2013, p. 71), “a dimensão argumentativa permite ao analista dar conta de numerosos discursos que não possuem uma visada argumentativa declarada, mas que comportam mesmo assim uma intenção de agir sobre as crenças do leitor e suas representações sobre o mundo social”.

Depois da apresentação do referencial teórico, na primeira parte deste artigo, analisamos as estratégias de enquadramento utilizadas na capa do Jornal Estado de Minas em sua edição do dia 25 de janeiro de 2018. Nossa fundamentação baseou-se na categorização proposta por Emediato (2013), em relação a quatro estratégias de enquadramento: pela tematização, por designação, do dizer do outro e pelo questionamento. Segundo ele, essas operações “visam ativar na memória do leitor conteúdos e valores simbólicos e associá-los ao enquadramento efetuado” (EMEDIATO, 2013, p. 80). A memória ativada nesse processo é parte constitutiva dos discursos, como defende Orlandi (2007, p. 31), e é tratada como interdiscurso, definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”.

Na segunda parte, além de Emediato (2013), também nos baseamos nas concepções descritas por Charaudeau (2013) em relação ao discurso relatado e propomos uma atividade de leitura de uma reportagem, publicada pelo Estado de Minas em 10 de outubro de 2018, a respeito das apresentações de Roger Waters (ex-integrante da banda de rock inglesa Pink Floyd) no Brasil. A proposta é desenvolvida sob o viés do Letramento Crítico, que abarca aspectos relacionados à cidadania e à justiça social.

1. Referencial teórico

1.1 As estratégias de enquadramento

De acordo com a definição proposta por Amossy (2011, p. 131), é preciso distinguir entre “a intenção e a dimensão argumentativa” que constituem o discurso, uma vez que no primeiro caso é evidente uma “estratégia de persuasão programada” marcada por uma intenção argumentativa de convencimento do outro. No segundo caso, no entanto, essa intenção não aparece de forma explícita no discurso; portanto, manifesta-se através do que Amossy define como uma dimensão argumentativa: “isso ocorre com a notícia de jornal, que se pretende neutra, com a conversa ou com uma grande parte das narrativas ficcionais” (p. 131). No discurso jornalístico, a intenção argumentativa é explícita em textos declaradamente opinativos e argumentativos (como os editoriais e artigos de opinião) e apresenta-se de forma implícita naqueles que

pretensamente se denominam exclusivamente informativos.

Segundo Emediato (2013), o discurso midiático orienta o olhar do leitor para determinada posição que nem sempre se apresenta de maneira explícita, por meio de uma visada argumentativa declarada. Em textos informativos podem ser identificadas estratégias de enquadramento que possuem uma dimensão argumentativa porque são utilizadas para direcionar o olhar do leitor a uma determinada posição. Para o autor, as estratégias de enquadramento compreendem a seguinte classificação:

a) Enquadramento por tematização:

O enquadramento pela tematização traz à tona um debate em torno de um tema que se delinea de acordo com um fundo de representações que constituem uma memória discursiva:

a informação midiática se caracteriza por uma comunicação ostensiva de notícias com valor simbólico pertencendo a domínios temáticos supostos pertinentes para um certo leitorado planejado. Esse tipo de informação necessita de um fundo (arrière-fond) de representações, (uma memória) para produzir o maior número possível de efeitos contextuais e implicações. (EMEDIATO, 2013, p. 80)

b) Enquadramento por designação:

O enquadramento por designação reproduz uma modalidade apreciativa no sentido de designar atributos aos seres de acordo com pontos de vista subjetivos e

tomadas de posição. De acordo com a classificação proposta por Emediato

o enquadramento de um ser em uma classe genérica (identificação genérica exemplar), faz dele um exemplo e sua ação implica, de forma direta ou indireta, intencionalmente ou não, à classe social a que ele pertence. Tais designações podem provocar um raciocínio indutivo e sugerir um laço de causalidade não fundada (falsa causa). Esse efeito pode surgir na designação de um policial implicado em casos de violência (logo, os policiais são violentos?), ou de um professor agredido na saída da escola (a escola é violenta, os professores estão sendo vítimas da violência escolar?), [...]. (EMEDIATO, 2013, p. 82)

c) Enquadramento do dizer do outro:

No enquadramento do dizer do outro, há o uso de verbos *dicendi* que remetem “ao comportamento psicológico do agente focalizado no enunciado verbal” (EMEDIATO, 2013, p. 83). O verbo escolhido para se referir ao dizer do outro qualifica esse discurso e indica a perspectiva pela qual o leitor “deve compreender esse dizer” (EMEDIATO, 2013, p. 84).

d) Enquadramento pelo questionamento:

No enquadramento pelo questionamento, o leitor é levado “a pensar a propósito do objeto da questão”, portanto ele é incitado a refletir de acordo com determinada problematização, “ou seja, trata-se de uma visada incitativa” (EMEDIATO, 2013, p. 84).

Acrescenta-se a essa classificação outra estratégia de enquadramento que não foi proposta por Emediato (2013). Trata-se do enquadramento pela imagem (COSTA, 2017) e diz respeito às fotografias e outros recursos não verbais usados em textos informativos da área jornalística, os quais colocam em evidência determinados aspectos do fato narrado, funcionando também no sentido de orientar a opinião do leitor e persuadi-lo.

1.2 As formas de relatar, segundo Charaudeau

Charaudeau (2013, p. 164) afirma que a descrição do dito relatado pode ser baseada na seleção feita a partir do dito de origem, na identificação dos elementos dos quais depende e na maneira de relatar. Nosso foco neste artigo será a maneira de relatar, que pode ocorrer das seguintes formas:

1. Citando: uma reprodução fiel do que foi dito originalmente. Geralmente, nos textos jornalísticos informativos, a citação é marcada por aspas. A seleção do dito de origem pode ser parcial ou total. Quando o dito aparece *in extenso*, a seleção é total. Quando o dito aparece em trechos, a seleção é parcial.

2. Integrando: há uma integração parcial do dito de origem ao dizer daquele que relata. Algumas modificações ocorrem nos pronomes (uso da terceira pessoa) e nos tempos verbais, uma vez que eles dependem não mais do momento da enunciação do dito de origem, mas do momento em que são enunciados pelo locutor que relata.

3. Narrativizando: há uma integração total do dito de origem no dito de quem relata. O dito de origem desaparece dando lugar a um dito novo que integra as ideias inicialmente apresentadas. O dito de origem sofre uma dupla transformação morfológica: é marcado por um verbo de modalidade (“declarou”, “confirma”, “querem”) e resume-se, na maior parte das vezes, em um nome ou verbo no infinitivo.

4. Evocando: é feita uma alusão ao dito de origem, evocando apenas o que o locutor de origem disse ou costuma dizer. Podemos observar seu uso na imprensa, na evocação de uma só palavra ou expressão do dito de origem ou quando uma expressão que está na moda é usada sem que o locutor de origem a tenha utilizado.

Outro conceito apresentado por Charaudeau (2013, p. 171) que utilizaremos em nossa atividade prática é o de modalização, ou seja, o “meio de que dispõe o locutor-relator para expressar a atitude de crença para com a veracidade dos propósitos do locutor de origem”. Essa atitude pode ser percebida através de verbos, aqui classificados como *dicendi*, que descrevem o modo de declaração (diz, declara, informa, relata, anuncia, indigna-se etc.), ou através de diferentes marcas de distanciamento (segundo, de acordo com, acredita, acha etc., ou o emprego do condicional).

Mesmo em textos jornalísticos meramente informativos, os modos de relatar e a modalização refletem uma dimensão argumentativa que se torna parte integrante do discurso midiático, seja através da escolha das palavras, dos verbos, das marcas de distanciamento ou das formas de relatar. Como afirma

Emediato (2013), através da dimensão argumentativa o analista dispõe de meios para analisar discursos que não possuem uma visada argumentativa declarada, mas que ainda assim refletem posicionamentos ideológicos que atuam sobre as crenças do leitor. Portanto, assumimos aqui o papel de analistas do discurso para compreendermos como a dimensão argumentativa se manifesta em algumas reportagens do jornal Estado de Minas.

2. “E AGORA, LULA?”: Estratégias de enquadramento

Em 25 de janeiro de 2018, o jornal Estado de Minas publicou uma reportagem de capa repercutindo a condenação do ex-presidente Lula a doze anos e um mês de reclusão por lavagem de dinheiro e corrupção passiva. A manchete principal trazia em destaque um enquadramento pelo questionamento a partir da pergunta apocalíptica “E agora, Lula?”, destacando o cenário político desfavorável à candidatura do ex-presidente com a prisão que se aproximava. O subtítulo da manchete destacava a unanimidade da condenação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região: *“Por unanimidade, TRF-4 amplia condenação por corrupção e lavagem de dinheiro. Prisão do ex-presidente fica mais próxima”*, e anunciava o prelúdio fatídico do que se tornaria realidade dois meses e dezoito dias depois, com a prisão de Lula sendo efetivamente cumprida a partir do dia 07/04/2018. Apresentamos a seguir as estratégias de enquadramento que podemos observar na reportagem em questão e destacamos a impossibilidade

da imparcialidade e neutralidade no discurso jornalístico, ainda que ele seja presumidamente informativo e não declaradamente opinativo ou argumentativo.

2.1 Enquadramento pelo questionamento e pela imagem

Observa-se que a reportagem traz o enquadramento pelo questionamento a partir da pergunta “E agora, Lula?”, que incita o leitor a uma problematização diante do anúncio da condenação do ex-presidente. Como seria o cenário dali em diante? O que ainda poderia ser feito para impedir sua condenação? O que o presidente tinha a dizer na época? Continuaría alegando sua inocência? Essas são algumas das interrogações que poderiam ser suscitadas quando o leitor lesse a primeira página do jornal.

Reforçando o enquadramento pelo questionamento, o jornal utiliza também o enquadramento pela imagem, trazendo até o leitor uma foto do ex-presidente, posicionada por trás da pergunta. É somente a sombra de Lula que vemos, cabisbaixo, com os cabelos brancos em destaque. Aparentemente, a imagem que observamos é de uma pessoa emocionalmente atingida pela decisão judicial. Alguns podem interpretá-la como a imagem de uma grande vítima, enquanto outros podem vê-la como a imagem de um derrotado. É uma imagem forte e a forma de interpretá-la depende do posicionamento político-ideológico do leitor, ao mesmo tempo em que o modo como o jornal dispõe os demais dados também contribui para que uma vertente prevaleça como a dominante, como

veremos adiante. É importante estar atento, pois, mesmo não possuindo uma visada argumentativa declarada, numerosos discursos “comportam mesmo assim uma intenção de agir sobre as crenças do leitor e suas representações sobre o mundo social” (EMEDIATO, 2013, p. 71). Além disso, é importante lembrar que não é possível pensar em neutralidade no uso dos signos, uma vez que todos são ideológicos, refletem intenções e formas de ver o mundo (ORLANDI, 2013).

Junto à imagem, aparece também o período da pena determinada pelo tribunal. Não por acaso, a informação aparece na cor vermelha e é posicionada frente à boca de Lula, sugerindo a fala como resposta do ex-presidente: doze anos e um mês de reclusão.

2.2 Enquadramento pela tematização

Considerando que este tipo de enquadramento faz uma alusão a supostos domínios temáticos, compartilhados pelo público, cujos efeitos dependem de uma memória discursiva, podemos dizer que o questionamento “E agora, Lula?” sugere outros efeitos de sentido quando associado ao questionamento “E agora, José?”.

A pergunta vem do poema *José*, de Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1942, época do Estado Novo. Getúlio Vargas adotou o nome Estado Novo para seu governo, seguindo o modelo de Portugal, que tinha um regime fascista liderado por Salazar. No Brasil, esse momento foi marcado por repressão política,

autoritarismo e a divisão ainda maior entre a classe opressora e a oprimida.

Nesse contexto, o poema de Drummond surge como uma denúncia social. José é um membro da classe oprimida e sua vida é marcada pela descrença, pela desesperança. A pergunta “E agora, José?” aparece diversas vezes no poema, nos levando a uma reflexão sobre o futuro de um povo. Ao dizer “E agora, José? A festa acabou...”, Drummond refere-se ao fim das conquistas alcançadas na Semana de 1922. Como um dos principais representantes do Modernismo, o poeta retratou em seu poema esse momento de transição entre o fim do período das conquistas de 1922 e a repressão do Estado Novo.

Embora hoje utilizemos a pergunta “E agora, José?” em situações corriqueiras no nosso cotidiano, não podemos ignorar a sua força política. Igualmente, a pergunta “E agora, Lula?” nos faz pensar não somente no futuro do ex-presidente, mas também no futuro do nosso país.

A relação entre os questionamentos “E agora, Lula?” e “E agora, José?” só é percebida devido à memória discursiva, elemento que faz parte da enunciação e que, em nós, aciona conhecimentos anteriores. Essa memória disponibiliza dizeres que são ressignificados por um sujeito em uma determinada situação discursiva. É o que acontece quando a pergunta “E agora, Lula?” é feita: uma memória discursiva entra em ação retomando o questionamento feito pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, em outra época, em outro contexto.

Ao destacar o questionamento “E Agora, Lula?” o jornal Estado de Minas contribui para o entendimento de que Lula está numa situação sem saída e que de certa forma foi responsável por isso. A culpabilização do ex-presidente é percebida pela forma opressiva através da qual é questionado, uma vez que dele é cobrada uma resposta para um questionamento difícil de ser respondido. A resposta encontra-se na sua expressão, observada na foto: oprimido, derrotado. Os leitores do jornal não são explicitamente levados a crer que Lula é culpado e merecedor da condenação, mas a questão que é suscitada pela manchete principal e a foto do ex-presidente colaboram para esse entendimento. Essas duas formas de enquadramento, pela imagem e pelo questionamento, são ainda reforçadas pelo dizer do outro, estratégia que a seguir apresentaremos.

2.3 Enquadramento pelo dizer do outro

Abaixo da foto de Lula, o jornal apresenta, entre aspas, três falas que classificamos como citações diretas, reproduzidas de forma total: uma do ex-presidente Lula, outra do colunista Baptista Chagas de Almeida e a terceira do jornalista Luiz Carlos Azedo. Gostaríamos de destacar a fala do colunista Baptista Chagas de Almeida, por explicitamente revelar sua opinião e ser um exemplo de como determinados elementos da capa do jornal constituem sua dimensão argumentativa e causam efeitos sobre o leitor: “Enfim, a luta, ops, a novela do companheiro Lula continua. Óbvio que a defesa

apresentará todos os recursos possíveis. Quando vai acabar, não dá para prever”.

O comentário do jornalista Baptista Chagas de Almeida parece bastante irônico (“a luta, ops, a novela”), o que reflete um forte efeito de opinião. Ao analisar seu comentário não podemos deixar de levar em consideração que há, por trás do que vemos ou ouvimos, possibilidades de interpretação, fundamentadas em nosso comprometimento com os sentidos e com o político. Não somente o autor do discurso mantém uma relação com o político, com o ideológico, mas quem o interpreta também o faz devido às suas próprias ideologias e ao seu próprio conhecimento de mundo (ORLANDI, 2013).

Tal comentário é um exemplo de como o discurso jornalístico transmite valores e preferências políticas, mas sem assumir um posicionamento próprio, valendo-se para isso do discurso relatado. A opinião do colunista Baptista Chagas de Almeida reflete uma posição antipetista, o que explica o tom debochado de seu comentário sobre a condenação do ex-presidente.

Além de ser sarcástico, ao substituir a palavra “luta” por “novela” (“a luta, ops, a novela”), o jornalista ainda chama Lula de “companheiro”, o que revela outra grande ironia. “Companheiro” é uma forma de tratamento usada entre os membros do PT, que já se tornou comum entre os seguidores do partido. Na maioria das vezes que encontramos uma matéria política onde aparece a palavra “companheiro”, deduzimos que se refere a um companheiro de luta, seguidor dos ideais da esquerda. O termo “companheiro” tornou-se muito

popular na década de 70, com a publicação do livro *O que é isso, companheiro?*, escrito por Fernando Gabeira após seu exílio, relatando a luta armada contra a ditadura. Ser um companheiro, então, vai além de ser um colega de partido; a expressão refere-se a pessoas envolvidas em lutas contra a opressão e hoje é banalizada por pessoas que não simpatizam com essas lutas e fazem delas chacota, como observamos no discurso do colunista Baptista Chagas de Almeida, no jornal Estado de Minas.

Da mesma forma em que analisamos a dimensão argumentativa no texto “E Agora, Lula?”, propomos uma atividade prática de outra reportagem do jornal Estado de Minas, direcionada a alunos do 9º ano do ensino fundamental. Na atividade proposta, levaremos os alunos a seguirem um percurso semelhante ao exposto acima, explorando também outros aspectos que o novo texto permitir. Um dos objetivos da atividade é proporcionar aos alunos um maior entendimento a respeito da dimensão argumentativa do texto em questão; para isso adotaremos como pontos de partida o questionamento observado no título, as falas citadas e as imagens que ilustram o texto.

3. Atividade prática

A atividade prática aqui apresentada é uma proposta de trabalho para desenvolver habilidades de leitura crítica no ensino básico. O texto explorado é uma reportagem publicada em 10 de outubro de 2018, pelo jornal Estado de Minas, com o título: “Ficou surpreso

com o posicionamento de Roger Waters? Não foi a primeira vez. Conheça a carreira do ex-Pink Floyd”.

O objetivo principal é levar os alunos a construir sentidos durante a leitura de textos jornalísticos, identificando não só as informações explícitas, mas também as implícitas, fazendo inferências, de modo a perceber a dimensão argumentativa do texto. A atividade sugerida segue a proposta dos Novos Letramentos e do Letramento Crítico, que são subáreas da teoria dos Multiletramentos proposta pelos estudiosos do New London Group, Kalantzis e Cope (2012), cujos pressupostos envolvem o multi-social (a diversidade) e a multimodalidade (a interação da linguagem com outros sistemas semióticos).

Antes de iniciarmos a proposta, consideramos pertinente apresentarmos uma breve contextualização, com dados sobre Roger Waters e a banda Pink Floyd no cenário musical, bem como suas implicações políticas e sociais.

De acordo com a própria reportagem, “o posicionamento político e ideológico sempre esteve presente na obra de Waters”². A história de vida do músico acumula tragédias pessoais ligadas à guerra, como a perda de seu avô durante a Primeira Guerra Mundial, em 1916 (o pai de Waters na ocasião tinha apenas 5 anos), e posteriormente ele mesmo viria a perder o próprio pai durante a Segunda Guerra

² Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/10/interna_politica,996213/ficou-surpreso-com-o-posicionamento-de-roger-waters-nao-foi-a-1-vez.shtml>. Acesso em 01/12/2018.

Mundial, em 1944 (quando era um bebê de apenas 5 meses de idade). Naturalmente, o engajamento político de Waters é também uma forma de resistência, principalmente no combate a políticas consideradas por ele como neofascistas. Questões humanitárias, de liberdades individuais e engajamento social são recorrentes nas letras da banda de rock progressista fundada por ele e mais quatro estudantes em Londres em 1965. No que tange a questões relativas à educação, o álbum *The Wall* (1979) contém uma das músicas mais tocadas nas rádios do Brasil na década de 80, “*Another Brick in the Wall (Part 2)*”, que apresenta uma crítica ao modelo de educação inglesa repressora e arcaica da época e ainda se revela atual, principalmente em termos de políticas públicas institucionais a serem implantadas pelo novo governo brasileiro, por exemplo.

Pré-leitura

Inicialmente, faz-se importante explorar os elementos constitutivos da reportagem, ou seja, as condições de produção que influenciam direta ou indiretamente na construção ideológica do texto jornalístico. No caso específico que analisamos neste artigo, trata-se de uma reportagem veiculada pelo principal jornal do estado de Minas Gerais, fundado em 1928. A reportagem em questão foi publicada em outubro de 2018, mês em que ocorreram as eleições presidenciais e que foi marcado por embates políticos calorosos e intensa polarização de discursos. A reportagem do dia 10/10/2018 – “Ficou surpreso com o

posicionamento de Roger Waters? Não foi a primeira vez. Conheça a carreira do ex-Pink Floyd” – fez uma referência ao show do cantor em São Paulo, que aconteceu três dias após o 1º turno das eleições do dia 07/10/2018. Portanto, a reportagem foi publicada em um período de ânimos acirrados no Brasil e se dirigiu a um público tradicional de leitores que acompanham o Estado de Minas, que poderiam ter ficado surpresos com a intensidade do discurso político de Roger Waters. No entanto, como atestado pela reportagem, o posicionamento crítico e político de Roger Waters o acompanha desde muito tempo e já é esperado em turnês do cantor pelo mundo.

No caso de uma atividade em sala de aula como a que propomos neste artigo, os alunos devem inferir, estimulados pelas questões, os diferentes fatores que influenciam a abordagem adotada em uma reportagem e o propósito que está implícito no texto veiculado.

Seguem algumas questões para familiarizar os alunos com o gênero “reportagem”, antes da leitura do texto:

- a) Discuta com seu colega o que você entende por “reportagem”. Quais são suas características?
- b) Leia a definição abaixo e comente se ela está de acordo com o que vocês discutiram:

Reportagem

“Texto jornalístico amplamente divulgado nos meios de comunicação de massa, a reportagem informa, de modo mais aprofundado, fatos de interesse público. Ela situa-se no questionamento de causa e efeito, na interpretação e no

impacto, somando as diferentes versões de um mesmo acontecimento.

A **reportagem** não possui uma estrutura rígida, mas geralmente costuma estabelecer conexões com o fato central, anunciado no que chamamos de *lead*. A partir daí, desenvolve-se a narrativa do fato principal, ampliada e composta por meio de citações, trechos de entrevistas, depoimentos, dados estatísticos, pequenos resumos, dentre outros recursos. É sempre iniciada por um título, como todo texto jornalístico³.

c) Vamos agora ler e analisar uma reportagem (cópias das reportagens são distribuídas).

- Qual a data de sua publicação?

- Onde foi publicada?

- Em sua opinião, em que seção do jornal ela estaria localizada?

- Quem você acha que teria interesse em ler esta reportagem?

Leitura

Sobre o título da reportagem

a) Qual é a pergunta apresentada no título da reportagem? Em sua opinião, por que motivo é feito esse questionamento?

b) Além da pergunta “Ficou surpreso com o posicionamento de Roger Waters?” o título é composto pelo seguinte complemento: “Não foi a primeira vez. Conheça a carreira do ex-Pink Floyd”. Baseado nesse título, de que forma você acha que o conhecimento da história da banda pode levar o leitor a entender o posicionamento de Roger Waters?

³ Fonte: <<https://www.infoescola.com/jornalismo/reportagem/>>.

Sobre o lead

- a) Na definição de reportagem que vimos é mencionado o *lead*. Vocês entenderam de que se trata? (O professor auxilia os alunos na inferência do uso do termo).
- b) Vamos então identificá-lo na reportagem?
- c) Por que as informações contidas nessa parte do texto são importantes?

Sobre as formas de relatar

- a) Quais sujeitos o texto faz falar?
- b) Jornalistas comumente utilizam citações de pessoas reconhecidas em determinada área para garantir credibilidade junto ao público leitor. Quem é o principal entrevistado nesta reportagem? Você considera suas falas importantes? Comente.
- c) Foi usado algum outro recurso para dar credibilidade ao texto? Por que é citada parte da música “*Another brick in the wall*”? Que importância tem o comentário sobre as imagens que aparecem na música “*Pig*”?
- d) Cite um ou mais trechos da reportagem em que o jornalista leva o leitor a compreender que Roger Waters não agiu de forma diferente da que é recorrente em seus shows.

Enquadramento pela imagem

Para explorar o enquadramento pela imagem, serão feitas perguntas que levem os alunos ao entendimento do que elas transmitem e dos seus possíveis efeitos de sentido. Nesse momento, perceberemos o conhecimento prévio que os alunos mobilizam na leitura das imagens. Como elas dialogam com o título do texto? De que forma

o conhecimento prévio dos alunos pode ajudá-los a compreender essa relação?

Para explorar o enquadramento pela imagem apresentamos abaixo alguns exemplos de perguntas que podem ser feitas para que os alunos se aproximem das fotos presentes no texto e dos sentidos que, por meio delas, podem ser construídos.

Foto 1



1. O que você sabe sobre o artista mostrado na foto? Que fatos da sua vida pessoal e profissional você conhece? Que novos dados o texto traz para você?

2. A foto que abre a reportagem anuncia a problemática levantada pelo artigo (foco no posicionamento) ou simplesmente mostra um momento tranquilo do show (foco na música)? Qual sua opinião em relação a essa escolha de foto para dar início à matéria?

3. Você encontrou nesta foto pistas a respeito da orientação ideológica de Roger Waters? Com relação ao texto que partes você destacaria para indicar uma possível orientação ideológica do artista?

4. A legenda escolhida para a foto foi “O ex-Pink Floyd Roger Waters se apresentou em São Paulo na última terça-feira”. Que outro trecho do texto poderia ser utilizado como legenda para a mesma foto?

5. Segundo o autor do texto, parte do público se arrependeu de estar ali naquele show. Você saberia citar alguns motivos que levariam pessoas a se arrependem de estar num show? Seria o caso da plateia de Roger Waters?

Foto 2



1. Que situação está representada na imagem acima? Que trecho da reportagem justifica sua resposta?

2. Que momento da história política brasileira é representado pelas palavras da foto?

3. Que trecho da reportagem comprova sua resposta?

4. Que parte do subtítulo da reportagem pode ser ilustrada com essa imagem?

5. Por que motivo a Justiça Eleitoral se preocupa com o que se passa no show, considerando o momento que a foto revela?

Foto 3



1. Quais são os elementos que compõem a imagem?
2. Como vocês descreveriam a foto que aparece como pano de fundo?
3. O que as palavras em vermelho sugerem? O que aparece organizado na primeira coluna? E na segunda?
4. Vocês conhecem alguns dos nomes que aparecem na segunda coluna?
5. Em relação ao título, vocês conhecem o prefixo “neo” que aparece em “*neo-fascism*”? O que ele significa? Qual a relação de “*neo-fascism*” com os nomes dos países e pessoas que aparecem em seguida?
6. A imagem se relaciona com alguma passagem do texto? Qual?

Enfatizamos o trabalho com o significado da palavra “*neo-fascism*”, pois dela depende o sentido dado à imagem. Se o aluno não tiver conhecimento prévio do que ela significa, encontrará dificuldades para interpretar as informações contidas na imagem.

Pós-leitura

Nesse momento da aula, poderiam ser exibidas outras imagens do artista para que fossem comparadas com aquelas que o jornal apresenta. O professor poderia buscar imagens que mostrassem momentos de protesto de Roger Waters e da banda Pink Floyd ao longo dos tempos: contra guerras, contra o nazismo/fascismo, contra as ditaduras, em favor dos direitos humanos, contra o abuso de dinheiro/poder, em defesa dos que sofrem por questões religiosas etc. Igualmente, trechos de shows, facilmente encontrados na Internet, poderiam ser apresentados aos alunos para que eles conhecessem um pouco da ideologia do cantor.

Alguns dos momentos que podem ser selecionados para apresentação em sala de aula são aqueles em que o artista apresenta telões em seus shows exercendo alguma forma de protesto. Essas imagens seriam apresentadas aos alunos como uma forma de comparação entre o que é veiculado na Internet e sobre o que aparece no jornal. Os alunos seriam levados a questionar a coerência entre as imagens exibidas nas reportagens e aquelas geralmente veiculadas sobre o cantor em outras mídias. Ao analisar as imagens contidas nas reportagens os alunos encontram alguma novidade? As imagens reproduzidas nas reportagens surpreendem ou causam algum tipo de reação negativa no leitor? Como as imagens dos jornais corroboram o objetivo ideológico subjacente aos textos das reportagens analisadas? Quais seriam esses objetivos e a quem interessam? Qual o posicionamento dos alunos em

relação à liberdade de expressão em apresentações como a de Roger Waters? Essas seriam algumas das questões abordadas para suscitar a discussão sobre a pertinência de uma arte engajada politicamente como a que Roger Waters apresenta em suas turnês mundiais.

Em síntese, podemos destacar quatro momentos na atividade prática proposta: 1) momento de pré-leitura, explorando os elementos constitutivos da reportagem; 2) perguntas abordando o título, o lead e as formas de relatar presentes no texto; 3) questões de análise das estratégias de enquadramento utilizadas; 4) um momento de pós-leitura, expandindo o assunto tratado no texto. Todas essas atividades foram propostas com o objetivo de aproximar os alunos ao que acreditamos ser uma prática de Letramento Crítico, levando-os ao entendimento de como, e segundo os interesses de quem, determinados textos funcionam. Os enquadramentos observados no texto jornalístico analisado levam os alunos à percepção de que a dimensão argumentativa da reportagem é favorável ao cantor Roger Waters. As fotos, as citações e as músicas mencionadas no texto levam o leitor a entender que o comportamento do artista não poderia ser criticado durante as apresentações no Brasil como se fosse um elemento surpresa e não recorrente em outras apresentações. Acreditamos que a leitura crítica de textos jornalísticos como o que apresentamos aqui contribui para importantes questionamentos sobre o mundo e sobre fatos e práticas que são no geral desconhecidos por alunos do ensino fundamental. Através da análise dos discursos e da dimensão

argumentativa dos textos a leitura e a conscientização crítica dos nossos leitores podem ser trabalhadas e estimuladas por perguntas que proporcionam a reflexão em sala de aula.

4. Considerações finais

Esperamos ter contribuído, ao final deste artigo, para uma maior aproximação entre as teorias da Análise do Discurso e a aplicação de seus pressupostos na prática da sala de aula. Desde a nossa Introdução procuramos demonstrar que o discurso midiático é também ideológico, e textos jornalísticos podem e devem ser trazidos para a sala de aula e trabalhados em sua complexidade e criticidade. Acreditamos que o espaço da sala de aula não é um ambiente alheio à vida em sociedade e, nesse sentido, o uso do discurso midiático em atividades pedagógicas contribui para a inserção e a discussão de temas relevantes que desenvolvam o letramento crítico e a capacidade de se posicionar política e sociologicamente.

No referencial teórico, apresentamos as estratégias de enquadramento utilizadas em textos jornalísticos conforme aponta Emediato (2013) e as teorias abordadas por Charaudeau (2013), que se referem aos modos de relatar e suas implicações no discurso das mídias. Em seguida, introduzimos uma breve análise de uma reportagem do Estado de Minas em que a manchete principal utilizava o enquadramento pelo questionamento por meio de uma pergunta quase retórica, “E agora, Lula?”, que visava a repercutir

negativamente a condenação do ex-presidente a doze anos e um mês de prisão. Durante a análise da reportagem observamos que a dimensão argumentativa do texto levava o leitor ao entendimento de que Lula estava derrotado politicamente e para ele não haveria mais perspectivas de ser candidato à presidência da República em tempo hábil para concorrer às eleições.

Na seção seguinte, apresentamos uma sugestão de atividade prática para ser trabalhada em salas de aula do 9º ano do ensino fundamental através da análise de outra reportagem do Estado de Minas que abordava a repercussão das apresentações de Roger Waters no Brasil. A reportagem do mais tradicional jornal dos mineiros foi o nosso ponto de partida para analisarmos como as estratégias de enquadramento e os modos de relatar influenciam e determinam posicionamentos ideológicos. Observamos que não há neutralidade no discurso jornalístico; mesmo no caso de textos de caráter meramente informativos é possível identificarmos uma dimensão argumentativa implícita através das estratégias de enquadramento utilizadas pelo enunciador-jornalista, os modos de relatar e os efeitos de sentido que influenciam e muitas vezes determinam pontos de vista para os leitores.

Durante a nossa análise observamos que a reportagem do Estado de Minas procurava esclarecer o leitor de que o comportamento crítico de Roger Waters era condizente com atitudes semelhantes que ele adotara em outras turnês internacionais. O enquadramento pelo questionamento na manchete principal “Ficou surpreso com o posicionamento de Roger Waters? Não foi a

primeira vez. Conheça a carreira do ex-Pink Floyd” esclarecia desde o princípio que se tratava de um equívoco a atitude de espanto de parte do público presente no show, que não compreendeu o engajamento político do artista. Como abordamos em nossa análise, a dimensão argumentativa implícita na reportagem em questão mostrou-se favorável ao posicionamento crítico de Roger Waters, principalmente por se tratar de uma atitude de protesto condizente com sua carreira e a sua obra.

Acreditamos que o nosso papel neste artigo, conforme salienta Charaudeau (2013, p. 29), “[...] é o de observar a distância, para tentar compreender e explicar como funciona a máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar”. Através das ferramentas que aprendemos com as teorias da Análise do Discurso, somos estimulados a analisar e a tentar compreender como as estratégias de enquadramento, por exemplo, direcionam o olhar do leitor para determinada posição. No entanto, não cabe ao analista defender esta ou aquela posição, mas capacitar o leitor a compreender que nenhum texto é neutro ideologicamente: mesmo naqueles de caráter informativo, há sempre uma dimensão argumentativa implícita e o suposto efeito de objetividade e neutralidade corresponde a um apagamento enunciativo, “mas isso não significa apagamento ou inexistência de pontos de vista no plano geral da enunciação” (EMEDIATO, 2013, p. 71).

A proposta de utilizar reportagens veiculadas por um jornal de ampla repercussão e influência no estado

de Minas Gerais, como o Estado de Minas, pode ser um estímulo para que estudantes do ensino fundamental e médio se interessem pela leitura de textos jornalísticos, principalmente os impressos, que já não exercem tanta influência e fascínio no público em geral, principalmente entre os mais jovens. O resultado a ser alcançado através desta proposta está diretamente relacionado ao desenvolvimento de uma postura crítica diante do discurso midiático e, nesse sentido, a Análise do Discurso contribui com a compreensão de como os elementos internos e externos influenciam os modos de relatar e direcionam o olhar do leitor para a posição que se pretende alcançar. Posicionar-se criticamente através do entendimento do texto em seu diálogo com a sociedade é um objetivo que buscamos conquistar a longo prazo, por esse motivo a pós-leitura deve estimular os alunos a buscarem outras fontes e incitar a aprendizagem de novos saberes.

ANÁLISE DO DISCURSO APLICADA: UM CAMINHO PARA O LETRAMENTO CRÍTICO

Elzimar Goettenauer de Marins-Costa
Willyane Mara Costa de Paula¹
(Universidade Federal de Minas Gerais - FALE)

Introdução

As práticas letradas situam-se historicamente, têm um propósito, se vinculam a instituições sociais e são perpassadas por relações de poder. Algumas se tornam mais dominantes, visíveis e influentes do que outras. Esse é o caso de textos da esfera jornalística, sobretudo notícias, as quais circulam atualmente não só em seu contexto original – jornais e revistas eletrônicos e impressos, telejornais etc. – mas também nas redes sociais. Por essa razão, recuperar os pontos de vista veiculados nos diversos textos escritos e orais, cuja função principal seja noticiar fatos, constitui-se como um desafio necessário para leitores em geral e para professores em particular, se estes se dedicam ao letramento crítico dos estudantes. O desenvolvimento de competências e habilidades de leitura, em um cotidiano cada vez mais atravessado pelo discurso da informação, impõe a atitude de não perder de vista que “a informação é essencialmente uma questão de

¹ Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-FAPEMIG, 2018.

linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo” (CHARAUDEAU, 2013, p. 19), que o discurso jornalístico conduz a “possíveis interpretativos”, resultantes das “intenções do organismo de informação” e dos “sentidos construídos pelo receptor” (CHARAUDEAU, 2013, p. 28).

Considerando que o texto na sala de aula da Educação Básica nem sempre é explorado pelo viés discursivo, a configuração de uma perspectiva teórico-metodológica que nomeamos como análise do discurso aplicada à educação linguística pode apontar possíveis caminhos para o trabalho com a leitura e, conseqüentemente, desdobramentos promissores para o trabalho com a escrita, nas aulas de língua portuguesa e de línguas adicionais. Partimos do seguinte pressuposto: não há discurso neutro, pois o ponto de vista do enunciador se projeta naquilo que ele escreve ou fala. Assim, possibilitar que os estudantes, ao ler e ao ouvir, possam identificar os pontos de vista explícitos e, sobretudo, os implícitos em um texto, assim como levá-los a perceber que o modo de construir um texto pode afetar a forma como o interlocutor compreende o que lê/ouve, são ações pedagógicas fundamentais para o letramento crítico.

Neste artigo, com o objetivo de esboçar alguns parâmetros para análise discursiva aplicada, buscaremos demonstrar que algumas escolhas enunciativas podem ser interpretadas como enquadramentos (EMEDIATO, 2013) e devem ser levadas em conta no ato da leitura, se almejamos uma construção de sentidos menos ingênua e, portanto, mais

crítica para os textos. Para isso, primeiramente, apresentamos algumas das referências teóricas com as quais trabalhamos, focalizando especialmente a dimensão argumentativa (AMOSSY, 2011) em textos informativos e o funcionamento de estratégias de enquadramento (EMEDIATO, 2013), com exemplos retirados de capas de jornais impressos. Em seguida, sugerimos uma proposta de encaminhamento para explorar o jornal na sala de aula com uma abordagem discursiva.

1. A teoria na prática

Segundo Daniel Cassany (2006), podemos distinguir três planos de leitura, que ele denomina de ler as linhas, as entrelinhas e atrás das linhas. O primeiro plano se refere a uma compreensão do que está dito na superfície do texto e por isso pode ser chamado de leitura literal; o segundo plano alude às pressuposições e à produção de inferências, que nos permitem reconhecer o que não está escrito, mas pode ser recuperado por meio das pistas presentes no texto e de nossos conhecimentos prévios, possibilitando-nos também identificar duplos sentidos, ironias, metáforas etc.; e o terceiro se relaciona à percepção dos pontos de vista: *“lo que hay detrás de las líneas es la ideología”* (CASSANY, 2006, p. 52). Esses três planos são indissociáveis no momento da leitura, no entanto, tanto a produção de inferências quanto a capacidade de observar valores e crenças veiculados em um texto dependem de uma atitude mais analítica do leitor.

Acreditamos que a educação linguística deve contribuir para formar leitores que possam ir além da superfície do texto. Desse modo, promover o letramento crítico em sala de aula implica criar condições para que os alunos leiam “*tras las líneas*” (CASSANY, 2006).

Atualmente, os textos da esfera jornalística fazem parte do cotidiano de qualquer pessoa que participe de uma rede social, isto é, não é preciso comprar um jornal impresso ou acessar um jornal eletrônico para saber das notícias. Além disso, as matérias que causam mais impacto são replicadas oralmente e comentadas em diferentes espaços, contribuindo para que as pessoas formem opiniões e assumam posições favoráveis ou contrárias, já que os acontecimentos, desde os mais corriqueiros aos mais inusitados, motivam comentários, avaliações e, portanto, juízos de valor.

Para fundamentar o trabalho com notícias em sala de aula, de modo a favorecer o desenvolvimento do posicionamento crítico dos estudantes, e dar corpo ao que denominamos de análise do discurso aplicada, discutimos a seguir alguns fundamentos teóricos e exemplificamos com exemplos extraídos de capas de jornais impressos.

Segundo Charaudeau (2013, p. 36), “a informação é pura enunciação” e, por isso, informar é uma questão de linguagem. Se acreditarmos na possibilidade de traduzir fielmente a realidade por meio da linguagem, ou seja, que as palavras espelham a realidade, tendemos a pensar que as notícias são objetivas, neutras, sem viés valorativo, porque noticiar é simplesmente contar algo que aconteceu. No entanto, a linguagem não é

transparente: ao escrever, escolhemos palavras e pensamos na melhor forma de ordená-las em um enunciado; essas seleções resultam de uma perspectiva adotada na hora de produzir um texto e, conseqüentemente, possibilitam a (re)construção de pontos de vista no momento da leitura. Assim,

[c]omunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de *estratégias discursivas*. (CHARAUDEAU, 2013, p. 39. Grifos do autor)

Há, portanto, no âmbito da informação, uma mecânica de construção de sentido, que, de acordo com Charaudeau (2013, p. 40-41), se dá por um processo duplo de semiotização constituído por transformação e transação. O primeiro processo consiste em uma operação de transformar o fato (mundo a significar) em palavras, em linguagem verbal (mundo significado), e se dá por meio de diversas categorias: narrar o acontecimento; nomear os seres; qualificar os seres, atribuindo-lhes propriedades; argumentar, fornecendo os motivos do acontecimento; e modalizar, avaliando os acontecimentos, os seres e as propriedades. A transação diz respeito à definição do objetivo do ato de informar, segundo alguns parâmetros: hipóteses sobre a identidade do interlocutor, considerando seus conhecimentos, sua posição social, seus interesses e seu possível estado psicológico; o efeito que pretende

provocar; o tipo de relação que quer instaurar com esse interlocutor; o tipo de regulação prevista, levando em conta os parâmetros anteriores.

É importante destacar que o processo de transação “comanda o processo de transformação e não o inverso” (CHARAUDEAU, 2013, p. 41). Se pensarmos em nossas interações cotidianas, constataremos que nos comunicamos com os demais seguindo esse duplo processo: de acordo com os conhecimentos prévios que temos de nosso(s) interlocutor(es) — quem *é/são*, que *funções exerce(m)*, como *pensa(m)* etc. — ou das hipóteses que formularmos sobre ele(s), se são desconhecidos, e com o tipo de relação que desejamos estabelecer com ele(s), é que calibramos o que vamos dizer e como vamos dizer.

Para representar o mundo, todo discurso representa também uma relação com o outro. Por essa razão, nenhuma informação pode ser efetivamente transparente ou neutra, porque opera com recortes e escolhas, conforme o tipo de alvo que se quer alcançar. Em relação ao que nos interessa neste texto — o discurso da informação —, podemos exemplificar tais escolhas observando manchetes que noticiam um mesmo acontecimento.

Em 15 de maio de 2019, ocorreram manifestações, em diversas cidades do Brasil, em defesa da educação pública e gratuita. Abaixo, apresentamos algumas manchetes estampadas em capas de jornais impressos publicados em 16/05/2019²:

² As capas dos jornais citados podem ser vistas em <<https://www.vercapas.com.br/2019-05-16/>>. Acesso em 25/05/2019.

- Atos mobilizam 160 cidades contra arrocho na educação
- Folha de São Paulo
- Cortes do MEC são alvos de protestos pelo país – A Tarde (Salvador)
- Em dia de protestos, ministro defende cortes na universidade – Zero Hora (Porto Alegre)
- Governo enfrenta protestos de rua e pressão no Congresso – Estado de São Paulo
- Mais de 200 cidades têm atos contra cortes na educação – O Globo
- O recado que vem das ruas – O Diário de Pernambuco
- Protestos nas ruas e confronto no Congresso – Estado de Minas
- Protestos nas ruas e embate no Congresso – Correio Brasiliense

Verifica-se que, embora as manchetes se refiram ao mesmo fato, são diferentes as alusões a ele – atos, protestos, recado – e a estrutura sintática dos enunciados: alguns são compostos apenas por sintagmas nominais, outros, por sintagmas verbais. Variam também os elementos que fazem parte das manchetes: a de O Diário de Pernambuco focaliza apenas as manifestações (O recado que vem das ruas); em O Globo, a ênfase recai no número de cidades que tiveram atos, pois “Mais de 200 cidades” é o sujeito do enunciado; algumas manchetes colocam dois temas em evidência: os protestos e o confronto / o embate / a pressão no Congresso; outras referem-se aos motivos das manifestações de formas diversas: arrocho na educação, cortes do MEC, cortes na educação, cortes na universidade.

As escolhas sintáticas e semânticas fazem parte do processo de transformar o mundo a significar em mundo significado, a partir dos parâmetros do processo de transação já mencionados (CHARAUDEAU, 2013, p. 41). Desse modo, as manchetes, assim como as notícias relativas a elas, são elaboradas em função do efeito que se quer produzir no leitor e da relação que se pretende estabelecer com ele. Por outro lado, o efeito, ou seja, a interpretação do fato noticiado (do mundo significado pela linguagem), se dá conforme os parâmetros do leitor, que podem coincidir ou não com os do sujeito informador. Assim, ao proceder a uma análise textual, devemos considerar que

toda análise de texto nada mais é do que a análise dos “possíveis interpretativos”. No que tange à comunicação midiática, isso significa que qualquer artigo de jornal, qualquer declaração num telejornal ou num noticiário radiofônico, está carregada de efeitos possíveis, dos quais apenas uma parte – e nem sempre a mesma – corresponderá às intenções mais ou menos conscientes dos atores do organismo de informação, e uma outra – não necessariamente a mesma – corresponderá ao sentido construído por tal ou qual receptor. (CHARAUDEAU, 2013, p. 28)

No entanto, embora, no final das contas, a interpretação se dê segundo os parâmetros do interlocutor, “é nosso direito indagar sobre os efeitos interpretativos produzidos por algumas manchetes de jornais” quando estas “apelam para a reação avaliativa do leitor”. Desse modo, é possível prever que os efeitos

depreendidos do sintagma “pressão no Congresso” podem não ser os mesmos produzidos por “confronto no Congresso” e “embate no Congresso”. Igualmente, é muito provável que os efeitos interpretativos suscitados por “protestos nas ruas” sejam diferentes daqueles suscitados por “O recado que vem das ruas”.

Segundo Emediato (2013), é possível observar tendências dos órgãos de imprensa na história do jornalismo: conservadora, progressista, de esquerda e de direita. Os próprios leitores, se assumem uma atitude mais crítica, identificam essas tendências e não acreditam que a imprensa seja isenta de posicionamentos ideológicos. Então, o que se torna relevante é verificar como se dá a gestão de vozes e dos pontos de vista no discurso informativo e buscar detectar como os juízos de valor perpassam o texto jornalístico.

Interessa-nos colocar em evidência a notícia, pois existe em torno dos textos informativos uma aura de objetividade, uma pretensa isenção de subjetividade. No entanto, como já comentamos, todo discurso “comporta uma atitude modal pelo fato de ser sempre endereçado a um destinatário” (EMEDIATO, 2013, p. 96). Nos textos declaradamente opinativos, como as colunas de opinião e os editoriais, a subjetividade é presumida e a atitude modal é explícita, evidenciada por uma assunção clara de pontos de vista e pelo emprego de recursos linguísticos característicos da argumentação. Já nos textos informativos, a atitude modal do enunciador-jornalista (o sujeito que informa) é a do apagamento enunciativo, ou seja, a de procurar eliminar vestígios de

sua presença e, por isso, não usa a primeira pessoa e evita empregar, por exemplo, adjetivos, advérbios e conectores que possam denunciar sua subjetividade. Contudo, o uso dessa estratégia discursiva não significa ausência de ponto de vista na configuração do texto e nem interdita um viés argumentativo.

Segundo Amossy (2011, p. 131), se considerarmos a enunciação numa perspectiva dialógica (BAKHTIN, 2009), devemos admitir que “a argumentação está, *a priori*, no discurso”. Assim, cabe ao analista identificar e descrever as modalidades de argumentação verbal. Nesse caso, é necessário distinguir a intenção argumentativa expressa, assumida – como é o caso, na esfera jornalística, do artigo de opinião, da carta do leitor e do editorial –, da dimensão argumentativa, que seria “a tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s)” (AMOSSY, 2011, p. 131). A dimensão argumentativa, portanto, está presente também em textos informativos, nos quais predominam sequências narrativas e descrições. Torna-se importante, então, “identificar e analisar a maneira como esses discursos destinados a, antes de tudo, informar, descrever, narrar, testemunhar, direcionam o olhar do alocutário [do interlocutor] para fazê-lo perceber as coisas de uma certa maneira” (AMOSSY, 2011, p. 132).

Emediato (2013) observa que o emprego de estratégias de enquadramento no discurso da informação jornalística é um modo de veicular a dimensão argumentativa. O enquadramento, nesse caso, é entendido como um tipo de esquematização (GRIZE, 1990), que “orienta o olhar do outro” (EMEDIATO, 2013,

p. 80). Esse procedimento pode ser exemplificado com a perspectiva que assume o fotógrafo diante de uma cena antes de fotografar: ele escolhe o melhor ângulo, posiciona a câmera de modo a focalizar adequadamente a imagem e, agindo assim, opera com escolhas – o que vai aparecer e o que não vai aparecer na foto – e tem ainda a possibilidade de usar recursos para que a cena retratada se torne mais ou menos nítida, receba mais ou menos luz, evidencie mais ou menos contrastes, criando os efeitos desejados.

Segundo Emediato (2013), a operação de enquadrar se dá por meio da tematização, da designação, do questionamento e da atitude atribuída ao enunciador de um discurso relatado.

Tematizar diz respeito não só a trazer um assunto a debate, divulgando uma informação, mas também a encaminhar o próprio debate, segundo um determinado ângulo. O assunto é problematizado e, ao mesmo tempo, enquadrado dentro de certos limites. Desse modo, a tematização contribui para orientar a construção de pontos de vista.

Como exemplo, podemos citar a divulgação do rompimento de uma barragem em Brumadinho-MG, ocorrido no dia 25/01/2019. No dia seguinte, o acontecimento foi a principal notícia estampada na primeira página da maior parte dos jornais impressos. É possível, por meio das manchetes desses jornais, verificar o viés predominante adotado para a problematização do fato³.

³ As capas dos jornais citados podem ser vistas em <<https://www.vercapas.com.br/2019-01-26/>>. Acesso em 25/05/2019.

- Barragem da Vale se rompe em MG; há 7 mortos e 200 desaparecidos – Folha de São Paulo
- A tragédia se repete – O Globo
- Outro crime – Estado de Minas
- Pesadelo revivido – Zero Hora (Porto Alegre)
- Não aprendemos nada – Extra (Rio de Janeiro)
- Mar de lama provoca nova tragédia em Minas – A Tribuna (Espírito Santo)
- Uma nova tragédia devasta Minas Gerais – Diário de Pernambuco
- Minas Gerais volta a viver pesadelo de lama – A Tarde (Salvador)

A problematização é orientada para a reação avaliativa que pode suscitar no leitor o emprego de termos como “crime”, “pesadelo” e “tragédia”. Inclusive a manchete do jornal Folha de São Paulo, que não usa nenhuma palavra para categorizar o fato, deixa implícita a gravidade da situação ao mencionar o número de mortos e desaparecidos. Além disso, as manchetes apontam para a recorrência do acontecimento noticiado, evocando fatos passados da mesma natureza: “a tragédia se repete”, “outro crime”, “pesadelo revivido”, “nova tragédia”.

Segundo Emediato (2013), a tematização “propõe ao leitor a ética da discussão” (p. 81), pois, “dirigida de modo privilegiado ao cidadão e à opinião pública, a informação midiática funda a sua problematização do social em uma ética figurada do justo, do bem público, e do útil” (p. 98). Nesse sentido, a manchete do jornal Extra delineia os limites da discussão – “Não aprendemos nada” – e uma interpretação possível seria

a de que todos nós temos responsabilidade pelo rompimento da barragem.

A designação é outro recurso discursivo importante para a análise da dimensão argumentativa de um texto informativo. Dar nomes é uma ação simples nas interações cotidianas. Nomeamos seres em geral, coisas, sentimentos e situações e, ao nomear, inscrevemos algo do mundo social no mundo da linguagem, criamos um objeto de discurso. Assim, a designação, embora represente algo concreto ou compreensível, é uma instância abstrata e, por isso, relacionada à percepção e à subjetividade, tanto do enunciador quanto do interlocutor: “[a]s palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que no entanto significam em nós e para nós” (ORLANDI, 1999, p. 20).

Ao designar, categorizamos o mundo, colocamos cada coisa a nossa volta em caixinhas e, por isso, as designações remetem a representações sociais de tudo que faz parte da realidade que experienciamos, desde os mais simples objetos do dia a dia, ou dos sentimentos e das atitudes, por exemplo, até categorias mais complexas como grupos étnicos, grupos minorizados, partidos políticos, profissões e temas polêmicos, tais como aborto, corrupção, racismo e redução da maioria penal.

Já vimos nas manchetes citadas em exemplos anteriores que a designação pode contribuir para a reação avaliativa do leitor e, portanto, tem papel argumentativo. Na maior parte dos casos, sequer nos damos conta de como determinadas palavras usadas em

textos informativos podem influenciar a interpretação dos fatos, no entanto, às vezes chamam a atenção. Foi o que ocorreu em 2016, com uma notícia publicada no G1: “Jovem morador de Copacabana é preso por roubo de carros”⁴. Pouco depois, o *site* de humor Sensacionalista divulgou: “Jornalistas farão curso para aprender que ‘jovem morador de Copacabana’ pode ser chamado de ‘ladrão’”. A desnotícia⁵ satírica informou:

[u]m jovem branco de classe média morador de Copacabana foi preso pela polícia por roubar carros na zona sul do Rio de Janeiro, na última quinta-feira. Com 19 anos, ele já havia sido capturado outra vez, em 2014, roubando um carro. A notícia de sua prisão foi dada sem usar o termo “ladrão” ao se referir ao jovem, como é usado quando jovens negros e pobres são presos por roubo⁶.

Desse modo, o Sensacionalista explicitou os sentidos que as palavras carregam e, conseqüentemente, os efeitos interpretativos que podem produzir. Contudo, em geral, não percebemos como os sentidos das palavras afetam nossa forma de avaliar uma situação ou um acontecimento.

⁴ Notícia disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/01/jovem-morador-de-copacabana-e-preso-por-roubo-de-carros.html>>. Acesso em 05/06/2019.

⁵ Desnotícia é um texto com viés cômico construído como se fosse uma notícia.

⁶ Notícia disponível em <<https://www.sensacionalista.com.br/2017/01/16/jornalistas-farao-curso-para-aprender-que-jovem-morador-de-copacabana-pode-ser-chamado-de-ladrao/>>. Acesso em 05/06/2019.

Empregar um questionamento no texto informativo significa apresentar uma interrogação não para obter uma resposta, mas sim para levar o leitor a problematizar o assunto noticiado. Portanto, pode-se dizer que, assim como a designação, é um tipo de enquadramento associado diretamente à tematização. A pergunta suscita e, ao mesmo tempo, induz a reflexão em uma determinada direção. A pergunta levanta uma dúvida, provoca uma inquietação e, em alguns casos, pode estimular a descrença, o pessimismo ou a revolta.

Vejamos abaixo alguns exemplos:



Edição de 21/03/2018⁷



Edição de 16/03/2018⁸

⁷ Disponível em <<https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2574/>>. Acesso em 05/06/2019.

⁸ Capa disponível em <<https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/extra/2018-03-16.html>>. Acesso em 05/06/2019.



Edição de 26/01/2019⁹



Edição de 26/01/2019¹⁰

Para termos uma ideia da dimensão argumentativa implícita nesse tipo de enquadramento, podemos pensar que, em não havendo a indagação, talvez o leitor não fizesse por si só o questionamento. Portanto, um dos efeitos de uma pergunta explícita em uma manchete pode ser o de confrontar o interlocutor ou, indiretamente, as autoridades.

É interessante ressaltar que o questionamento, quando aparece em manchetes, normalmente dialoga com as imagens e depende delas para ser entendido, já que, no momento da visualização, as informações em letras menores não serão lidas de imediato. Dessa forma, é uma estratégia discursiva que demanda a capacidade

⁹ Disponível em <<https://www.vercapas.com.br/capa/o-tempo/2019-01-26.html>>. Acesso em 05/06/2019.

¹⁰ Disponível em <<https://www.vercapas.com.br/capa/o-dia/2019-01-26.html>>. Acesso em 05/06/2019.

de observação do interlocutor e, também, sua capacidade de realizar inferências.

Em textos informativos da área jornalística, é comum o emprego do discurso relatado (DR) de forma direta, entre aspas e em 1ª pessoa, ou de forma indireta, por meio de paráfrase e em 3ª pessoa. O DR caracteriza-se “pelo encaixe de um dito num outro dito” (CHARAUDEAU, 2013, p. 162). Nesse caso, o dito original foi produzido por outro enunciador (o locutor de origem), em outro contexto, em outro momento e, na maior parte das vezes, para outro(s) interlocutor(es). Quando esse dito é encaixado no texto informativo, passa a ser, de certo modo, controlado pelo enunciador desse texto informativo: ele determina quais partes do dito original serão reproduzidas, se serão citadas de forma direta ou indireta, como serão encaixadas dentro do seu próprio texto e, ainda, que atitude será atribuída ao locutor de origem por meio do emprego de verbos *dicendi* (ou verbos de dizer, verbos de atitude). Dentre esses verbos, “dizer” seria o menos marcado subjetivamente, outros, no entanto, podem implicar diferentes graus de subjetividade: acusar, afirmar, confirmar, criticar, destacar, enfatizar, explicar, informar, reiterar são alguns exemplos. Nota-se, assim, que o verbo categoriza o discurso relatado, enquadra-o dentro de um espectro discursivo específico e, assim, orienta a interpretação do dito.

No seguinte fragmento de notícia, extraído da primeira página do jornal Estado de Minas, edição de 15/09/2018¹¹, há várias ocorrências de verbos *dicendi*:

O candidato ao governo estadual Antonio Anastasia (PSDB) **afirma** que Minas Gerais vive a pior crise em 300 anos e culpa a atual gestão pelo descalabro. Foi como ele rebateu o governador Fernando Pimentel (PT), que na véspera **declarou** ter evitado o colapso, mesmo tendo herdado dos tucanos um estado na bancarrota. Segundo Anastasia, houve de fato o colapso, enquanto o governo só lamenta e não soube enfrentar as adversidades. Pior, **diz** que pela primeira vez um estado deu calote nos municípios ao reter repasses de verbas. Mas **garantiu** que, se eleito, vai enxugar despesas e a máquina política e eliminar a burocracia para atrair investimentos, aumentando a arrecadação tributária. Assim, **destacou**, terá condição de reequilibrar as finanças do estado e voltar a pagar em dia o funcionalismo público. O prazo para fazer isso, de acordo com ele, vai depender da velocidade da recuperação econômica do país e do estado. **Estimou**, porém, que num cenário favorável poderia regularizar o pagamento em um ano e meio.

Evidentemente, o uso de diferentes verbos *dicendi* tem a ver com regras de escrita em norma culta, pois a repetição de uma mesma palavra em um texto, se não for intencional, para criar um efeito expressivo, é algo que

¹¹ Disponível em <<https://www.em.com.br/app/noticia/capa-do-dia/2018/09/15/noticia-capa-do-dia,988995/confira-a-capa-do-jornal-estado-de-minas-do-dia-15-09-2018.shtml>>. Acesso em 05/06/2019.

se deve evitar. Entretanto, a escolha dos verbos para introduzir ou retomar o DR se relaciona com a interpretação dada ao que foi dito, como podemos observar se contrastarmos com o verbo “dizer”:

- afirma / diz “que Minas Gerais vive a pior crise em 300 anos”;
- declarou / disse “ter evitado o colapso”;
- garantiu / disse “que, se eleito, vai enxugar as despesas”.



Na maior parte dos casos, os verbos *dicendi* são intercambiáveis e isso corrobora a premissa de que o uso de um ou outro é uma escolha subjetiva, por não ser condicionada pela natureza do que é dito, mas sim pelo significado que se quer imprimir às palavras de outrem. Uma forma de ilustrar as possibilidades de uso e,

consequentemente, as prováveis interpretações do dito a partir do verbo empregado é testar diferentes possibilidades, como nestes exemplos:

- afirma / destaca / declara “que Minas Gerais vive a pior crise em 300 anos”;
- diz / declara / afirma “que pela primeira vez um estado deu calote”;
- estimou / garantiu / destacou, “porém, que num cenário favorável poderia regularizar o pagamento”.

Às quatro operações de enquadramento apresentadas por Emediato (2013), Costa (2015; 2017) acrescenta o enquadramento pela imagem, já que os textos informativos da esfera jornalística costumam conter fotos, além de outros tipos de imagens (gráficos, infográficos, ilustrações diversas), elementos gráficos para destacar ou dar ênfase (fontes, negritos, cores) e a própria disposição do texto na página impressa ou eletrônica. Esses recursos servem não só para capturar o olhar e o interesse do leitor, mas também para orientar a leitura da informação em uma determinada perspectiva. Vejamos, a título de exemplo, estas três capas de jornal do dia 03/09/2018¹², que noticiaram o incêndio no Museu Nacional, ocorrido na véspera:

¹² Capas disponíveis em <<https://www.vercapas.com.br/2018-09-03/>>. Acesso em 06/06/2019.



A constatação mais evidente é a de que o fato teve destaque nos três jornais: a chamada da notícia ocupa a maior parte do espaço nas capas, está localizada em posição de realce – na parte superior da página em dois casos e na parte central em outro –, as manchetes estão escritas em fonte de tamanho grande e são acompanhadas por fotos. Em oposição, podemos observar que notícias de menos relevo estão na parte inferior ou lateral das capas, com fontes menores e a maior parte não tem ilustração. Então, a manchete que chama a atenção e não pode deixar de ser lida é a relacionada ao incêndio.

As fotos têm um papel argumentativo importante no enquadramento por imagem, pois, por um lado, elas próprias resultam de escolhas – aquilo que o fotógrafo decidiu mostrar, o ângulo privilegiado, o recorte da cena etc. – e, por outro, certamente foram selecionadas entre várias para ilustrar o fato noticiado. Analisando e comparando as fotos das três capas, observamos em duas delas um contraste maior entre a parte escura e a luz criada pelas chamas: o fogo se destaca e o museu fica na

penumbra. Na terceira capa, a luz resultante do fogo é mais difusa, reduzindo o contraste com a sombra: a parte iluminada é o museu. Além disso, a escada mecânica do carro do corpo de bombeiros, centralizada na foto, simula um holofote. Talvez, se víssemos a foto fora de seu contexto e sem nenhuma referência ao incêndio, por um breve momento, veríamos apenas um museu iluminado por uma luz intensa.

Podemos ainda cogitar possíveis interpretações da relação entre manchetes e fotos. As manchetes dos jornais O Globo e Estado de Minas realçam o incêndio como uma catástrofe. O emprego do verbo “destruir” e do substantivo “tragédia”, respectivamente, resultam em ênfase maior ao fogo do que ao museu. Essa proeminência é ainda mais evidente na manchete do Estado de Minas, por ser constituída de um sintagma nominal; assim, a “tragédia anunciada” equivale a “incêndio”. Em O Globo, apesar de termos um sintagma verbal e um complemento que informa o objeto da destruição (“200 anos de história”), o subtítulo reforça o destaque dado ao fogo, já que “incêndio” é o sujeito do enunciado. Na manchete do jornal Zero Hora, por sua vez, o emprego do verbo “consumir”, menos enfático do que “destruir”, remete à ideia de corrosão, dilapidação e, dessa forma, parece dar mais relevância ao que é consumido, sendo “arte” o primeiro elemento da enumeração.

2. Análise do discurso aplicada à educação linguística

Como vimos, a análise do funcionamento discursivo das cinco operações de enquadramento

focalizadas contribui para identificar a dimensão argumentativa em textos informativos da esfera jornalística. Essa é uma tarefa realizada geralmente por analistas de discurso, cujos textos ajudam a desconstruir a suposta neutralidade de notícias e reportagens. Nossa proposta é a de que esse tipo de análise seja aplicado às atividades de leitura e estendido também à produção textual, nas aulas de língua portuguesa e de línguas adicionais. Pode parecer uma tarefa difícil, já que requer do professor o planejamento de atividades com a escolha de textos adequados a seus propósitos, bem como aos conteúdos da disciplina, uma análise discursiva prévia desses textos, a elaboração de questões apropriadas de compreensão leitora e o encaminhamento para a realização de produções escritas que possibilitem aos alunos empregar conscientemente estratégias de enquadramento. No entanto, assim como foi feito neste artigo, as atividades podem focalizar separadamente e de modo gradativo a dimensão argumentativa em textos informativos, começando com manchetes em capas de jornais para depois chegar a notícias completas.

Considerando-se que em muitos contextos os alunos podem não ter contato com jornais impressos, seria interessante levar alguns exemplares de jornais diferentes para a sala de aula, deixar que os alunos os folheassem e depois propor algumas perguntas para a reflexão, como sugerimos a seguir:

- O que é o jornal? Para que serve?
- Quem lê jornal?
- O que tem no jornal? Quais são seus cadernos e seções?

- Por que os jornais são divididos em cadernos e/ou seções?
- Por que os jornais são diferentes? (tamanho, número de páginas, seções)
- Qual é a função da capa do jornal?

Essas perguntas são simples e o diferencial é a discussão que elas podem suscitar. Portanto, o propósito não é que os alunos as respondam apenas para realizar uma tarefa, mas sim que folheiem o jornal e o analisem. Desses questionamentos, podem surgir outros feitos pelos próprios alunos e o importante é estimular a reflexão crítica.

Dando continuidade ao processo de familiarização com o jornal, os alunos podem também ser ainda estimulados a: procurar notícias anunciadas na capa e outras que não têm chamada na primeira página; identificar os diferentes tipos de texto publicados no jornal, além das notícias, e a função de cada um; comparar os jornais, verificar quais são as principais diferenças entre eles e se todos contêm notícias sobre os mesmos fatos.

Em escolas onde seja viável ter acesso à internet por meio de computadores, pode-se consultar a capa do dia dos principais jornais do país em <<https://www.vercapas.com.br/>>. Essa alternativa abre caminho para explorar as capas de diferentes modos e focalizar as distintas estratégias de enquadramento de uma maneira mais diversificada do que fizemos aqui. Alguns jornais

possuem formato web da versão impressa¹³, ampliando as possibilidades de trabalho em sala de aula porque permitem a leitura dos textos completos.

Cabe destacar, entretanto, que a proposta não visa à memorização de terminologias e nem que os alunos saibam nomear as diferentes estratégias de enquadramento. A ideia é de que o trabalho feito em sala de aula seja indutivo, levando a turma à percepção dos diferentes recursos usados na construção de um texto informativo e à reflexão sobre os efeitos que tais recursos podem provocar na interpretação dos textos. Assim, se fôssemos explorar a capa do jornal Estado de Minas reproduzida abaixo¹⁴, em uma aula de língua portuguesa, poderíamos propor o seguinte encaminhamento para a discussão entre os alunos, coletivamente ou em pequenos grupos¹⁵.

¹³ É o caso do jornal Metro, cuja versão impressa é entregue gratuitamente nos semáforos em algumas cidades. A versão web pode ser lida em <<https://www.readmetro.com/en/brazil/>>. Consulta em 02/09/2019.

¹⁴ Disponível em <<https://www.em.com.br/app/noticia/capa-do-dia/2018/11/22/noticia-capa-do-dia,1007198/confira-a-capa-do-jornal-estado-de-minas-do-dia-22-11-2018.shtml>>. Acesso em 06/06/2019.

¹⁵ Nesse caso, usar uma capa de um jornal local, do dia da aula ou recente facilita a discussão com os alunos.

ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

SEDE: AV. ANTÔNIO DE NEVES, 1212A, 12.º ANDAR, 30.040-001, BELO HORIZONTE, MG

4.º ANO DE CRIAÇÃO - FUNDADO EM 1934 - Nº 10.515 - 10.515



MAIS PERTO DA LIBERTADORES

OS BRANCO DO BOTAFOGO VENCERAM O FLAMENGO POR 2 A 0 NA SEMIFINAL DO TORNEIO DE TERCEIROS CAMPEÕES DA LIBERTADORES. O JOGO FOI REALIZADO EM 11 DE ABRIL NO ESTÁDIO DE SÃO CARLOS, EM BELO HORIZONTE. O BOTAFOGO VENCEU POR 2 A 0 NA SEMIFINAL DO TORNEIO DE TERCEIROS CAMPEÕES DA LIBERTADORES. O JOGO FOI REALIZADO EM 11 DE ABRIL NO ESTÁDIO DE SÃO CARLOS, EM BELO HORIZONTE.



MAIS PERTO DA SÉRIE B

OS BRANCO DO BOTAFOGO VENCERAM O FLAMENGO POR 2 A 0 NA SEMIFINAL DO TORNEIO DE TERCEIROS CAMPEÕES DA LIBERTADORES. O JOGO FOI REALIZADO EM 11 DE ABRIL NO ESTÁDIO DE SÃO CARLOS, EM BELO HORIZONTE. O BOTAFOGO VENCEU POR 2 A 0 NA SEMIFINAL DO TORNEIO DE TERCEIROS CAMPEÕES DA LIBERTADORES. O JOGO FOI REALIZADO EM 11 DE ABRIL NO ESTÁDIO DE SÃO CARLOS, EM BELO HORIZONTE.

EQUIPE DE ZEMA APONTA 'SITUAÇÃO PREOCUPANTE'

Primeiro diagnóstico feito pelo grupo de transição destaca baixa execução de projetos prioritários

A equipe de transição do governador eleito Romão José Zema identificou que 70% das ações de transição previstas no plano de governo não foram executadas até o momento.

A falta de execução das ações de transição é considerada preocupante, segundo o diagnóstico feito pelo grupo de transição. O diagnóstico aponta que a maioria das ações de transição não foram executadas até o momento. A falta de execução das ações de transição é considerada preocupante, segundo o diagnóstico feito pelo grupo de transição.

O diagnóstico se concentra em 41 projetos e ações prioritários previstos no plano de governo. O diagnóstico aponta que 70% das ações de transição não foram executadas até o momento. A falta de execução das ações de transição é considerada preocupante, segundo o diagnóstico feito pelo grupo de transição.

MAIS UM APELO POR R\$ 10,7 BI

Defesa Civil pede atenção para evitar deslizamentos em BH



MUDANÇA DE ALERTA EM BH

Defesa Civil pede atenção para evitar deslizamentos em BH

Novos nomes para a gestão de Bolsonaro

Defesa Civil pede atenção para evitar deslizamentos em BH

PAPA FRANCISCO NOMEIA ARCEBISPO DE MONTES CLAROS

Defesa Civil pede atenção para evitar deslizamentos em BH

Defesa Civil pede atenção para evitar deslizamentos em BH

Defesa Civil pede atenção para evitar deslizamentos em BH

Defesa Civil pede atenção para evitar deslizamentos em BH

Defesa Civil pede atenção para evitar deslizamentos em BH

PAPA FRANCISCO NOMEIA ARCEBISPO DE MONTES CLAROS

Defesa Civil pede atenção para evitar deslizamentos em BH

Defesa Civil pede atenção para evitar deslizamentos em BH

Defesa Civil pede atenção para evitar deslizamentos em BH

MUDANÇA DE ALERTA EM BH

Chuvvas ininterruptas dos últimos três dias fizeram a PBH ampliar a atenção para possibilidades de deslizamento na capital, que até então tinha como principal desafio alagamentos provocados por temporais passageiros. Veículos da Defesa Civil percorreram trechos vulneráveis de BH, como este na Avenida Teresa Cristina (acima), para alertar sobre riscos de queda de encostas.

Começaríamos por uma visão geral da primeira página, com a identificação do título do jornal e a data de publicação e, em seguida, proporíamos as seguintes perguntas:

- Quais são as notícias mais importantes anunciadas na capa do jornal?
- Como sabemos que essas notícias são as mais importantes?

Essas duas indagações têm o objetivo de induzir a constatação de que algumas notícias na capa chamam mais a atenção e que isso se deve aos recursos usados: disposição na página, fotos e tamanho da fonte empregada nas manchetes. Um desdobramento recomendável seria refletir com a turma por que essas notícias têm destaque na primeira página ou por que elas seriam mais importantes do que as outras situadas na lateral esquerda e no canto inferior direito.

Em relação à notícia que ocupa a parte superior da capa, os alunos poderiam responder as perguntas abaixo, baseando-se apenas nas fotos e nos títulos das notícias:

- Quem está mais perto da Libertadores?
- Quem está mais perto da Série B?
- Como podemos saber olhando apenas as fotos?
- O que é “Libertadores”?
- O que é Série B?
- O que significa, nas manchetes, estar “mais perto”?
- Estar mais perto, no caso dessas notícias, é algo favorável? Por quê?

- Que cenas estão representadas nas fotos?
- Que relação há entre as fotos e os títulos das notícias?
- O que precisamos saber previamente para entender os títulos dessas notícias e as fotos?

Essas perguntas aparentemente simples levam os alunos a entender que, ao ler, identificamos muitas informações implícitas graças aos diversos conhecimentos prévios que possuímos. Pode ser que na turma nem todos tenham as informações necessárias para responder as perguntas, mas o trabalho coletivo possibilita que os conhecimentos sejam compartilhados. Ao mesmo tempo, a discussão contribui indiretamente para que os estudantes comecem a atentar para os enquadramentos, sem que seja necessário nomeá-los ou defini-los.

Em relação à notícia apresentada na parte central da capa, a discussão poderia ater-se ao título e ao subtítulo, com indagações deste tipo:

- O que esta manchete informa?
- Quem é Zema?
- Que palavra do título é retomada por “grupo de transição” no subtítulo?
- Qual é a “situação preocupante”?
- Por que “situação preocupante” aparece entre aspas?
- Quem disse que a situação é preocupante?
- Por que a situação é preocupante?
- De que outra(s) maneira(s) podemos nos referir a “equipe de Zema”?

As perguntas objetivam despertar a atenção dos alunos para o uso do discurso relatado e para o emprego das aspas; também podem levá-los a observar que caracterizar uma situação como preocupante implica uma avaliação, um julgamento e, portanto, uma dimensão subjetiva (argumentativa), como reforça o uso do termo “diagnóstico” no subtítulo. As aspas, portanto, servem também para sinalizar que a avaliação é do grupo de transição e não do jornal. Nessas três linhas de texto, é possível ainda focalizar mecanismos de coesão, já que “grupo de transição” retoma “equipe de Zema” e “baixa execução de projetos prioritários” se associa à “situação preocupante”. Dessa forma, coloca-se em evidência o enquadramento por designação e, na última pergunta, os alunos devem sugerir outras denominações para “equipe de Zema” e o ideal seria ampliar a reflexão sobre o ato de designar por meio de exemplos do cotidiano.

Quanto à notícia na parte inferior da página, as perguntas podem incidir sobre a foto, o título e o pequeno texto abaixo do título (o *lead* da notícia):

Foto e título

O que aparece na foto?

Que situação essa foto representa?

Que palavra do título da notícia se relaciona com essa situação? Por quê?

O que podemos dizer sobre o local representado na foto?

Em que cidade essa foto foi tirada? Como sabemos?

Lead

O que é noticiado?

Quando ocorreu o fato?

Onde ocorreu?

Por quê?

Quem está envolvido?

Qual a relação entre o título da notícia e o que é informado?

O que mais podemos dizer sobre a foto lendo esta parte da notícia?

O que significa “trechos vulneráveis” nesse contexto?

Como você contaria essa notícia para quem não a leu?

As questões, mais uma vez, exploram os conhecimentos prévios dos alunos, tanto os enciclopédicos, quanto os linguísticos e textuais, levando-os a identificar as relações entre foto, título e *lead*, por meio dos diferentes mecanismos de coesão. Assim, será possível associar “mudança de alerta”, “temporais passageiros” / “alagamentos” e “chuvas ininterruptas” / “deslizamentos” / “trechos vulneráveis” / “riscos de queda de encostas”, o que induz a percepção do enquadramento temático. O enquadramento pela imagem também pode ser observado, já que a foto mostra o que seria um dos pontos vulneráveis da cidade e o carro da Defesa Civil reforça a necessidade de intervenção para minimizar os riscos. As perguntas dirigidas ao *lead* favorecem o reconhecimento de algumas características composicionais do gênero notícia – informar o que, onde, quando, quem, por quê – e o uso das estratégias de localização de informação e realização de inferências. A última questão tem como objetivo suscitar a reflexão sobre os modos de contar um fato, pois, embora a notícia seja a mesma, os alunos a contarão de formas diferentes. O modo como

sequenciarão as informações, a construção dos enunciados e as palavras usadas resultarão das escolhas que fizerem, marcando a subjetividade na narrativa.

Esta proposta é uma sugestão bem simples do que pode ser feito na sala de aula para começar a explorar as estratégias de enquadramento em textos informativos. Obviamente, não será apenas uma atividade de leitura que levará os alunos a perceberem a dimensão argumentativa e os efeitos de sentidos resultantes da maneira como os textos são construídos. Por essa razão, a leitura fundamentada em uma perspectiva discursiva e crítica deve ser uma prática gradual e constante. No princípio, com textos cujos assuntos estão mais relacionados com o dia a dia dos estudantes – como futebol e riscos provocados por chuvas fortes – e, depois, com textos que abordem temas mais complexos, tais como os mencionados neste artigo: rompimento de barragem, atos de protesto etc. De acordo com o nível de ensino, o percurso pode chegar a jornais eletrônicos, a revistas impressas e virtuais e a telejornais.

No âmbito de textos jornalísticos informativos, atividades de leitura podem ser realizadas apenas com uma manchete ou com uma notícia completa, com análises de diferentes capas de jornal ou com comparações entre diferentes notícias sobre o mesmo acontecimento. Dessa forma, podem ocupar apenas uma parte da aula ou uma sequência de aulas. Será a prática constante que viabilizará o reconhecimento dos diferentes recursos empregados nos textos para informar e, ao mesmo tempo, influenciar a interpretação do interlocutor.

Paralelamente à leitura, atividades de produção escrita podem igualmente explorar a dimensão argumentativa por meio de propostas que levem os alunos a empregar estratégias de enquadramento, considerando os efeitos de sentido que gostariam de produzir. Práticas desse tipo favorecem a consciência autoral dos estudantes e o desenvolvimento de sua responsabilidade em relação ao que falam/escrevem.

Esperamos que os fundamentos teóricos aqui expostos, os exemplos dados e as sugestões apresentadas possam contribuir para que a sala de aula seja cada vez mais um espaço de formação de leitores e produtores de texto críticos.

REFERÊNCIAS

- ABC Internacional. *El ultraderechista Bolsonaro gana las elecciones en Brasil*. 2018. Disponível em: <https://www.abc.s/internacional/abci-ultraderechista-bolsonaro-gana-elecciones-brasil-201810290709_video.html>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- AMOSSY, R. *Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares*. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. Ilhéus: EID&A, 2011.
- AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011.
- AMOSSY, R. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia e linguística portuguesa*, p. 121-146, 2006.
- APPELBAUM, B.; TANKERSLEY, J. *Em relatório oficial, Casa Branca compara Bernie Sanders a Mao Tsé-tung*. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/em-relatorio-oficial-casa-branca-compara-bernie-sanders-mao-tse-tung-23181097>>. Acesso em 10 fev. 2019.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. [VOLOCHÍNOV, V. N.]. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. [VOLOCHÍNOV, V. N.]. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2009.

BLOWER, A. P.; FERREIRA, P. *Feministas brasileiras comemoram decisão sobre aborto na Argentina*. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/6rHK72>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/9QzJGq>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASSANY, D. *Tras las líneas*. Sobre la lectura contemporánea. Barcelona: Anagrama, 2006.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

COSTA, E. G. de M. *Letramento crítico por meio da (des)construção da argumentação no gênero notícia*. Projeto de Iniciação Científica. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2015.

COSTA, E. G. de M. *Letramento crítico por meio da (des)construção da argumentação no gênero notícia*. Projeto de Iniciação Científica. Belo Horizonte: PRPq/UFMG, 2017.

CUNHA, P. *Trabalho informal aparece como saída ao desemprego*. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/MDVreC>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

DIONÍSIO, A. P. Gêneros textuais e multimodalidade. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; SIEBENEICHER, K. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 135-152.

E agora, Lula? 2018. Jornal Estado de Minas, 25 de janeiro de 2018, primeira página.

EMEDIATO, W. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: EMEDIATO, W. (Org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013. p. 69-103.

EMEDIATO, W. (Org.) *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013.

ESCUADERO, I. Las inferencias en la comprensión lectora: una ventana hacia los procesos cognitivos en segundas lenguas. *Revista Nebrija de Lingüística Aplicada A La Enseñanza de Lenguas*, Nebrija, n. 7, p. 1-20, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/dt20Kj>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

FERNANDES, T. *Após vencer com uso das redes, Bolsonaro estuda comunicação profissional*. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/apos-vencer-com-uso-das-redes-bolsonaro-estuda-comunicacao-profissional.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

FORUM. *Eduardo Bolsonaro propõe congelamento de bens de cubanos e venezuelanos*. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/SEBq44>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

GALARRAGA, N. “*El ultraderechista Bolsonaro gana las elecciones y será presidente de Brasil*”. 2018. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2018/10/28/america/1540749476_160477.html>. Acesso em: 05 nov. 2018.

GRACIO, R. A. Visada argumentativa e dimensão argumentativa. *Vocabulário de argumentação*. 2015. Disponível em: <<https://www.ruigracio.com/VCA/VisadaDimenns.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

GREGOLIN, M. R. V. *A análise do discurso: conceitos e aplicações*. São Paulo: Alfa, 1995. p. 13-21.

GRIZE, J. B. *Logique et langage*. Paris: Ophrys, 1990.

ISTO É DINHEIRO. *Desemprego diminui para 12,1% e atinge 12,7 milhões de brasileiros*. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/Qumptk>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

KALANTZIS, M.; COPE, B. *Literacies*. Australia: Cambridge University Press, 2012.

LEÓN, J. A. Una introducción a los procesos de inferencias en la comprensión del discurso escrito. In: LEÓN, J. A. *Conocimiento y discurso: Claves para inferir y comprender*. Madrid: Piramide, 2003. p. 23-45.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 19-36.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.;

GAYDECZKA, B.; SIEBENEICHER, K. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 17-31.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARIA, A. *Brasil acolhe mais de 30 mil imigrantes crianças e adolescentes*. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/efVgJz>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

MELANO, I. *Ceia de Natal fica mais "salgada", segundo pesquisa*. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/utQ8Jx>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MURCIANO, M. (Org.). *La prensa y la cooperación internacional*. Cobertura de la cooperación para el desarrollo en nueve diarios europeos. Sevilla, Zamora: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2010.

NARLOCH, L. *Mito: "Os adolescentes cometem menos de 1% dos homicídios do Brasil e são 36% das vítimas"*. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/E1mnQd>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

OLIVEIRA, J. *Gênero e sexualidade: entenda polêmica que opõe pais e o Colégio Santo Agostinho*. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/F3XCCU>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas/São Paulo: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. *Análise do Discurso: princípios e Procedimentos*. Campinas/São Paulo: Pontes, 2007.

PARREIRAS, M. *Novo Bento Rodrigues ficou para 2020 (e ainda pode atrasar)*. 2018. *Jornal Estado de Minas*, 10 de outubro de 2018, p. 16.

PEREIRA, A. P. dos S. *A imigração venezuelana em Roraima e o risco da explosão demográfica*. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/KPHqxu>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

PORTAL G1. *Menores têm ligação com 40% dos homicídios do DF, mostram dados*. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/4GXoZg>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ROJO, R. Gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e multiletramentos. In: ROJO, R. (Org.). *Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 13-36.

ROJO, R. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROJO, R.; BARBOSA, J. P. *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

ROSSI, M. *Nordeste, o último campo de batalha das eleições brasileiras*. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/16/politica/1539698408_327568.html>. Acesso em: 23 out. 2018.

ROXO, S. *Punição de menor por crime dura menos tempo no Brasil*. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/MP5V9b>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

SEABRA, D. *Ficou surpreso com o posicionamento de Roger Waters? Não foi a primeira vez. Conheça a carreira do ex-Pink Floyd*. 2018. Jornal Estado de Minas, 10 de outubro de 2018, s. p.

SILVA, A. B. *et al.* A extrema-direita na atualidade. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 119, p. 407-445, set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>

scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2018.

SILVEIRA, D. *Brasil tem cerca de 30,8 mil imigrantes venezuelanos; somente em 2018 chegaram 10 mil, diz IBGE*. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/ZBDZ5b>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

SOUZA, A. *Cerca de 70% dos casos de desvio de dinheiro ocorrem nas áreas de Educação e Saúde, diz diretor da AGU*. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/AgfXiF>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

TRABASSO, T.; MAGLIANO, J. P. Conscious understanding during comprehension. *Discourse Processes*, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 255-287, maio 1996. Informa UK Limited. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01638539609544959>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

VAN DIJK, T. *Discurso, notícia e ideologia*. Porto/Portugal: Campo das Letras Editores, 2005.

VAN DIJK, T. *Discurso y Poder*. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2009.

VELASCO, H. *David, Thiago, Priscila, votos gays o negros por Bolsonaro en Brasil: El miedo a la violencia tiene un efecto muy grande en Brasil a la hora de emitir el voto. Las encuestas le dan al ultraderechista una ventaja arrolladora*. 2018. Disponível em: <<https://www.la capitalmdp.com/david-thiago-priscila-votos-gays-o-negros-por-bolsonaro-en-brasil/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

SOBRE OS AUTORES

Elzimar Goettenauer de Marins-Costa é professora de espanhol na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde atua na graduação e na pós-graduação. É doutora em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestra em Literatura Brasileira pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona. Desenvolve projetos na área de Linguística Aplicada, tem diversos trabalhos acadêmicos publicados e é coautora de *Sentidos en lengua española* e *Beyond Words*, coleções didáticas aprovadas no PNLD 2018 e 2020, respectivamente. E-mail: elzimarc@gmail.com

Geraldo Emanuel de Abreu-Silva é doutorando em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Minas Gerais, possui graduação em letras e mestrado em Estudos Linguísticos pela mesma instituição. Atua, principalmente, nos seguintes temas: leitura, ensino de espanhol, inferências, ferramentas digitais e produção de materiais didáticos. E-mail: gemabreu@gmail.com

Kelly Cristina Torres de Barros Ferreira é Doutoranda em Letras do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos pela UFMG, com Mestrado em Letras: Estudos Literários também pela UFMG. Realizou

pesquisas com trabalhos publicados sobre raça e gênero em Literaturas de Expressão Inglesa e atualmente desenvolve pesquisas sobre letramento crítico e educação continuada de professores de inglês na Rede Municipal de Belo Horizonte, onde atua como professora de inglês. E-mail: keketorres@gmail.com

Marcelo de Castro é graduado em Letras pela UFMG, mestre em Educação pela UFOP e doutorando em Linguística Aplicada pela UFMG. Tem experiência como docente na Educação de Jovens e Adultos, na Educação Profissional e no Ensino Superior. Interessa-se pelas temáticas sobre o ensino de Português como língua materna, é professor desse componente curricular na Educação Básica e integrante de dois grupos de pesquisa: i) Multiletramentos e usos de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação – Multidics (UFOP); ii) Grupo de Pesquisas sobre Práticas de Ensino de Escrita e Oralidade – Penseo (UFMG). E-mail: marcelocastromc@hotmail.com

Mariana Ferreira Ruas é doutoranda em Linguística Aplicada na Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Estudos Linguísticos Neolatinos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com dissertação defendida na área da tradução e estudos identitários, e licenciada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professora Assistente do curso de Licenciatura em Letras Português-Espanhol da Universidade Federal de Viçosa onde orienta projetos de extensão, cultura e pesquisa em ensino, com temas voltados para a formação de professores, iniciação à

docência e a visibilidade da América Latina no ensino de espanhol. Atualmente, desenvolve pesquisa em estudos do currículo do ensino superior. E-mail: frauruas@gmail.com

Patricia Christina dos Reis possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto e mestrado pela Universidade do Mississippi, onde estudou como bolsista da Fulbright. Trabalhou como Leitora Brasileira na Universidade das Índias Ocidentais, Jamaica, e atualmente é professora da Universidade do Estado do Amazonas, campus de Parintins. É doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: reispatricia2003@yahoo.com

Tainá Marcelle S. Moreira é graduada em Letras e mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de ensino de língua materna e linguística aplicada ao ensino com ênfase nos estudos lexicais. E-mail: tainasilvam@gmail.com

Vitor Filogônio de Souza é graduado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais e atualmente cursa Mestrado em Linguística Aplicada pela mesma instituição. Possui experiência na área de linguística aplicada ao ensino de língua materna, atuando na interface entre pesquisa acadêmica e aplicação pedagógica desde 2016. E-mail: vitorfilogônio@gmail.com

Willyane Mara Costa de Paula é licenciada em Letras Espanhol pela UFMG (2019) e bacharela em Ciências Humanas pela UFVJM (2013). Foi bolsista dos Programas de Movilidad Mercosur, na Universidad Católica del Uruguay (2012); PIBIC – CNPq (2011), publicando o artigo “Contribuições interdisciplinares entre história e literatura: teorias de Hayden White na análise crítica do romance Terra Sonâmbula”; e PIBIC – Fapemig (2018), em que publica como coautora de sua orientadora Prof^a Dr^a Elzimar Goettenauer de Marins-Costa o presente estudo sobre análise crítica de discurso aplicada. Atualmente, é professora estagiária do Programa “iUFMG” e do “Centro de Extensão da Faculdade de Letras” da UFMG. E-mail: wmcpcosta@gmail.com

Este livro reúne textos que discutem a importância da inserção de uma perspectiva discursiva na educação linguística no contexto escolar, sobretudo em atividades de leitura, visto que a perspectiva linguística, normalmente com ênfase na gramática, é ainda privilegiada pelos professores de língua portuguesa e de línguas adicionais. Enfatiza-se a importância do texto, ou mais especificamente do gênero discursivo, como objeto de ensino, o que necessariamente implica a adoção de uma concepção de linguagem e de uma opção teórico-metodológica que se distanciam de propostas pedagógicas com foco em normas gramaticais. As análises estão centradas em notícias e reportagens, gêneros informativos da esfera jornalística que talvez sejam os de maior circulação atualmente entre os que têm acesso à internet. Assim, o trabalho com esses gêneros na sala de aula, além de conteúdo obrigatório segundo a Base Nacional Comum Curricular, é um compromisso ético, se o professor da educação básica estiver comprometido com a formação de cidadãos críticos.

Espera-se, com esta obra, contribuir para uma aproximação entre teoria e prática, entre reflexões desenvolvidas no espaço acadêmico e o desejo de transcender a universidade e chegar às escolas.

Capa: cão-semi afundado (I82I-23). Goya.



ISBN 978-85-86101-09-6



9 786586 101096